

II Seminário Internacional
Arte, Palavra e Leitura

**Leitura e
escrita:**
lugares de
fala e
visibilidade
2019



Adolfo Córdova, Ana Maria Gonçalves, Bel Santos Mayer, Bianca Santana,
Bruno de Souza, Conceição Evaristo, Delcio Teobaldo, Felipe Munita, Freddy
Gonçalves, Ivan Marques, Jardson Remido, José Miguel Wisnik, Ketlin Santos,
Margarita Valencia, María Osorio, Sara Bertrand, Silvia Castrillón, Silvio Luiz
de Almeida, Rosane Borges

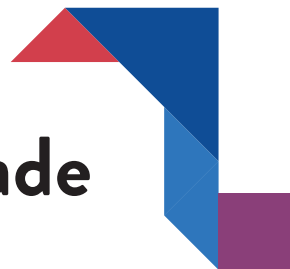
COORDENAÇÃO EDITORIAL Dolores Prades e Sandra Medrano



II Seminário Internacional
Arte, Palavra e Leitura



**Leitura e
escrita:**
lugares de
fala e
visibilidade



2019

© 2020, II Seminário Internacional 2019 – Arte, palavra e leitura

Concepção e curadoria
Instituto Emília e Comunidade Educativa CEDAC
Realização
Itaú Social e Sesc São Paulo

Edição *Dolores Prades*
Coordenação editorial *Dolores Prades, Sandra Medrano*
Ilustrações *Alejandra Acosta, para o livro A mulher da guarda de Sara Bertrand, publicado pelo Selo Emília e pela Editora Solisluna, SP 2019.*
Agradecimentos à Babel Libros pela cessão das ilustrações para esta edição.
Projeto gráfico e diagramação *Mayumi Okuyama*
Transcrição e tradução *Alda Beraldo, Emily Stephano e Lurdinha Martins*
Revisão *Antonio Stotz e Carolina Glycerio*
Preparação *Cícero Oliveira*
Secretaria *Fernanda Blandino*
Fotos *Fernando Cavalcanti*

Dados internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB 1/3129

S981 II Seminário Internacional 2019 /
[Coord.] Dolores Prades, Sandra Medrano. – 1.ed. –
São Paulo: Emília, 2020
128 p.; 17 x 24 cm.

ISBN: 978-85-54019-23-5

1. Literatura. 2. Leitura – sociedade. 3. Formação de leitores.
4. Leitura e poder. I. Prades, Dolores. II. Medrano, Sandra.
- III. Título.

CDD 869

Índice para catálogo sistemático:

1. Literatura : leitura
2. Sociedade: formação de leitores
3. Leitura : poder



Selo Emília | Instituto Emília

revistaemilia.com.br/categorias/cadernos/
Av. Angélica 551/cj. 8 – CEP 01227-000 – São Paulo/SP
CONTATO editorial@revistaemilia.com.br



Comunidade Educativa CEDAC

www.comunidadeeducativa.org.br
Rua Capitão Prudente, 165 - 05422-050
Contato: comunidade@comunidadeeducativa.org.br




SUMÁRIO



- 6 Leituras e escritas: Lugares de fala e visibilidade**
 - 8 Parceria, palavra-chave**
 - 10 Tempo de escuta, tempo de leitura**

 - 13 Lugares de fala e visibilidade**
Ivan Marques, Rosane Borges e Silvio Luiz de Almeida
 - 25 Direitos humanos e literatura**
Ana Maria Gonçalves, Bianca Santana e Sara Bertrand
 - 45 Escrita e leitura, portas para a construção de identidade**
Conceição Evaristo, Delcio Teobaldo e Margarita Valencia
 - 65 O lugar da comunidade nos espaços de mediação**
Bel Santos Mayer, Felipe Munita e Silvia Castrillón
 - 79 Literatura e sobrevivência? Juventudes em risco**
Bruno de Souza, Jardson Remido e Ketlin Santos
 - 97 Literatura sem fronteiras**
Adolfo Córdova, Freddy Gonçalves e María Osorio
 - 115 O papel das narrativas na construção do humano**
José Miguel Wisnik

 - 147 Biografias** **155 Quem somos**
- 

Leituras e escritas: Lugares de fala e visibilidade

Qual o papel das narrativas, orais e escritas, na construção do humano? Como elas afirmam, ou negam, a diversidade? Quais são as questões centrais que permeiam a realidade hoje? Como fechar os olhos para o racismo, para o machismo, para a violência e manifestações sociais colocadas à margem de uma cultura dominante e homogeneizante? Como as diferentes identidades se tornam visíveis, mostram sua voz, revelam-se pela literatura?

Estas foram as questões que nortearam a segunda edição do *Seminário Arte, Palavra e Leitura*, em 2019, e revisitando as discussões feitas nas mesas com especialistas e compartilhadas nesta publicação, acreditamos que ampliamos os espaços de fala e escuta, alargamos o nosso senso de alteridade e levantamos novas inquietações que nos movem a buscar outras referências e práticas. Pudemos nos alimentar de humanidade, de muitas histórias de outros que nos constituem. Tivemos momentos inspiradores, provocativos, que nos tiraram de zonas de conforto. Ainda bem!

Esta publicação vem possibilitar que tais reflexões, sentimentos e provocações possam ganhar novos horizontes, pela possibilidade de (re)leituras e pela ampliação de novos leitores.

Além das mesas registradas aqui, o Seminário contou com uma diversidade de atividades – oficinas, atividades paralelas com as comunidades de Parelheiros, Jardim Pantanal e alunos do Instituto Acaia –, que marcaram os dias intensos que vivemos em março de 2019. Essas ações inspiram as discussões e concretizam o compromisso das instituições envolvidas com o trabalho em torno da arte, da palavra e da leitura que é realizado “na ponta” pelas comunidades.

Agradecemos ao Itaú Social e ao Sesc São Paulo pela parceria na continuidade deste evento. Agradecemos também à toda equipe que trabalhou no Seminário pela dedicação e profissionalismo de sempre! E a todos os convidados, nacionais e internacionais, que tornaram este evento tão singular e profundo. Um agradecimento especial a Sara Bertrand e Alejandra Acosta, que possibilitaram aliar à força das palavras, a intensidade das imagens que ilustram esta edição.

Como poderão acompanhar pelo sumário, o Seminário contou com falas sobre invisibilidade e resistências, escutas, ressignificações de palavras e olhares, pertencimento, multiculturalismo, comunidade. Que tudo isso possa continuar reverberando ao lerem estas páginas.

Dolores Prades e Tereza Perez
Instituto Emília e Comunidade Educativa CEDAC

Parceria, palavra-chave

A leitura e a escrita são, antes de tudo, espaços de conversa. Possibilidades de troca, de aprendizado e de contraste. São convites ao afeto e ao deixar-se afetar pelas vozes do mundo, pela fala do outro, pelo debate. A palavra é legado e, por isso, carrega em sua essência um convite ao diálogo.

As relações foram, sobretudo, do que tratou o *II Seminário Internacional Arte, Palavra e Leitura – Lugares de fala e visibilidade*, o que, de alguma forma, traduz a maneira como o Itaú Social vem tecendo suas redes nos projetos que realiza pelo Brasil.

Parceria é palavra-chave em nossas ações, seja em conjunto com organizações da sociedade civil ou o poder público, nas universidades ou em outros campos de atuação. O empenho é pela comunhão de sentidos, na busca por um horizonte pactuado a muitas mãos e pensamentos. Neste caminho, a valorização dos saberes e práticas que emergem dos territórios tem sido uma prioridade institucional.

Há 18 anos, com o programa *Escrevendo o Futuro*, o Itaú Social elegeu a leitura e a escrita como centrais, compreendendo a força desses temas na promoção do acesso a educação de qualidade e à garantia de direitos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa. De lá para cá, este

programa evoluiu e outros programas surgiram, dando contorno aos inúmeros aprendizados partilhados e desafios que precisam ser enfrentados de pronto.

Somos gratos pela possibilidade de compor uma comunidade potente como a que se formou a partir deste Seminário. Esperamos, com esta iniciativa, seguir contribuindo para o tratamento das importantes questões que a tríade Arte, Palavra e Leitura nos provoca a refletir, com ações e mais provocações efetivas no caminho de uma sociedade de leitores e promotores da cultura da escrita.

Boa leitura.

Angela Dannemann
Superintendente do Itaú Social

Tempo de escuta, tempo de leitura

A largos passos, nos encaminhamos para viver tempos cada vez mais acelerados. Somam-se, junto a mudanças contínuas, caudalosos volumes de informações, conteúdos e manifestações. Uma produção que se assenta sobre o papel ou surge de forma instantânea nas diferentes vias *on-line* de que dispomos. Ao constatarmos que tanto se fala e tanto se escreve, como concentrar esforços na recepção desse universo?

Na Babel contemporânea e híbrida em que vivemos, são incontáveis os grupos e indivíduos que se identificam por maneiras próprias de narrativas, oriundas de suas experiências, características de seus tempos presentes e que, diante de silenciamentos históricos, depositam forças em horizontes mais dignos para si e seus pares. Ao passo que tais maneiras operam como dispositivos políticos e poéticos, relevantes para a afirmação de identidades e direitos, cabe às sociedades, que optaram pela hegemonia de certos discursos, conhecimentos e mesmo de culturas, amplificar suas vozes e, por fim, fazer jus à sua riqueza humana.

Nos meios que difundem o que hoje nomeamos literatura – livros, contações de histórias, batalhas e declamações de poemas, obras audiovisuais, performances, entre outros –, a leitura e a escuta são práticas irradiadas pelas produções

dedicadas a manifestar ideias, expressar sentimentos, transmitir ou recriar mitologias e (re)fundar territórios. Assim, a literatura encontra nessas práticas a curiosidade, seja pelo mundo, seja pelo outro, seu fôlego e seu mote para aproximar diferenças, ao mesmo tempo que as afirma.

Entre 19 e 21 de março de 2019, no teatro do Sesc Pinheiros, aconteceu o II *Seminário Internacional Arte, Palavra e Leitura – Leitura e Escrita: Lugares de fala e visibilidade*, fruto da parceria entre Itaú Social, Comunidade Educativa CEDAC, Instituto Emília e Sesc. A publicação ora em mãos traz as falas de seus participantes – profissionais que desenvolvem ideias, iniciativas e projetos tendo em vista o fortalecimento dos campos da arte, da palavra e da leitura como lugares de produção e fruição democrática, nos quais jovens descobrem o protagonismo e em que os direitos de povos minorizados, o racismo e as políticas públicas são apresentados como pautas urgentes para a manutenção de sociedades mais igualitárias em oportunidades e visibilidade. Cenários sociopolíticos – mais especificamente a América Latina – de onde surgem narrativas a partir de uma miríade de particularidades e que, mesmo assim, contribuem para o diálogo e o convívio de identidades.

Assim, a realização dessa ação busca estimular a cultura como campo de constantes trocas entre cidadãos e coletivos que, mesmo separados por distinções variadas, habitam e constroem um mesmo mundo. Uma instância que, em tempos velozes, oferece exercícios sensíveis de escuta e de leitura, conferindo atenção a alteridade inerente às nossas próprias existências.

Boa leitura!

Danilo Santos de Miranda
Diretor Regional do Sesc São Paulo



Lugares de fala e visibilidade

Ivan Marques

Rosane Borges

Silvio Luiz de Almeida

MEDIAÇÃO Dolores Prades

DOLORES PRADES O objetivo desta mesa de abertura é compartilhar questões-chave para entender e atuar em nossa realidade, cada um à sua maneira, e pensarmos juntos como podemos intervir e resistir, para construir um país melhor. Ver esta casa cheia e acompanhar o enorme interesse por estes encontros não só confirma a atualidade dos temas deste 2º *Seminário* como “lava nossa alma” e mostra uma luz no final do túnel.

A literatura, a poesia, a recuperação da memória e da oralidade, a arte, enfim, são antídotos e alimentos de resgate do humano, de um olhar mais generoso e acolhedor do outro, do diferente, do alheio, uma porta de acesso à infinidade de vozes que se plasmaram nos relatos, nos livros, nessa conversa interminável que é a literatura. A literatura como direito de todos, como espaço de descobertas e encontros fundamentais para ampliar nossa visão e nossos sonhos.

Gostaria de iniciar a nossa reflexão levantando a seguinte questão: o Brasil ocupa hoje um triste lugar de destaque no *ranking* da violência. Femicídios, violência contra jovens negros da periferia, violência contra lideranças populares, e

agora também importamos a violência nas escolas... Longa é a lista. Gostaria que começássemos pensando neste quadro e na forma como ele se constitui num problema estrutural. Ivan, você poderia tomar a palavra e nos dar um contexto geral?

IVAN MARQUES É um prazer estar aqui, conversando com vocês. Minha plateia normalmente é de policiais, então aqui temos um outro lugar de debate – e isso é bastante importante.

Quando se olha para as questões de violência estrutural no Brasil e para os dados de segurança pública como um todo, os indicadores são os piores possíveis. Dolores disse que o Brasil ocupa um dos piores lugares no *ranking* mundial de violência e criminalidade, e consigo trazer um dado talvez um pouco mais preciso e afirmar, categoricamente, que o Brasil é o país que mais mata de forma violenta no mundo. Não é que estejamos entre os cinco maiores: somos o país que mais mata em números absolutos. Em 2017, morreram 63.880 pessoas de mortes violentas intencionais.¹ Comparando com o resto do mundo, é o maior número divulgado de pessoas mortas. São 56.900 homicídios dolosos, isto é, aqueles que a justiça conseguiu encontrar e classificar como crime. Temos quase mil pessoas que apanharam até morrer, em 2017; 5.159 pessoas foram mortas por polícias, pelo Estado. Quer dizer: 14 pessoas foram mortas por dia em 2017, e este é o dado mais atual que temos, por intervenção policial. Do mesmo jeito, 367 policiais foram mortos dentro e fora de serviço, a maior parte fora de serviço. 61.032 estupros ocorreram no Brasil em 2017, e estima-se que esse dado seja uma sub-representação dessa realidade, porque em

1. Dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, veiculados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 08/08/2018. Disponível em: <tinyurl.com/rdlg8vq>. Acesso em: 19 jan. 2020) (N.E.).

média, num patamar mundial, só 30% dos casos de violência sexual são reportados. Foram 221.238 registros de violência doméstica em 2017 enquadradas na Lei Maria da Penha.

Os dados do Brasil, considerando 2016 como referência, mostram que negros e pardos – dados do IBGE e do Data SUS – representam 74% das vítimas de morte por agressão por arma de fogo. Quem está morrendo na boca do cano de um revólver? 74% das vezes é um jovem de 16 a 24 anos, negro e morador das periferias. 73% das vítimas de morte por agressão como um todo são negros, mas a sua participação na população brasileira é de 51%. A taxa de homicídio doloso por 100 mil em 2018 foi de 10,2 por 100 mil contra uma taxa de 4,9 de brancos; ou seja, se você é negro em São Paulo, tem quase o dobro de chance de morrer do que uma pessoa branca.

Isso não é por acaso. Quando se fala de violência estrutural, é preciso trabalhar “quem”, “quando” e “onde”. O “onde” está na periferia das grandes cidades. Houve, em 2018, um novo *ranking* de cidades mais violentas do Brasil, colocando Rio Branco com uma taxa de 83 mortes violentas a cada 100 mil habitantes – vamos lembrar que a taxa no Brasil é de 30 a cada 100 mil habitantes, e a cidade de São Paulo tem um índice de menos de 8 – seguida por Fortaleza, no Ceará, com 77, e Belém do Pará, com 67.

Se sabemos quem morre, quantos morrem, onde morrem e como morrem, por que ninguém, então, faz nada? Por que temos “Marielles”, “Andersons”, nove massacres em escolas desde 2002 e o Brasil continua não fazendo nada?

A meu ver, prevenção em segurança pública não é a Rádio Patrulha da Polícia Militar sair com a sirene ligada, o giroflex fazendo barulho e mostrando que o Estado está presente. Aliás, há até um belo programa de prevenção no Espírito Santo que se chama “Estado Presente”, mas que não está reforçando sua capacidade de polícia, e sim sua capacidade de interligação entre políticas públicas sociais das mais diferentes (como educação,

saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer) com um trabalho de polícia a partir de um diagnóstico de violência e de insegurança. É simples fazer; ninguém está “reinventando a roda” na segurança pública.

ROSANA BORGES Há uma pergunta que costumo fazer; digo, brincando, que se trata de uma questão muito foucaultiana: “Como foi possível?” Ora, se pegarmos todos esses dados que muitos de nós já conhecemos, dados repisados pela imprensa, pela mídia, os quais o Ivan trouxe de maneira muito exemplar, muito didática, é possível dizer que essa conta não bate – no sentido de que, quando se vai separando esses dados, o que aparece é um Brasil em que as desigualdades têm um fundamento prioritariamente racial. Falar em desigualdade, em pobreza, em exclusão, em violência, portanto, é falar fundamentalmente de racismo. Por incrível que pareça, porém, é possível falar de tudo isso, inclusive com nossos jovens, em nossas escolas, sem se tomar o racismo como ponto prioritário.

Concebe-se a violência, normalmente, em seu sentido mais restrito – que é a morte, o latrocínio –, o que é uma preocupação. Não quero dizer que se deva desconsiderar isso, mas acaba não sendo possível, quando surgem esses temas (que, sem dúvida, afligem a vida do cidadão comum), dimensionar que essa violência que chega à superfície tem, na verdade, uma conexão oculta. E, como diria Heráclito, uma conexão oculta é muito mais forte do que uma evidência – uma conexão oculta com o racismo, com a homofobia, com o sexismo e com o patriarcado brasileiro.

Gostaria de evocar a expressão de Achille Mbembe,² um

2. Joseph-Achille Mbembe (1957) é um filósofo, teórico político, historiador, intelectual e professor universitário camaronês, uma referência acadêmica no estudo do pós-colonialismo e pensador das grandes questões da história e da política africana (N.E.).

pensador, que diz que aquilo que vivemos hoje, em termos de reconhecimento do outro, são formas cada vez mais sofisticadas da morte do outro. Temos uma política de segurança oficial que diz que “bandido bom é bandido morto”, e, do ponto de vista do imaginário, sabemos *quem* é que nos aflige. Há uma frase que diz que “o jovem negro desperta em nós todo nosso pânico moral”.



Falar em desigualdade, em pobreza, em exclusão, em violência, portanto, é falar fundamentalmente de racismo.

Voltando ao que Mbembe chama de “topografias da crueldade”, o que são? Trata-se dos lugares em que o Estado está presente. Ao contrário do que se diz, havia uma crença na década de 1980, do ponto de vista sociológico, de que nos morros cariocas, nas periferias de São Paulo e nos outros grandes centros brasileiros, os jovens aderiam ao tráfico ou à marginalidade porque havia uma ausência de Estado, porque o Estado ali não chegava. O que se diz hoje é que não há ausência de Estado, mas uma presença ostensiva do Estado; é preciso, porém, saber qual Estado está presente na periferia. Mbembe vai dizer que essas regiões (que poderíamos chamar de “topografias da crueldade”) são áreas em que há licença para matar.

Não há como, portanto, não trazer para esta discussão outro tópico que venho sustentando: vivemos, hoje, um processo de *alterofobia*. O Brasil – e isso nunca foi novidade para as populações negras, para os grupos historicamente discriminados, para as pessoas trans, para os indígenas – sempre foi um país violento. Há, contudo, uma perplexidade: a partir de 2013-2014, começou-se a dizer que aqui havia muito ódio, que o país estava muito violento. Nós, brasileiros – e é isso que estou chamando de novo –, “saímos do armário”. Quando temos um deputado federal que diz para uma colega da casa que “só não

a estupra porque ela é muito feia e não merece”³; isso é de uma violência extrema. Esse deputado continua sendo deputado, e para a perplexidade de todos, ele vira Presidente da República. Quando temos manifestações, morre uma vereadora no Rio e, no dia seguinte, políticos, legisladores publicam imagens dessa vereadora (a nossa querida Marielle Franco), associando-a ao mundo do tráfico, disseminando notícias falsas. Muitos acharam que aquela narrativa era factível, porque, vejam: mulher, preta, periférica, lésbica... Para muitos, “só pode realmente ser tudo aquilo”.

Não choramos os corpos dessa juventude negra, a qual nos provoca um pânico moral, essa população contra quem, todos os dias, se constrói um muro e que não tem segurança...

SILVIO DE ALMEIDA Se pensarmos bem, o Estado brasileiro, a Constituição de 1988 foi construída como uma forma de “domar” certas questões estruturais que nos configuram enquanto lugar de violência.

Há três elementos que fazem parte desse cenário de violência. Quais são eles? Primeiro, o autoritarismo, o modelo autoritário que podemos ver em vários momentos da história do Brasil, mas que, vejam só, e não à toa, se constitui como uma espécie de teoria, uma forma de explicação do Estado brasileiro justamente nos anos 1930, que é quando o Brasil realmente se coloca dentro de um projeto nacional. Trata-se de um Estado que vai controlar com mão muito firme as narrativas produzidas sobre o que é o Brasil,



Fala-se de crise econômica do Brasil (e de outros lugares do mundo), mas nosso país está vivendo, de maneira aguda, uma crise civilizatória sem precedentes.

3. Em 2014, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) afirmou, na Câmara e em entrevista a um jornal, que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) não merecia ser estuproada porque ele a considerava “muito feia” e porque ela “não fazia” seu “tipo” (N.E.).

e que vai se ancorar em um modelo patriarcal de sociedade. O machismo, obviamente, será uma espécie de razão, de justificava ou de motivação para as relações sociais. Vejam, pois, que o modelo patriarcal será elevado à condição de modelo de gestão.

E se essas coisas acontecem, como Rosane muito bem colocou, não é por falta de Estado, mas justamente porque o Estado está presente. Não é possível reproduzir uma violência estrutural sem a organização do poder estatal e sem a racionalização desse tipo de violência por meio do direito. O autoritarismo está imbricado nas relações sociais, inclusive nas relações jurídicas.

O segundo elemento que caracteriza a nossa formação nacional é a dependência econômica. Há algumas circunstâncias históricas em que se abrem janelas de desenvolvimento. São oportunidades incríveis em que, por uma série de condições (políticas, econômicas, culturais), abrem-se as portas para o desenvolvimento no interior do capitalismo. Falo aqui, fundamentalmente, de desenvolvimento como industrialização e a consequente formação de um mercado consumidor interno. O Brasil teve oportunidades como essa, só que todas foram interrompidas. O Golpe Militar, por exemplo, interrompeu uma delas, e tivemos outras interrupções recentemente, a partir de 2013-2014. De alguma maneira, há uma espécie de histórico de intermitências no processo de desenvolvimento brasileiro.

Fala-se de crise econômica no Brasil (e em outros lugares do mundo), mas nosso país está vivendo, de maneira aguda, uma crise civilizatória sem precedentes: perdemos a noção de coisas básicas, estamos rompendo práticas sociais as quais, mesmo nos piores momentos da história do país, se buscou preservar – para se ter ao menos a pálida impressão de que se era um país. Veem o tamanho de nossa crise? Ou seja, o que estamos vivendo aqui na política, do ponto de vista estético, é

aquilo que os italianos chamam de *grotesco*, mas sem a beleza, só com a estranheza e as distorções formais.

O terceiro elemento é o racismo – o racismo como um elemento não só no Brasil, mas também dos Estados Unidos, da África do Sul, da Europa. Temos, de alguma maneira, uma internacionalização do racismo, como algo próprio da paisagem, que nos permitiria até mesmo falar de uma geopolítica do racismo. Estive nos Estados Unidos há três semanas. Comecei a falar do Brasil em uma palestra e os professores negros vieram perguntar: “O que você está falando sobre o Brasil é algo tão inusitado... Sabemos que existe racismo, mas há tantos negros no Brasil, como isso é possível?” Eles não conseguiam entender. Nesse momento, me dei conta de que o Estado brasileiro é muito forte, muito competente: conseguimos produzir uma narrativa tal que mesmo aqueles que estudam nas melhores universidades do mundo aceitam. Eles acreditam que somos pacíficos. Tivemos, em nossa história, uma série de revoltas, resistimos diariamente a uma elite bárbara, violenta e sem compromisso com o país e as pessoas acham que somos pacíficos.

Rosana se perguntava “como é que conseguimos fechar os olhos diante disso?”; a meu ver, não é que conseguimos fechar os olhos, mas não conseguimos abri-los: a violência, à qual o racismo estrutural confere lógica, forma e figura, funciona exatamente porque conseguem nos manter de olhos fechados o tempo todo.

O que está em marcha é uma destruição do mínimo de civilidade que a cultura nacional produziu. O que chamamos de civilização brasileira é aquilo que foi construído a duras penas e sob muita violência por aquelas pessoas que são os rejeitados da terra.

Em resumo, estamos numa disputa civilizatória; o dever de fazer uma disputa moral é duro, porque vamos ter que mostrar que nossos valores são superiores e que nossos valores são

aqueles que devem vicejar na sociedade brasileira. Nossa disputa é ideológica também. Nossa sociedade tem de ser governada a partir de certos valores e de um valor fundamental: o conhecimento (provindo da ciência e dos saberes tradicionais, dos indígenas, dos povos de terreiro que sustentam esse país). Nossa disputa é uma disputa por valores que possam romper definitivamente com esses três parâmetros: autoritarismo, subdesenvolvimento e racismo. Ou rompemos com esses três preceitos de violência estrutural ou estaremos fadados a encontrar a crise na próxima esquina, com tudo aquilo que ela representa.

D.P. Que difícil fechar esta mesa. Proponho uma última pergunta para encerrar: Como a leitura e a escrita podem ser portas para afirmar essas visibilidades, afirmar esses lugares de fala?

R.B. Se traçarmos um percurso rápido da história da leitura, do leitor, do letramento, veremos que, ao menos do ponto de vista que nos chega, do conhecimento ocidental, a leitura foi passando por estágios em que as relações de poder sempre se mantiveram.

Quando era estudante, lembro-me que o primeiro romance brasileiro era *A moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo. Mas nosso primeiro romance brasileiro, na verdade, é *Úrsula*, de autoria de uma mulher negra livre chamada Maria Firmina dos Reis (uma maranhense, conterrânea). Isso significa dizer que, em virtude desses apagamentos, não tivemos acesso à leitura de muitos faróis, seja na literatura, na matemática, na geografia. Não ter tido acesso a essas leituras fez com que nossas formas de ler já nascessem sob o prisma de um olhar que visibiliza e invisibiliza. Isso, ao fim e ao cabo, nos leva a relações de poder. O poder hierarquiza aquilo que pode se tornar visível.

Penso que a nossa grande tarefa é fazer da leitura e da escrita, no sentido mais amplo que essas duas palavras possam ter, um viés importante para se dar visibilidade aos terrivelmente “outros” de nossa existência. E então, para nos tornarmos visíveis, é preciso partilharmos o comum.

Existe uma frase de que gosto muito, que diz: “o nome é um mínimo de presença”. Como é possível trazer à tona alguns nomes que foram soterrados? Sílvio falou daquilo que ele chama de estrutural, que se naturaliza. Ele disse, e eu também costumo repetir: “Civilizamos o Brasil, mas na escola, nos espaços formativos, cabem em uma mão as citações de contribuições dos negros: samba, futebol, feijoada, capoeira”. Éramos a maioria à época da escravidão, e estamos em toda parte. É preciso que se reconheça a escrita dos grupos historicamente discriminados. Obviamente que civilizamos o Brasil, nas ciências humanas, nas artes plásticas, nos modos de falar. Falamos da forma que falamos porque somos banto.⁴

Mas não questionamos. Como é possível que se diga que um povo que civilizou um país, que legou a ele a sua matriz cultural, civilizatória, só contribuiu com nem meia dúzia de elementos?

Penso que a leitura e a escrita são fundamentais para darmos visibilidade, porque, repito, ser visível é existir. Leitura e escrita significam que, ao ler e escrever, refunda-se um universal, refunda-se a humanidade. Se Clarice Lispector pode falar das dores das mulheres e da humanidade, Conceição Evaristo

4. Grupo etnolinguístico localizado principalmente na África sub-saariana e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes. A unidade desse grupo aparece de maneira mais clara no âmbito linguístico, uma vez que essas centenas de grupos e subgrupos têm, como língua materna, uma língua da família banto. Fonte: Wikipédia (Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/bantus> Acesso: 19 jan. 2020). (N.E.).

também pode. Se qualquer outro escritor nosso, branco, pode falar dos problemas brasileiros, Luís Gama, Lima Barreto também podem.

Mas como isso se conecta com a visibilidade? Quando se torna possível ter acesso (e não só nossos alunos, alunas e estudantes) a um mosaico de possibilidades do humano, é possível ser tudo, inclusive ladrão. Dessa forma, não se tem o racismo da surpresa: “olha uma doutora negra”, “olha, a primeira moça do tempo negra”. Do ponto de vista do imaginário, que é mantido pela educação, se invisibiliza toda uma população. E a cota de visibilidade é uma cota, dentro da oficialidade discursiva de nossa educação, que desumaniza indígenas, negras e pessoas trans.

D.P. Com esta fala tão potente de Rosane, fechamos esta mesa de abertura, a qual pontua o contexto mais geral para falar dos lugares de fala e invisibilidades. Penso que demos um passo à frente e trouxemos à tona questões estruturais, sem as quais não é possível pensar o verdadeiro significado do papel da leitura e da escrita em nossos dias. Muito obrigada a vocês!

Referências bibliográficas

CONNECTAS. Em 2017, o Brasil registrou sete mortes violentas a cada hora. [09/08/2018]. Disponível em: <tinyurl.com/rdlg8vq> (Acesso em: 19 jan. 2020).

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Editora, 2018.



Direitos humanos e literatura

Ana Maria Gonçalves

Bianca Santana

Sara Bertrand

MEDIAÇÃO Tereza Perez

TEREZA PEREZ Talvez Sara pudesse começar a falar sobre suas inquietações em torno da questão dos direitos humanos e da literatura.

SARA BERTRAND Quando recebi o convite para participar deste *Seminário*, estava lendo o livro de Anne Carson, no qual há uma pergunta que tem me inquietado: “Qual é o medo dentro da linguagem?”¹ Considerando que o caminho que qualquer leitor empreende é o de uma conversa, uma viagem, a pergunta é onde está o atrito? Que contato é esse que provoca crise? No corpo literário, no corpo social, no corpo físico?

E isso é curioso, porque a literatura se ocupa principalmente da vida e da morte, ou seja, do corpo, uma vez que todo evento na vida do ser humano acontece por intermédio de seu corpo: nascemos, crescemos, morremos. Penso nos jovens no momento

1. CARSON, A. (1995). *Plainwater: essays and poetry*. New York: Vintage Books, 2000. A pergunta à qual a palestrante se refere é: “What is the fear inside language?” (N.E.).

em que abandonam a infância, e eles o fazem... por meio do corpo. Este começa a crescer – uma hora um peito, logo um segundo... E acontece o mesmo com o traseiro, as pernas... e, de repente, lá estão pequenos monstros com vergonha dos próprios corpos, sem saber o que irá acontecer na sequência.

Isso me leva a crer, então, que o medo na linguagem também é o medo do outro, diferente de mim, mas também esse outro que habita em nós mesmos. Desse outro que não conhecemos e que necessariamente vai chegar em nossas vidas, cuja presença (física, inclusive) é inevitável, e que vai se fazer sentir com toda a potência da matéria.

Um dia, subitamente, como um látego, também acontece o despertar sexual, que atinge o corpo como uma corrente elétrica: a qualquer momento uma ereção, uma umidade entre as pernas, o que vira um segredo horrível que separa o jovem de seus pais. Impossível sair do corpo, e com que força o sexo determina. Aqui há medo e um pouco de horror também. A vertigem de não saber. Poderíamos dizer, então, que o medo da linguagem é também o medo do sexo. O adolescente acorda uma narrativa que desconhece. São, estão, transformados em pequenos monstros: uma perna mais comprida, uma cara que desconhecemos por trás da acne. Tudo vira alheio: bonecas e carrinhos, o pôster pendurado na parede. Nada voltará a ser igual. Sua pulsão é para fora, a casa não é mais suficiente, nunca voltará a ser, e saem, viram peregrinos. Se não ocorresse isso em nosso corpo, abandonaríamos em algum momento a casa materna?

Essa linguagem erótica e carregada de desejo no próprio corpo está aí e não podemos evitá-la; e, no entanto, é ela que nos vai levar adiante. As perguntas que correspondem a essa etapa são: Quem sou? O que quero? E esse outro? Despertar o corpo, então, é também despertar para essa narrativa. A do medo, do horror, do estranhamento.

E não falamos nada. No *corpus* literário, no cânone, mantemos afastados os jovens dessa discussão. Curiosamente, os livros dedicados a eles não falam do despertar sexual, não falam do corpo, somente da mente – e sempre com muito heroísmo, muitas conversas sobre o bem e o mal (colocamos os jovens em um espaço ético, moral). Importa, assim, apenas a mente, deixando de lado tudo o que venha a ser intuitivo.

O corpo, porém, é uma forma que também tem inteligência, que faz parte de nossa relação com o mundo, e que faz aparecer o outro como uma possibilidade, uma sedução que também vai nos constituir. Tudo isso passa pelo corpo.

Os dadaístas russos alegaram, na Primeira Guerra Mundial, que era um erro ir contra o corpo, devia-se ir contra a velha forma da cultura. Isso me levou a pensar na realidade e nos problemas com a literatura – os do *corpus* literário, o cânone que construímos ao longo da história.

Não só há uma questão com o sexo, mas também um cânone que parte de um preconceito errado, o de que no mundo só existem vozes masculinas, que só o corpo do homem habita e é capaz de traduzir o mundo. Isso é bastante estranho, pois, na verdade, a mulher vem falando desde sempre. Não ficamos caladas na América Latina. Estamos escrevendo desde a Conquista. Não foram poucas as que tiveram que se afastar para dizer, as que tiveram que abandonar as suas casas, seus filhos, sua família, tudo, para escrever e, no entanto, não as temos escutado...

Deparei-me com um ensaio de Natalia Ginzburg – “*Ragioni d’orgoglio*” [Razões de orgulho] – muito bonito, que diz: “não creio que os seres humanos tenham, enquanto seres humanos, nenhum motivo fundante de orgulho. Não creio que seja um motivo fundante de orgulho ser mulher, homem ou homossexual, não creio que seja motivo de orgulho ser mãe, pai ou não sê-lo, e creio menos ainda que uma dessas condições humanas

seja motivo de humilhação”. E ela continua: “Uma das coisas que hoje mais envenena o mundo da retórica da literatura é uma construção sobre simples condições humanas”.

Creio, então, que falando de direitos e literatura, parece-me justo apresentar um questionamento: não é o mesmo ser mulher, ser homem, ser homossexual; há um coro de vozes que merece ser escutado, e refiro-me a três, mas poderíamos nomear todos. Creio que o mundo seria diferente se deixássemos de temer a linguagem e começássemos a entender a causa do medo, o medo que sentem os homens de escutar as mulheres e o medo da sociedade de abrir espaço aos homossexuais, por exemplo. Em algum momento, a discussão sobre o corpo e o erotismo se perdeu, porque me lembrei de Safo, poeta grega que viveu no século VI a.C. Temos aqui o seguinte poemário:²

Virgindade, virgindade, onde vais que me abandonas? Não voltarei, não voltarei jamais. / Não sou alguém que guarda rancor, tenho a mente tranquila / te seguirei querendo mas encontre uma cama mais jovem, mesmo que você seja meu amigo, porque eu não suportaria viver com você sendo eu mais velha. / Ah, o amor que me desata corpos / me meti em um torvelinho e o amor, serpente invencível, doce, e amarga às vezes.

ANA MARIA GONÇALVES Gosto muito de uma definição de artista do roteirista, diretor e escritor mexicano Guilherme Arriaga. Ele diz que o artista é aquele que entra o mais profundamente possível num bosque, até um lugar onde nunca ninguém esteve. E, nesse lugar, encontra alguém que nunca ninguém viu, escuta dessa pessoa uma história que não conhecia, e volta para recontá-la a quem nunca entrou na floresta.

2. Sara Bertrand lê trechos de diferentes poemas da poeta Safo (N.E.).

Acho que é mais ou menos isso que fazemos. Essa floresta está para mim como metáfora de uma viagem interior, uma viagem que é própria de cada artista, independentemente de sua área de atuação. O que tentamos fazer, penso eu, é entrar em nós mesmos buscando histórias que nos atingem, que nos tocam de uma maneira única e persistente, e tirá-las de lá, esperando que também toquem outras pessoas que se identifiquem com nossa viagem.

Para mim, a expressão artística que mais me tocou foi a literatura. Minha mãe é uma das pessoas que conheço que mais leem. Lembro dela varrendo a casa com uma vassoura em uma mão e um livro na outra, mexendo a panela no fogo com uma mão e um livro na outra. Para mim, era parte do cotidiano vê-la com esse livro na mão, e quando a aporinhávamos, ela começava a ler em voz alta e nós prestávamos atenção. Lembro de trechos de livros, completamente desconexos, e minha imaginação de criança ia formando uma ponte entre aqueles trechos que ela lia e outras ideias, criando histórias absurdas a partir do repertório que eu tinha (isso com 2, 3, 4 anos de idade). Ela nunca me forçou a aprender a ler, aprendi na escola na idade normal de qualquer criança, e comecei a ler muito rápido a partir de então.

Sou do interior de Minas, de uma cidade bem pequena chamada Ibiá. Lá não havia livraria, só uma biblioteca bem pequena, e me lembro de ir até lá pedir livros. A bibliotecária falava que eu só poderia ler livros para crianças da minha idade. Eram livrinhos com dez linhas cada, nem os levava para casa. Sentava ali, lia, lia, até que um dia ela me disse: “Não tem mais livro aqui para você”. Falei para minha mãe que ia ler os livros dela, e ela deixou.

Ela tinha uma estante cheia de livros, que arrumou e falou: “Olha, você pode ler tudo o que alcançar”, e é óbvio que eu queria o que não alcançava. Ela tinha uma coleção maravilhosa de

livros do Jorge Amado, e esses eram meu sonho de consumo, comprados por meio do Círculo do Livro.³ Todo mês chegava a revista em casa, e você escolhia. Meu momento de emancipação se deu quando tinha 8 ou 9 anos, e minha mãe disse: “Todo mês você pode escolher o seu livro”. E me lembro de folhear aquele catálogo do Círculo do Livro, procurando o livro mais grosso, porque achava que tinha que durar um mês. Para mim, quanto mais longa a viagem, melhor. Nesse momento, então, li de tudo.

E quando estávamos treinando caligrafia, na pré-escola ainda, a professora mandou o caderno de caligrafia para casa e pediu para copiarmos o trecho de uma revista ou de um jornal. Acabei com o caderno de caligrafia, copiando e decorando a carta-testamento do suicídio de Getúlio Vargas. Tinha 6, 7 anos, e foi a primeira vez que minha mãe era chamada na escola. E ela achou maravilhoso! “Ela leu o que estava ao alcance dela, então ela pode ler”, disse.

A literatura realmente entrou na minha vida com os livros de adultos. Li *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, com 7 anos, e foi a primeira vez que fiquei sabendo que havia crianças de rua, porque Ibiá era uma cidade pobre, mas não tinha nenhuma criança andando pela rua. Foi um choque enorme pensar que crianças da minha idade estavam andando pelo mundo sem mãe nem pai e fazendo o que queriam. Ao mesmo tempo em que eu ficava chocada, ficava fascinada com aquela realidade,

3. O Círculo do Livro foi uma editora brasileira estabelecida em março de 1973 por meio de um acordo firmado entre o Grupo Abril e a editora alemã Bertelsmann. Ela vendia livros por um “sistema de clube”, no qual a pessoa era indicada por algum sócio e, a partir disso, recebia uma revista quinzenal com dezenas de títulos a serem escolhidos. O novo sócio teria, então, a obrigação de comprar ao menos um livro no período. CÍRCULO DO LIVRO. In: Wikipédia. Disponível em: <tinyurl.com/t77c9kq>. Acesso em: 19 jan. 2020 (N.E.).

tinha vontade de ter a liberdade que aquelas crianças tinham. A partir daí, então, não quis mais ler livro infantil.

Outro livro marcante foi *O exorcista*, que li escondida, quando tinha 8 anos. À noite, botava a cadeira de frente para estante de minha mãe, subia, passava a mão na lombada: livro grosso, pegava sem acender a luz, e lia. Fiquei com muito medo lendo *O exorcista*. Lembro-me de acordar pela manhã assustada. Não sei se vocês se lembram da menina que girava a cabeça... Ela tinha a minha idade, e eu acordava movendo devagar o pescoço e dizendo “Não gira! Não gira!”. Tive que contar para minha mãe, porque realmente fiquei apavorada. Ela disse: “Falei que você podia ler o que alcançasse; agora, se você já quebrou essa regra, não existe mais regra, leia o que quiser e assuma a responsabilidade do que você está lendo”.

Vi que aquilo era algo sério, então. Literatura não era só brincadeira ou diversão, havia ali uma responsabilidade de se conseguir assimilar o que se estava lendo. “Você pode ler tudo o que alcançar”. Obviamente, ela não estava falando só no sentido físico, mas no sentido de tudo o que pudesse compreender, digerir e repassar. Para mim, a literatura vem desse lugar, ao mesmo tempo fascinante e perigoso, essa viagem para essa floresta a que nunca fui. Tento ir a lugares diferentes a cada trabalho que faço, porque a literatura e a linguagem, a meu ver, servem para a criação desses novos mundos, de novas possibilidades de mundo. E por isso ela é tão importante nos dias de hoje, principalmente neste período em que estamos vivendo no Brasil, no qual a mediocridade, a falta de cultura, a grosseria e o não incentivo ao pensar e ao agir diferente estão sendo políticas de governo. Aqui, a maioria é de professores, uma das categorias mais perseguidas atualmente. Força para vocês. Estamos juntos nessa de levar novos universos através do conhecimento a alunos, a leitores! É o direito ao sonho, à imaginação, a se pensar em outros mundos possíveis, pensar

em modos diferentes de driblar qualquer tentativa de cerceamento da nossa liberdade, de nosso sonho, de nossa luta por igualdade ou por conhecimento.

BIANCA SANTANA Que delícia ouvir essas mulheres! É importante estar aqui, e queria fazer um pedido a todos aqui presentes. Quando se fala de humanização e desumanização num ambiente como este, espera-se compartilhar os mesmos valores. Mas nem sempre é assim, pois não necessariamente as pessoas reconhecem em uma mulher como eu alguém que vai ocupar esse lugar do palco ou da escritora.

Uma vez fui convidada a dar uma aula sobre Lélia Gonzalez e a ideia dela sobre o “pretoguês”,⁴ e sobre a Chimamanda Ngozi Adichie e seu livro *Americanah*. Normalmente, quando se fala sobre literatura negra, a maior parte das pessoas assistindo é negra, mas quando não se anuncia dessa forma, o público é mais variado – e se tratava de um ciclo de literatura com outros temas. Havia apenas esse encontro específico sobre literatura negra. O público era bastante branco, de classe média alta, e cheguei como chego a todos os lugares. Cumprimentei as pessoas, sorridente (tenho o defeito de sair sorrindo pela vida), e muitas pessoas olhavam para mim quase ofendidas quando fui falar. As pessoas não sabem onde enfiar a cara, morrem de vergonha. Depois querem ser muito minhas amigas, especialmente aquelas que não responderam ao meu sorriso, porque “imagina se ela pensar que fui racista,

4. De acordo com a filósofa Lélia Gonzalez (1935-1994), o português falado no Brasil se identificaria muito mais com suas raízes se fosse chamado de “pretoguês”. Ela cria esse conceito visando dar conta das peculiaridades que apresenta a variante do português falada no Brasil, resultado do encontro das diferentes culturas que aqui estavam com aquelas que para cá vieram (N.E.).

imagina que absurdo”, e aí ela faz um grande esforço para me provar o contrário.

Por que digo isso aqui agora? Porque quando se faz isso, não apenas me desumanizam, mas também se desumanizam, quando não se enxerga na outra ou no outro alguém que pode ocupar qualquer lugar. E mesmo que eu fosse a faxineira, por

que teria outro tratamento? É um processo de desumanização que nada tem a ver com o que se está dizendo aqui. Isso é muito recorrente.

Gostaria muito que, ao sair daqui, compreendêssemos que isso não tem a ver apenas com nossas discussões teóricas ou com nossa postura profissional, mas com nosso agir no mundo.

O que nossos corpos comunicam no mundo? Gostaria muito de desafiar cada pessoa aqui a olhar todas as pessoas com quem cruzar na rua como sujeito de direitos, assim como você. E sempre que ouço algo assim, me pergunto: “Se fosse um homem branco, seria a mesma reação? Se fosse uma mulher branca, seria outra reação?

E se eu estivesse vestida de outra forma? Acho que esse é um exercício que todos precisam fazer, de entender o próprio olhar, de se perguntar: “Será que eu falaria com essa pessoa se ela ocupasse outro corpo?”

Literatura e humanização, direitos humanos. A palavra escrita chegou muito cedo em minha vida. Morava num conjunto habitacional na Zona Norte, e queria muito brincar com as meninas mais velhas, pois elas queriam brincar de escola e de dar aula. Quando tinha 3 anos, era muito amiga de quatro irmãs. A mais nova devia ter 8 ou 9 anos, e como todas queriam ser professoras, eu era aluna das quatro. E elas me alfabetizaram. Para mim, foi ótimo, porque podia brincar com elas. Aprendi a escrever com os nomes da vizinhança, com as coisas que elas



Gostaria muito que compreendêssemos que isso não tem a ver apenas com nossas discussões teóricas ou com nossa postura profissional, mas com nosso agir no mundo.

mesmas aprendiam na escola, e fui descobrindo os livros que minha mãe trazia para casa e os livros dessas meninas. Devorava aquilo tudo, achava sensacional, e ficava muito curiosa em entender como era ali onde eu vivia. Perguntava, perguntava, e minha avó enlouquecia, ela dizia: “Que *preguntadera*, pra que tanta *pregunta*?”.

Acho que fui fazer jornalismo porque descobri que podia fazer uma entrevista e perguntar para as pessoas o que quisesse. Ao mesmo tempo em que a literatura me fascinava, ela era muito distante, e isso me intrigava desde pequena. Lembro de perguntar para minha mãe, para minha avó: “Mas e as histórias indígenas?”. Quando era criança não havia essa proliferação de livros, não havia tanto acesso à informação, e minha vó falava: “Índio não escreve, menina. Que bobagem!”. Algo em mim, porém, dizia que não era bobagem, que deviam existir outros livros que minha família, minha professora e a bibliotecária da escola não conheciam.

Mais velha fui descobrindo que havia pouco mesmo, e fui lendo o que podia sobre essas outras perspectivas. Obrigava meus amigos e amigas a lerem também. Quando li *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, por recomendação de uma professora, encantei-me e obriguei todo mundo da minha sala a ler. Depois fui ler *Mulheres que foram à luta armada* (tinha uma fixação por regime militar e pela luta das mulheres) e também obrigava todos a ler – era uma coisa muito coletiva. Também não compreendia o direito à literatura ou à leitura como um processo individual. Para mim, aquela leitura fazia sentido quando podia trocar com as pessoas próximas a mim. Minha avó foi alfabetizada tardiamente, e quando lia contos de fada na infância, eu a obrigava a ler também, porque era aquilo a que



Parece-me, por fim, que isso passa por esse lugar de compreender a literatura como um processo coletivo.

tinha acesso, e achava que estava arrasando! Parece-me, por fim, que isso passa por esse lugar de compreender a literatura como um processo coletivo. Porque quando se fala de direitos humanos, muitas vezes se fala dos direitos individuais, que são muito importantes, mas que só podem ser garantidos na coletividade e quando se reconhece todas as pessoas como sujeitos de direito.

T.P. Gostaria, então, que vocês falassem um pouco dessa experiência mais significativa que mobilizou, de fato, vocês a escreverem sobre os direitos.

S.B. Nasci e cresci na ditadura. Na verdade, a experiência política, a palavra oral e escrita sempre estiveram presentes. Se alguém saísse na rua não era para dizer bobagens. Saíamos para dizer que Pinochet havia morrido, queríamos liberdade, queríamos nos expressar, queríamos dizer, falar, gritar, apedrejar também, atirar nossas boas pedras. A verdade, então, é que essas experiências de rua e dos protestos marcaram firmemente a ideia para mim de que escrever é dizer algo e advogar pelos direitos do ser humano. Não vejo diferença entre aquilo que escrevo e a memória, a identidade.

Escrevi um livro que se chama *Álbum familiar*, sobre a ditadura do Chile, mas como se fosse uma fotografia. Primeiro, percebi que não seria capaz de reconstruir a história de maneira linear: tinha fotos. Como era pequena, recordava a cor cinza, os meus pais sempre sussurrando, o silêncio, as conversas entrecortadas, os livros escondidos no forro como algo muito perigoso. Isso me encantava, e roubei um livro – sim, roubei dentro de minha casa –, porque era um livro de fotografias que mostrava a salitreira, os operários. Não sabia por que papai considerava aquilo perigoso, era como se via os operários e a salitreira do Norte, onde começou o primeiro

movimento social no Chile, e as fotografias eram impactantes. Então, roubei-o e guardei-o durante muitos anos debaixo de meu colchão, e decidi escrever sobre isso e o fiz como se fosse um livro de fotografias.

Em uma dessas fotografias apareceu Jacinta, a protagonista de *A mulher da guarda*. E ela apareceu em outra fotografia e depois em outra, e de repente senti que essa era outra história, e que as duas histórias eram parte do mesmo. Porque uma ditadura, um poder que faz você curvar os ombros, é algo que acontece socialmente, fora, mas é algo que também acontece dentro. Por isso, um dos temas que relaciono muito com direitos humanos é o da “memória”. Creio que se esquecermos nossa história, nossos traumas, nossos sofrimentos, esqueceremos de algo escuro que temos em cada um de nós e em nosso povo. Os indivíduos não são diferentes nas sociedades; se construir, então, é um exercício que implica nos recuperarmos. Se esquecermos de nossa vida pessoal, se escondermos os nossos traumas, dificilmente chegaremos e ser indivíduos completos. O mesmo ocorre com nossos povos, com nossos espaços coletivos; precisamos conversar, nos conhecer, aceitar e avançar, pois é complexo ver como a história se repete, como aparecem, de repente, Trumps, Bolsonaro, e nos perguntamos: como é possível isso depois de todo genocídio e de tudo o que aconteceu com a humanidade? Estou muito contente em poder traduzir minha experiência no papel, porque, na verdade, quando acontecem essas coisas, a primeira vontade é de esquecer tudo, e levei muitos anos para poder narrá-la.

T.P. Há um trecho de um livro de Antonio Candido que retrata bem algo que você trouxe dessa experiência. Ele diz que, na literatura, “o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o

afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante”.

A.M.G. Acho que o que me moveu a começar a escrever tem muito a ver com o que a Sara e a Bianca falaram, essas possibilidades de novas narrativas. *Um defeito de cor*, para mim, foi um livro-chave na formação de minha identidade, porque temos essa identidade mestiça no Brasil – minha mãe é negra, meu pai é branco –, e desde muito cedo o racismo institucional, as instituições e as pessoas nos incentivam a abandonar essa negritude. Quando comecei a dizer que era negra, muita gente respondia: “Ah, não. Você é clarinha, esquece isso”, como se estivessem me elogiando. Escrever *Um defeito de cor* foi, então, um processo de encontro, de busca dessas minhas raízes, de onde venho, quais são esses antepassados, o que fizeram e qual a importância realmente histórica desse povo que foi escravizado e trazido para o Brasil (que é algo que não aprendemos na escola). Lembro-me de ter de estudar e decorar nomes, como Guerra de Constantinopla, mas nunca de ter estudado, por exemplo, uma rebelião escrava. Quando tomei conhecimento da rebelião dos escravos malês, na Bahia, pensei que isso era algo crucial para a formação do povo brasileiro, bem como todas as rebeliões escravas.


“Foi preciso que a Princesa Isabel assinasse a lei” para libertar os escravos, dizem, como se partisse dela essa iniciativa, como se a Lei Áurea no Brasil não tivesse sido assinada depois de um processo em que já havia uma pressão do mundo inteiro, porque começava-se a perder economicamente. Ou seja, não foi nenhum gesto de bondade, mas de sobrevivência do país

como nação, e isso também impulsionado por essas diversas rebeliões escravas e lutas, e escritos, e guerras dos abolicionistas negros: pouquíssimos abolicionistas negros entraram para a história do Brasil, pois nossa história sempre foi narrada por brancos e para brancos. Digo “para brancos”, porque ela sempre tentou fazer uma narrativa que ficasse confortável, para que nenhum branco se sentisse culpado, como se nós, ao quisermos contar a nossa história, tentássemos inculcar algum tipo de culpa.

Quando começam a falar em escravidão e do papel dos brancos na manutenção desse racismo estrutural até hoje, todos ficam meio horrorizados, dizendo: “Você quer que nós nos sintamos culpados”, “não vou me sentir culpado por algo que nunca fiz”, “nunca tive nenhum escravo”. A culpa é branca, é de quem está sentindo. Em minha formação, vindo das religiões de matriz africana, não existe essa coisa de culpa; a culpa é branca, é cristã, é judaica. Então, lidem com a culpa de vocês, quem se sentir ofendido quando contamos a história da escravidão a partir de nosso ponto de vista. Não queremos essa narrativa que nós, brasileiros, aprendemos até hoje. Foi isso que me moveu a escrever *Um defeito de cor*, escrever um livro a partir de uma história à qual eu não tive acesso, que me foi negada social e culturalmente, a ponto de quererem que eu não a assumisse, que eu não fosse parte desse lado – a branquitude sempre me chamando “venha para o lado de cá, você não é negra, você é ‘clarinha’, você tem até olhos claros, tem os traços finos, você é inteligente, você é bonita”. Isso tudo já ouvi, como tentativa de tirar de mim essa parte de minha história que é tão importante para minha formação, que é saber a história dos meus antepassados negros. É isso que me move, são essas dúvidas que me consomem, que me fazem escrever ao lidar com perguntas que eu mesma tenho e que, na maioria das vezes, os brancos não entendem, porque

sabem exatamente de onde vieram (“Meu avô veio de tal cidade vizinha, na Itália”). Essa parte da história eu não tenho, me foi negada, me foi tirado o sobrenome, meus ancestrais tiveram de adotar os sobrenomes dos donos, das pessoas que mandavam na vida deles, e foi apagada toda essa história.

O uso da literatura que faço é uma tentativa de resgate dessa história, dessa memória, desse passado que me faz ter orgulho de quem sou hoje, da mulher negra que estou me tornando, ocupando esses espaços onde não se vê uma mulher negra ocupar, e, principalmente, na literatura, essa arte que é extremamente elitizada.



Penso, então, que a luta é por essa diversidade de histórias e, principalmente, das escritas dessas mulheres negras e homens negros que estão aí tentando fazer uma literatura que dificilmente vai chegar até vocês.

Há um trabalho muito interessante da professora Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília, que selecionou as oito maiores editoras do Brasil e analisou todos os romances que foram publicados durante dez anos. É algo absurdo: nas grandes editoras, mais de 75% dos livros publicados eram de homens brancos do eixo Rio-São Paulo, que faziam uma literatura falando desse universo de homens brancos, héteros, de classe média e classe média alta. Fala-se que é preciso formar leitores, mas como essa literatura chega a um leitor que não se identifica com esse uni-

verso? Já li 10, 20 livros que contam a história de homens brancos, héteros, vivendo no eixo Rio-São Paulo, falando de suas próprias vidas. E é sempre a mesma história, é um pouco cansativo, você lê um e parece que leu todos. Penso, então, que a luta é por essa diversidade de histórias e, principalmente, das escritas dessas mulheres negras e homens negros que estão aí tentando fazer uma literatura que dificilmente vai chegar até vocês, é algo que temos de ir atrás. Quando se quer ler mulheres negras, vai-se na livraria, pergunta-se sobre elas, vê-se

os espaços... ou seja, esse tipo de literatura não vai chegar até nós, não há um acesso fácil. Enquanto achar que há espaço para que outras histórias sejam contadas, e que, escrevendo, eu puder abrir espaço para que outras pessoas também agreguem, vou continuar, essas outras histórias precisam ser contadas.

B.S. Conceição Evaristo diz que as nossas histórias não são para ninar a Casa Grande, mas para ninguém mais dormir.

Reconheço-me muito na fala da Ana, porque nunca pensei escrever literatura, nunca quis ser escritora. Amo ler, e quando não acho algo que me interesse muito para ler, fico tão brava que preciso escrever, para que outras pessoas leiam, para que eu possa ler, para que eu descubra aquela história que não conheço. Tinha até muito medo de ser escritora. Comecei a produzir textos num blog, e foi superdifícil começar. Quando a Renata Nakano, minha editora, me procurou, ela disse: “Leio as suas crônicas”. E eu respondi: “Não, não escrevo crônicas, acho que você leu outra pessoa; eu escrevo textos, não escrevo crônicas, relatos, literatura, nada disso”. E conversamos muito sobre o livro, e quando estava pronto, ela me disse: “Agora a assessora de imprensa da editora vai procurar você”. E eu: “Para quê?”. Ela: “Porque você tem de conversar com ela, para fazer um *release* para sair na imprensa, para dar entrevista”. Isso, para mim, era muito difícil, porque ouvir escritor falar foi sempre muito difícil, e não estava entendendo o que diziam, parecia que elas pegavam um balão e iam para um lugar que eu desconhecía. Pensava: “As pessoas vão ter a expectativa de que eu fale desse jeito, mas nunca vou falar assim”.

Quando fui pela primeira vez a Porto de Galinhas e me contaram a história de que ali chegavam pessoas escravizadas



**Essa
dessaçralização
do lugar
do escritor
também é
extremamente
importante.**

depois que o tráfico pelo Oceano Atlântico foi proibido, e que colocavam galinhas em cima das embarcações para camuflar a carga humana escravizada, pensei: “E agora, será que um dia eu vou ter de escrever isso? As pessoas estão contando, mas não está escrito”. E quando Ana lançou *Um defeito de cor*, em 2006, a primeira coisa que senti foi um alívio imenso, porque estava lendo uma história que não conhecia e ela já tinha feito uma grande pesquisa, demorado cinco anos para escrever aquilo completo de um jeito que eu jamais faria. Agradeço muito a você, porque pude ler e agora estou na empreitada com meus filhos. Faz um ano que estamos lendo *Um defeito de cor* toda noite, e é uma experiência maravilhosa reler em voz alta.

Para encerrar, como tenho essa relação com a escrita, sempre que alguém me diz “Gosto muito do que você escreve”, sempre quero perguntar para a pessoa: “E o que você escreve?”. Se você gosta daquilo que escrevo, tenha certeza de que vou gostar do que você escreve, então me manda, publica”. E quando dou oficinas, quando converso em grupos menores, sempre peço para as pessoas lerem o que escrevem. E todos ficam um pouco tímidos. Digo: “darei alguns minutos para vocês; peguem o celular, sei que todo mundo tem um rascunho de e-mail, uma nota guardada. Tenho certeza de que todos que estão sentados aqui escrevem, e eu, como leitora, quero muito ler o que vocês escrevem. Então, publiquem!”.

A.M.G. Isso que a Bianca disse, de não entender metade do que os escritores falavam, aconteceu comigo também. Para todo mundo, o que se quer, na verdade, é passar a ideia de que vivemos num mundo em que se pensa difícil e se fala de coisas difíceis, e isso afasta ainda mais o leitor.

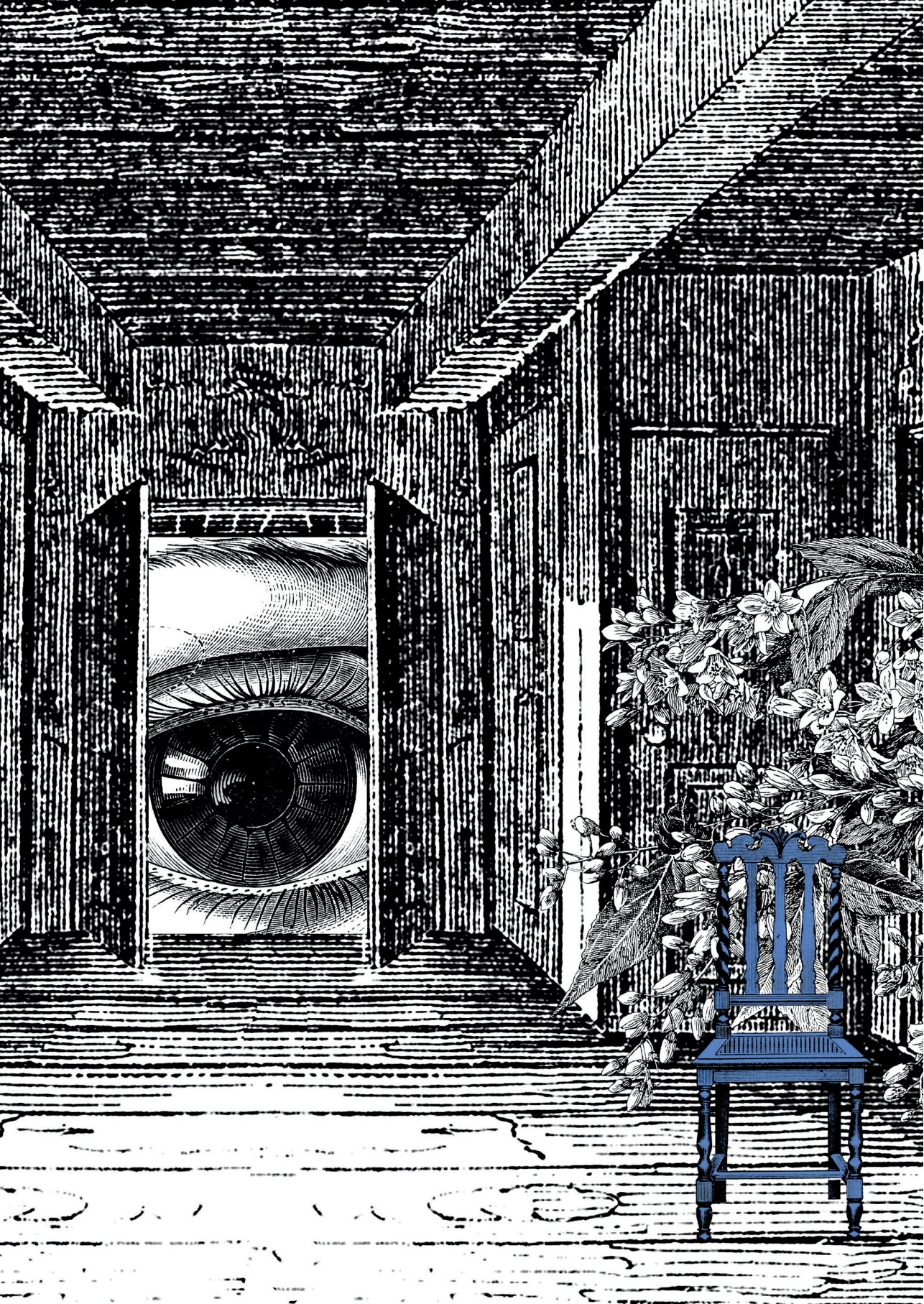
Um dos melhores elogios que já recebi foi de uma moça que, quando soube quem eu era, me abraçou e falou: “Você está viva!”. Porque davam a ela para ler os escritores mortos,

colocavam aquele cara no pedestal, com quem ela nunca teria um diálogo, e ela podia sentar aqui comigo e dizer “Gente, literatura é discutível, eu entendo, posso sentar com determinada autora e questionar certas decisões dela, sugerir, dizer o que essa leitura me causou”. Essa dessacralização do lugar do escritor também é extremamente importante.

S.B. Concordo com você plenamente. Hoje em dia, deveríamos apostar na literatura do bairro, da rua, da guerrilha, e na ação poética.

Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Americanah*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- AMADO, Jorge. (1937). *Capitães de Areia*. São Paulo: Cia de Bolso, 2009.
- BERTRAND, Sara. *Álbum familiar*. Barcelona: Seix Barral, 2016.
- BERTRAND, Sara. *A mulher da guarda*. São Paulo: Solisluna/Selo Emília, 2019.
- CANDIDO, Antonio. “Direitos humanos e literatura”. In: FESTER, Antonio Carlos Ribeiro (org.). *Direitos humanos e... medo, AIDS, Anistia Internacional, Estado, Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARSON, Anne. (1995). *Plainwater: essays and poetry*. New York: Vintage Books, 2000.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro: Globo, 1998.
- GINZBURG, Natalia. (1975). “Ragioni d’orgoglio”. In: *Opere 2*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1992.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- JESUS, Carolina Maria de (1960). *Quarto de despejo – Diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2019.



Escrita e leitura, portas para a construção de identidade

Conceição Evaristo

Delcio Teobaldo

Margarita Valencia

MEDIAÇÃO Dianne Cristine Rodrigues Melo

DIANNE CRISTINE RODRIGUES MELO A ideia desta mesa é conversar sobre o valor que a leitura e a escrita têm em nossa sociedade e o papel transformador que a apropriação desses bens possibilita. Convido todos a se apresentarem rapidamente.

DELICIO TEOBALDO Boa tarde a todos e todas, só um instante. Deixe-me estabelecer aqui uma zona de fronteira, porque falar de portas é algo muito delicado. Com licença [*Delcio coloca um barbante em linha reta no chão do palco e dirige-se à plateia*]. Só pedirei a vocês que me lembrem de usar isso aqui mais tarde.

MARGARITA VALENCIA Muito obrigada por estar aqui, por me darem essa oportunidade maravilhosa de compartilhar com vocês, ou melhor, de continuar uma discussão que tenho há muito tempo sobre a leitura e a escrita, e sobre a forma como essas duas tecnologias incidem em nossas vidas e nos transformam – seja na docência, na biblioteca ou no trabalho editorial. Desde que cheguei aqui, não fiz mais do que aprender. Creio que vou passar um ano tratando de entender todas essas coisas

que vocês têm me ensinado nesses dias. E espero que a mesa de hoje também me dê mais elementos para seguir pensando nesse tema crucial para nós na América Latina.

D.T. A primeira mesa abriu, com muita competência, não uma porta, mas uma porteira. Porque quando se abre uma porta, se dá acesso a outro cômodo. Creio que nosso trabalho aqui é incomodar vocês. Porque é muito cômodo chegar e ouvir algo que nos satisfaça. Penso que devemos sair incomodados. Prefiro, então, trocar a palavra “portas” por “porteiros”. Isso tem muito a ver com a minha cultura. Porteira é um lugar que se abre para lugar nenhum. Estabelece-se uma porteira, planta-se uma porteira numa imensidão quando o olhar vai além daqueles limites, e é isso o que buscamos aqui: amplitude para pensar e para sonhar.

A palavra, a meu ver, tem uma força muito grande, porque ela sagra. Sou neto e filho de benzedeiros, então, da cura das doenças à sagração das folhas dos alimentos, tudo era feito a partir da palavra. A palavra, para mim, mais do que ruído, é rito. Um dos palestrantes disse que não se deve falar o nome de pessoas porque você invoca. Isto é muito sério, eu evito falar. Tanto que era uma pessoa muito atuante nas redes sociais e, desde que começaram as discussões para a corrida presidencial, parei de escrever, prefiro ficar como observador.

A palavra, para mim, é tão determinante que ela é suave para benzer, curar uma doença tanto quanto para forjar e modificar uma ferramenta. Isto aqui [*Delcio mostra uma talhadeira gasta*] é uma ferramenta que meu avô usava – ele era ferreiro, quer dizer filho de Ogum. Para alimentar 13 filhos ele usava esta talhadeira cantando, para não perder o ritmo [*Fecha a mão e bate ritmado na cabeça da ferramenta*]. Quando olho, ouço



A palavra, para mim, mais do que ruído, é rito.

a palavra cantada de meu avô, assim como o riso dos meus tios, porque a partir dessa ferramenta, eles tinham alimento em casa. Um celular é uma ferramenta tanto quanto esta [apontando para a talhadeira]. E trabalhamos com o celular, que também está ligado à metalurgia – não fosse assim, os meninos escravizados na República Democrática do Congo não estariam nas minas de cobalto extraindo aquele material para manter o nosso conforto, a nossa comodidade. Temos aqui o celular e esta ferramenta [a talhadeira], mas quando estamos começando a entender isto [o celular] para adaptá-lo ao nosso modo de viver, trocam, lançam um novo. Estamos ignorando vidas, ignorando o trabalho infantil escravizado.

D.C.R.M. Temos o prazer de contar com mais uma participação nesta mesa. Ela não pôde estar presente porque está participando de um evento literário em Paris, mas nos deixou um vídeo-depoimento especialmente para nossa conversa. Estou falando de Conceição Evaristo, que é mestra em literatura brasileira pela PUC-RJ e doutora em literatura comparada pela Universidade Federal Fluminense. Autora de sete livros, entre romances, contos e poemas, Conceição retrata em seus textos a complexidade da mulher negra constantemente silenciada no Brasil. Ela é militante do movimento negro, principalmente nas questões de gênero e políticas sociais. Com vocês, Conceição Evaristo.

CONCEIÇÃO EVARISTO¹ Quero cumprimentar a todos os participantes da mesa, cumprimentar a todo o público, e lamentar profundamente não estar aí de corpo presente. A produção literária [de autoria negra] vai surgir muito em função da lei

1. Transcrição do depoimento gravado especialmente para esta ocasião. Para assistir ao vídeo, acesse youtu.be/-AErobAo3-o.

10.639/03, que é a lei instituída no primeiro governo Lula, tornando obrigatório o estudo das culturas africanas e afro-brasileiras no currículo escolar. Depois ela foi ampliada, tornando obrigatório também o estudo das culturas indígenas. Nesse momento, dá-se um salto muito grande no que tange ao texto literário, a novos textos literários de autoria negra – e também não só de autoria negra, mas de autoria indígena, o que é muito mais raro. Esses textos estão presentes nas escolas, e, sem sombra de dúvida, apresentam uma nova perspectiva, que é a da assunção positiva dessas identidades formadoras do povo brasileiro, mas que são identidades que foram sempre subjugadas, negadas, estereotipadas pelo texto literário.

A literatura, o discurso literário, é um dos mais fortes, talvez até mais forte do que o discurso político, meios para dizer uma identidade nacional. Porque o discurso político já tem uma objetividade, a de construir justamente uma ideologia, e o texto literário até a constrói, mas se torna mais prazeroso porque tem a possibilidade de cativar por meio da emoção. O texto literário, então, acaba cumprindo, querendo ou não, uma função muito importante: a de explicitar essas identidades. O texto literário consegue explicitar, consegue dizer dessas identidades subjugadas dentro de uma nação – a qual se diz pluriétnica, e é pluriétnica, como o Brasil. Algumas etnias ou posições sociais, contudo, cumprem ou têm um desejo de hegemonia. A cultura hegemônica é aquela que consegue veicular melhor o seu discurso. O texto literário que vem surgindo e que vem ganhando uma amplitude maior é capaz de convocar muito mais a pluralidade étnica brasileira.

Particularmente, tenho vivido uma experiência muito interessante. Tenho até brincado quando se fala de uma “literatura universal”. Toda vez que esse discurso sobre a “literatura universal” aparece, na maioria das vezes ele entra advogando que ela não tem sexo nem cor, que a arte, de modo geral, não



A literatura, o discurso literário, é um dos mais fortes, talvez até mais forte do que o discurso político, meios para dizer uma identidade nacional.

teria sexo nem cor, que ela falaria para todos, falaria por si só e convocaria a todos da humanidade. E tenho insistido muito que quem faz esse discurso de uma arte universal é, justamente, essa arte que parte das particularidades. Pois o que tenho percebido é que meu texto – que é um texto criado, profundamente marcado pela minha condição de mulher

negra na sociedade brasileira –, é um texto que tem convocado negros, brancos, mulheres, velhos, crianças, brasileiros, estrangeiros. Mas é um texto que nasce, sim, de uma particularidade, que se revela no texto consciente e inconscientemente. Minha condição, minha experiência de mulher negra na sociedade brasileira me permite, ou me induz a, criar um texto que está realmente convocando as pessoas mais diferentes possíveis.

Penso que os textos literários, junto com outros discursos, revelam uma identidade nacional, assim como revelam uma identidade coletiva, e uma identidade muito particularizada que é a do sujeito, da autoria do texto, daquele que está escrevendo. É uma responsabilidade muito grande também. Quem escreve e, principalmente, tem essas experiências particularizadas (como mulher, negro, índio, pessoas que não cumprem com uma sexualidade normatizada, heteronormativa), tem uma responsabilidade na criação do texto. Vejo que há uma questão ética também, tem-se uma responsabilidade sobre aquilo que se cria.

M.V. Gostaria de continuar essa discussão partindo da ideia que Delcio acaba de expressar, sobre a palavra sagrada. A partir daí, entendemos que as palavras têm um efeito, que comunicam e que reúnem. E se formos mais para trás, podemos recuperar a ideia de palavra sagrada e da literatura como fruto de uma

musa, uma deusa que sussurra ao ouvido do poeta as palavras. O poeta, assim, não é mais do que um mediador das palavras divinas, fortalecendo essa ideia de palavra sagrada.

E aqui estamos no terreno da literatura, no terreno da criação, da casa, da família. Mas sinto que quando falamos de leitura e de palavra, uns falam de algo como Conceição, que se refere à “literatura”, e outros, como Delcio, que fala de “palavra sagrada”. Há aqui, a meu ver, um certo consenso nesse sentido. A leitura é, antes de tudo, uma leitura literária, de jogo, de gozo, de transformação.

Por outro lado, há um discurso estatal, público, dos Estados, das multinacionais, das transnacionais e dos organismos encarregados da produção da leitura, que falam sobre ler, mas não consideram que a palavra seja sagrada. Porque a leitura, nesses discursos, está associada diretamente ao progresso, à ideia de educação. E educação não para a transformação nem para a criação de cidadãos críticos, mas para o avanço, para a produção. Quando esses discursos falam de leitura, estão falando de educação e de avanço, numa série de cursos que vão levar as pessoas – e aqui estou chegando ao tema da identidade – a ocupar um lugar dentro da sociedade, que é essencialmente produtivo. “Fui à escola, talvez depois à universidade, tenho um ofício, sou ferreiro e posso aspirar a um salário determinado”. A leitura, então, volta-se a algo como uma aspiração, uma escalada em um só sentido, uma porta que só nos leva a outro cômodo, onde vamos poder ter um salário maior, talvez uma vida melhor melhor, e tudo isso associado, repito, à ideia de progresso.

Essa palavra sagrada, que é de todos, começa, pois, a ser encerrada no livro, e os livros, em vez de serem portadores da palavra, são objetos fechados e críticos, os quais temos que aprender a desvelar na escola para podermos aspirar a uma melhor qualidade de vida.

Minha primeira ideia era falar de leitura, escrita, identidade, começar a recuperar em nossos discursos de promoção de leitura a palavra “conto”, a palavra “narração”, que é o território no qual realmente somos todos iguais, em que há uma comunicação nesse sentido, sempre. Não há alguém me explicando como se resolve uma equação, mas que me conta um conto, e eu, que tenho uma voz, posso contar um conto a outro. E assim recuperamos a palavra como aquilo que ela é, esse veículo para nos converter em seres humanos.

D.T. É interessante o que a Margarita fala sobre a musa que susurra ao ouvido do poeta. Ana Maria Gonçalves falava que, nas artes, o artista vive num território de ninguém, e foi conviver com figuras com quem ninguém conviveu para dali trazer a sua narrativa.

Estou aqui com um texto da Conceição Evaristo, que mora lá em Maricá, no estado do Rio de Janeiro, onde moro. Há um poema dela de que gosto muito, ele se chama “Da calma e do silêncio”. Eis a primeira estrofe:

Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.

Persigo, com muita humildade, o que essa palavra tem de mais sagrado: húmus, pisar sobre o húmus da terra, um território que é anterior àquilo que se entende como literatura.

Busco o esoterismo da literatura, da criação. É um território em que a palavra “sensível” é possível, em que a palavra “visível” é possível, em que a palavra “sano” é possível. Elas existiam antes que inventassem, que colocassem diante delas o prefixo “in”. O que era sensível, assim, ficou “insensível”; o que era visível, “invisível” e, pior ainda, o que era sano se tornou “insano”. Mas, creio eu, há que se colocar o prefixo “in” na frente do “cômodo”, vocês têm que sair daqui incomodados. Pois é isso que estamos praticando aqui, no momento em que o falar, o parlamento, o exercício da palavra, do diálogo, está tão desacreditado.

Gosto da palavra “mesa”, apesar de não ser esse o formato da nossa disposição aqui no palco. Só se põe à mesa saber e sabor, que têm o mesmo radical latino. É preciso tornar as coisas palatáveis, amargas ou doces, para que seja possível se alimentar, se nutrir delas. Estou falando, por exemplo, de esoterismo, e fico muito preocupado com uma palavrinha, que tem me incomodado muito: “arroba”. Ela é usada a torto e a direito, de uma maneira muito irresponsável até. Em Minas Gerais, minha avó do lado paterno era angolana, e do lado materno meu bisavô era judeu e minha bisavó, portuguesa. Meu avô era índio da nação botocuda, que foi dizimada. Quando os mascates chegavam para vender as quinquilharias, eles “arrobavam”. Arrobar é trocar sem necessidade de aferição. Se preciso de pão, você tem pão para me oferecer e eu tenho ouro para alimentar meus filhos, não peso valores: dou todo o ouro que eu tenho para você e você me dá o pão. O sentido de “arroba” é esse.

Na capa de *Escambo*, meu último livro, há uma @. Por que a @? Quando você passa seu e-mail para alguém (“fulanodetal@gmail.com”), você está chamando-o, porque o movimento da



Húmus, pisar sobre o húmus da terra, um território que é anterior àquilo que se entende como literatura.

@ é centrípeto. Isso é Exu – Exu, a potência que traz, a energia que arrebatava. Então, sabendo-se disso, não se passa e-mail para qualquer pessoa. É preciso muito cuidado: está-se chamando para dentro da própria casa, para seu convívio.

Mas assim como Exu traz, envolve, ele des-envolve. Vivemos num país que pretende ser desenvolvido, mas não envolve. Você só pode desenvolver, fazer o movimento centrífugo, se envolver primeiro. Estou feliz da vida aos 66 anos de idade por estar vivendo esse tempo sabendo que Ogum está vivo, que Exu continua distribuindo @ por aí e trazendo pessoas para dentro da gira. É a constatação de que quanto mais a gente avança para o que pensa ser o futuro, mais se está buscando o passado, em que tudo era sensível, visível, sano.

Estamos aqui buscando a respostas, alguém que sinalize um caminho? Não há caminho.

Admiro muito esses meninos hoje. Tenho um neto, o Cadu. Faço um discurso desse tamanho [*faz gesto amplo*], e ele me diz: “A-hã”. E está resolvido. Se aumento o discurso, ele posta um emoji. Aqui está um discurso muito bem-acabado, a que nós, educadores, devemos prestar atenção. Um emoji, tanto quanto o @ é um discurso potente. Vivemos um mundo de muitos ruídos e de poucos ritos. Bom exercício é falar pouco e de maneira incisiva. Ossaim, orixá das folhas, só permite que você colha se pedir licença. Se passar numa estrada e quiser sentar numa pedra, só deve fazer isto se pedir licença a Xangô. Pedir licença, de usar a palavra como permissão ou perdão, é fundamental. É neste exercício, neste parlamento, que acredito.

M.V. Nesse parlamento, não se teria que votar, a palavra seria decisória e criativa. Quero recuperar duas coisas do que Delcio disse, as quais creio serem importantes e têm relação com o tema que nos convoca hoje, que é o da identidade. A primeira é

essa ideia de que a palavra narrativa tem que ser sobretudo cosmogônica, digamos, para recuperar o mito, sua sacralidade se preferirem. Essa insistência na recuperação da narração mítica remete a um dos grandes poderes da palavra, que também foi perdido na cultura escrita escolar, que é a palavra como formadora de identidade e de raízes. Delcio recitou sua ascendência e sua descendência. Chego até minha avó, também não tenho muito claro de onde ela vem, porque sou de um país em que o discurso da mestiçagem varreu nossos ancestrais e as raízes anteriores. No final do século XIX, o discurso dominante era de que todos éramos mestiços e só. Não pergunte mais, para trás não existe. Antes da Conquista não existe nada, a África não existe, os outros grupos indígenas não existem. Já nos misturamos todos e começamos a existir em 1810. Creio que o Brasil, nesse sentido, tem sido muito mais insistente na recuperação de seu discurso mítico. Na Colômbia, isso começou nos anos 1980, por meio da literatura infantil. Voltemos ao que disse nossa companheira ausente da mesa, Conceição Evaristo: com a palavra, podemos recuperar e reconstruir um pouco daquilo que somos; não o que a sociedade quer que sejamos, mas o que genuinamente somos – múltiplos, mutantes, com muitos interesses, com muitas características. Não é só uma característica que nos define, nem apenas uma identidade que nos encerra. Mas uma identidade que nos permite encontrar uma voz, creio ser esse o fundamento da palavra oral e da palavra escrita. Qual é minha voz? Como soa minha voz? E que lugar ela ocupa nesse parlamento em que conversamos todos?

D.C.R.M. Tomo a palavra “in-cômodo”, porque estamos o tempo todo tendo que sair incomodados daqui. Num país como o Brasil, no qual muitas crianças, adolescentes e jovens são desprovidos dessas narrativas, dessas linguagens (e muitas vezes dentro de suas casas e da escola), como vocês veem, no

trabalho que realizam, essa apropriação da linguagem, que é um bem simbólico dos mais poderosos que se tem?

D.T. Acredito numa escola mais reconhecedora do que instrutora, creio que o modelo seja esse. Reconhecer o saber do outro antes de se posicionar como instrutor. Toda criança já traz em

si um conhecimento, que deve ser respeitado. Meu avô lia o mundo. O que é leitura? É você ter capacidade de vigília, de observar e de escuta. O que é escrita? É a capacidade que se tem de traduzir para o outro – vejo assim. Creio que, em alguns pontos, a literatura escrita nos trai. Escrevi um romance, *Pivetim*, que ganhou o prêmio Barco a Vapor em 2008. Trata-se da história de um menino que vive na rua. Ele tenta, num mundo de adultos, manter a fantasia. Quando vai e pega o papelão para fazer sua casa, tem que ser respeitado, pois ficou o dia todo esperando aquele papelão para este fim. Não convivi com meninos de rua, não precisei fazer imersão alguma. Tive que abrir mão do jornalista, porque, como jornalista, tenho que escrever com

muita ética, muito cuidado. Como escritor não, sou devasso, faço o que bem entender, o que me vem à cabeça – estou no comando. Escrevi *Pivetim* sem descrever como ele era fisicamente, porque não queria que a carapuça entrasse na cabeça de ninguém. Quando *Pivetim* venceu o Prêmio Barco a Vapor (depois ganhou o APCA [Associação Paulista de Críticos de Artes] e foi finalista do prêmio Jabuti), saiu uma nota dizendo: “História de menino negro ganha o prêmio Barco a vapor”. Pensei: Por que vive na rua tem que ser necessariamente preto? O curioso é que a história de *Pivetim* foi associada à minha vida.

Uma vez, fui a Passo Fundo (RS) responder perguntas pré-concebidas: “Delcio Teobaldo, como foi sair das ruas e chegar



Com a palavra, podemos recuperar e reconstruir um pouco daquilo que somos; não o que a sociedade quer que sejamos, mas o que genuinamente somos.


onde você chegou?” Respondi: “Antes de tudo, gostaria de dizer para vocês que tudo o que está no romance *Pivetim* é mentira; inventei, tudo aquilo saiu de minha cabeça de maluco”. Uma professora disse: “Não acredito que fiquei três meses lendo seu livro, preparei a minha turma para ouvir isso. Por que o *Pivetim* não é real?” Por isso, tenho sempre um pé atrás quando alguém questiona o real da imaginação. Fui criado a partir de uma literatura de assombros, aprendi a ler a partir do cordel.

D.C.R.M. Delcio, na literatura de cordel não há uma confusão entre a ficção e a realidade. Todos sabemos o que é ficção e realidade, e não é preciso explicar. Isso vira um tema, depois, na sala de aula ou no jornal escrito. A narração literária só está liberada socialmente se nos ensina, se tem uma moral. Não se pode contar uma história de que alguém saiu de casa, encontrou um leão e este o comeu, fim. Teria que ter uma moral: “Não se deve sair de casa”. Na literatura popular oral não há nunca confusão entre a ficção e a realidade. Esse é um discurso da escola, sempre. E depois do mundo editorial, não é verdade?

D.T. Perfeito. A minha avó portuguesa, Margarita, nos ninava lendo o Apocalipse. Era uma besta em cada canto. A partir daí eu rezava, rezava o rosário, rezava o terço, salve-rainha e, para complementar o medo, ela dizia o seguinte: “O capeta tem pênis de ferro; além do chifre, tem o pênis de ferro”. Eu pensava: “Se essa coisa me pega...”. Porque eu era o arteiro da família, aprontava todas, então o que eu fazia era rezar, mas não acreditava muito. Rezava para São Jerônimo, Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição, até Santo Onofre, para afastar o capeta. Mas só depois entendi que, quando acordava assustado à noite, tinha que chamar os fantasmas para me manter acordado em vigília. Essa vigília é necessária em qualquer

momento da vida; é preciso estar atento, num estado de... permissão! Não é permissividade, é permissão. Você usa a retórica de Exu, faz o assentamento para Exu nas encruzilhadas ou na porteira, porque passa para lugar nenhum. A boca que tudo come, que é a boca do Exu, a boca que tudo prova e não tem medo, isso é antropofagia, isso é de uma beleza, isso é Brasil.

É a nossa prática aqui, de a gente sair completos, abastecidos e, de repente, vomitar este discurso lá fora, sem medo.



Essa vigília é necessária em qualquer momento da vida; é preciso estar atento, num estado de... permissão! Não é permissividade, é permissão.

M.V. Ouvindo você, recordei da minha educação religiosa na infância, que reprimi rapidamente para me converter em uma agnóstica militante com 6 anos. Um dos grandes papéis da ficção na infância é criar um espaço protegido onde se pode enfrentar o horror. Esse diabo de sua avó é o horror. Está aí, e posso vê-lo porque as palavras dela e dos contos geraram um espaço em que posso estar a salvo; posso ter medo, mas sei que estou a salvo. Posso ver esse diabo com pênis de ferro, chifre de ferro e boca que devora a todos. A literatura é esse espaço onde posso enfrentar o horror, enfrentar o outro, enfrentar o que não entendo, e ver o que se passa sem que eu corra perigo. É uma das coisas maravilhosas da literatura.

D.C.R.M. Perfeito. Bianca Santana lembrou a infância dela com os livros, e disse que a leitura era fascinante, mas distante. Essa distância, além de física (porque sabemos que as narrativas nem sempre chegam a todas as crianças), é também simbólica: muitas vezes aquilo que o autor traz não reverbera em mim. Não me sinto parte daquilo. Queria que você contasse, um pouco, Margarita, como é sua experiência com a edição comunitária, com o autor local.

M.V. Quero, antes de falar da edição comunitária, falar de algo que tem a ver com o que estamos conversando, que é esse lugar da escrita. A palavra escrita, o livro na escola, é ferramenta por meio da qual uma instituição estabelece para alguém uma identidade de fora. A escrita é território dado, é território do “não” desde que começa a formação da criança.

Começamos a ler e, em seguida, quando começamos a escrever, pensamos: “Isso é ruim, isso não se escreve assim, tem erros de ortografia, essa ideia não é compreensível, isso não é assim, isso é mentira, isso não tem fim, assim não se escreve um conto, assim não se escreve um poema”. É o território da normatividade exacerbada ao longo de toda a formação institucional, porque fazemos isso na escola e continuamos fazendo na universidade, na qual essas camisas de força do discurso acadêmico impedem que uma pessoa descubra a única coisa que pode descobrir por meio da escrita, que é a sua voz.

Os trabalhos na edição comunitária buscam justamente resgatar a possibilidade da escrita de dar, a quem escreve, uma voz diante de sua comunidade, sem uma mediação que corrija, sem um editor que prescreva, sem uma professora com uma caneta vermelha. Recupera a possibilidade do conto e da narração direta, permitindo aos escritores, na medida em que buscam e encontram sua voz, buscar e encontrar os leitores, os espectadores de suas histórias, de suas narrações sem nenhuma mediação. A ideia do trabalho de edição comunitária que estamos fazendo em Bogotá é justamente estabelecer, por intermédio da palavra, a possibilidade de fortalecer os laços da comunidade sem que a palavra escrita passe por instâncias de prescrições em que alguém diz o que é bom ou ruim, o que se deve ler ou não, e fortalecer uma comunidade que lê e escreve.



**A palavra escrita,
o livro na escola,
é ferramenta
por meio da qual
uma instituição
estabelece para
alguém uma
identidade de fora.**

E, como disse Conceição Evaristo, na medida em que falo daquilo que genuinamente é meu, daquilo que conheço, haverá alguém do outro lado do mundo que entende isso. Não é necessária, então, realmente uma mediação. Esse é o princípio da edição comunitária: desmontar, dessacralizar a palavra escrita ou a narração oral e convertê-las nesse instrumento formador de comunidades, que eram no começo e que não deveriam ter deixado de ser nunca.

D.C.R.M. Promover esse lugar de pertencimento, à leitura e à escrita.

M.V. Exato. Porque isso nos regenera, e vamos à identidade, no sentido de pertencer. Há outra palavra de que gosto, mais do que de identidade, que é meu lugar de enunciação. Quando permito que alguém escreva, busque seus leitores e encontre seu lugar de enunciação, desse lugar sua identidade vai se desenvolvendo muito mais naturalmente, sem que seja uma coisa artificial.

Queria falar sobre essa ideia de que nossa formação por meio dos livros deve incluir deixar os rastros do leitor no livro, no objeto material, que é uma ideia que horroriza a sociedade porque, em nosso continente, os livros são escassos, temos que cuidar deles. Isso tem nos levado a fazer um discurso sobre como o livro é algo que deve ser tocado com muito cuidado, e impede que a pessoa se posicione com esse livro como um objeto material. Em Bogotá, estamos fazendo, há 10 ou 15 anos, um programa de leitura para a cidade que se chama “Livros ao vento”. A ideia é produzir uma série de livros muito baratos, mas bem feitos, para circular gratuitamente por todas as partes, de maneira que as pessoas possam pegá-los, lê-los, deixá-los no banco do parque, devolvê-los, trocá-los, e começarem a se apropriar deles. Esse programa funcionou maravilhosamente bem,

apesar de duas forças muito poderosas que lutaram contra ele. Uma nos dizia que era incrível que a cidade estivesse botando dinheiro em livros para dar e que as pessoas não apreciavam os livros porque eram dados. Isso era notadamente falso, pois todo mundo queria ter os livros do “Livros ao vento”. Além disso, diziam que as pessoas os roubariam. Disse: “Bem, se você está me dizendo que em uma cidade todos querem roubar os livros, estamos falando de uma sociedade que quer ler loucamente e não o faz porque não tem acesso a eles”. E a segunda instância de crítica foram os professores. Muitos desses livros eram levados para escolas públicas para distribuição, e os professores os deixavam zelosamente guardados nas caixas para que eles não fossem danificados.

São instâncias que querem insistir que os livros são objetos sagrados, aos quais você não pode ter acesso porque está com as mãos sujas, que dizem que é preciso se concentrar no livro 200%, estar bem sentado para ler. Quero que alguém aqui levante a mão se lê bem sentado. São recomendações que são normas, leis, e o que fazem é afastar as pessoas dos livros, das histórias, da possibilidade de escrever. “Esse poema, esse verso, quero grifá-lo, quero repeti-lo, quero mandá-lo a alguém, quero recortá-lo”. Isso é se apropriar da literatura de uma maneira que a oralidade permite naturalmente, e os livros não permitem, mas devemos estimular. Isto é escrever “não estou de acordo” à margem do texto, e olhar cinco anos depois e pensar agora “sim, agora estou de acordo”. Isso é se apropriar, é construção de identidade por meio da cultura escrita. O resto é uniforme que nos diz como devemos ser e como devemos nos comportar.

D.C.R.M. Estamos chegando ao final. Farei uma última pergunta para Delcio. Em sua fala, você faz lindas referências e reverências aos orixás, e tudo faz sentido num discurso orgânico e autêntico. O que você pensa sobre certa prevalência da mitologia

grega nas escolas brasileiras em detrimento de uma ausência da mitologia ioruba, por exemplo?

D.T. Não existe ausência, existe a não percepção. Um poeta senegalês, Léopold Senghor, tem um poema (*A Nova York, para orquestra de jazz e solo de trompete*), no qual diz que, quando chega ao Harlem, se encanta com os dançarinos de Dan, a cobra encantada, vê nas ruas de Nova York os milharais crescendo como em sua terra. É só ter percepção, não há nada ausente.

D.C.R.M. Estamos falando do quanto não se fala das histórias africanas como parte da cultura mundial. E vem aqui uma pergunta para a Margarita: Como as culturas do mundo são apresentadas na Colômbia? Como a literatura da América Latina chega no Brasil?

M.V. Na literatura infantil colombiana e latino-americana, há uma tinta etnográfica gravíssima. É a mesma tinta que reconheço na forma que me ensinavam, quando era pequena, sobre o mundo que havia antes da chegada dos espanhóis. Era uma descrição matizada de ignorância profunda, muito paternalista, que falava das coisas que não tínhamos e das coisas que passamos a ter. Continuam dizendo nas escolas, por exemplo, sobre como nos trouxeram a língua e a religião, como se não tivéssemos isso antes, como se fôssemos mudos.

E a forma como se ensina as crianças agora a diversidade religiosa, a diversidade racial, étnica nacional está tingida desse paternalismo, a partir do qual esse “nós”, ou seja, os indivíduos brancos da Europa, da Espanha, somos o centro do universo e isso nos permite falar, por exemplo, de literatura universal, e todos os demais são variações curiosas, estranhas. Já que falávamos da mitologia grega, a *Odisseia* é o livro mais estranho que se pode imaginar, mas na escola não é apresentado assim.

Tudo é estranho, absolutamente tudo, e, na escola, se ensina isso como se fosse normal. Penso que a escola segue impregnada dessas ideias, entendendo que o universal é só branco e todos os demais são variações étnicas curiosas.

Até a denominação de realismo mágico indica como a Europa olha a literatura latino-americana. É magia porque assim pode instalá-la no mundo primitivo. O mundo racional pertence eles, claro. Essa é a vida na América Latina – mágica, primitiva, anterior ao progresso. O discurso literário na escola continua sendo pintado assim, porque continuamos instalados numa ideia de cânone, que começa em Homero, passa por Dante (por causa do inferno) e segue com Quixote. Nos explicam que essa é a tradição literária à qual pertencemos, mas não nos explicam que a única glória maravilhosa dessa mestiçagem da colonização é que temos direito de nos apropriarmos dessa tradição literária, mas também dessa que é a nossa – a negra, a indígena. Que todas essas são nossas tradições literárias e que teremos a possibilidade de escolher. Isso não se explica na escola, e não é uma possibilidade que se abre na formação literária, creio.

D.T. É o parlamento latino-americano. Vocês esqueceram do barbante? Vamos a ele. Costumo dizer que não gosto da palavra afrodescendente. Não sou afrodescendente, sou afroascendente. Temos que falar da afroascendência porque seria negar os meus antepassados. Não posso descer, tenho que ascender [*Enquanto fala, pega o barbante do chão do palco, se põe em pé e une as pontas com um nó*]. Isso aqui é uma escrita poderosíssima, desperta silenciosamente o melhor de nós [*Vai tecendo uma cama de gato com o barbante*]. Se faço assim [*faz o primeiro*



Penso que a escola segue impregnada dessas ideias, entendendo que o universal é só branco e todos os demais são variações étnicas curiosas.

movimento] é universal, converso com qualquer um de vocês aqui, isso é rede, em rede. Isso aqui é governança. Governança é mais do que governo, porque é horizontal. Essa estrutura de governo vertical acabou. A nossa conversa é horizontalizada. Se fizer isso [*Finaliza a cama de gato*] estou falando com qualquer um de vocês, porque duvido que haja alguém aqui que não saiba me soltar. Quer experimentar? [*Margarita levanta e toma o barbante das mãos de Délcio*]. Isso é parlamento, Margarita! [*Delcio então convida uma pessoa da plateia a tirar o barbante das mãos de Margarita. Ela inicialmente não consegue, e ele brinca*]. Chama a sua avó, menina! [*Com a ajuda de Delcio, ela consegue*].

Referências bibliográficas

EVARISTO, Conceição. “Da calma e do silêncio”. In: *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

TEOBALDO, Delcio. *Pivetim*. São Paulo: SM, 2016.



O lugar da comunidade nos espaços de mediação

Bel Santos Mayer

Felipe Munita

Silvia Castrillón

MEDIAÇÃO André Dias

ANDRÉ DIAS Gostaria de começar lendo uma frase de Gabriel García Márquez, que, a meu ver, representa bem a questão da comunidade, da mediação e de como essas coisas se inter-relacionam. Ele, numa entrevista em 1982, no contexto do Prêmio Nobel de Literatura, diz o seguinte: “Cada linha de *Cem anos de solidão* tem o ponto de partida na realidade, eu apenas forneço uma lente de aumento para os leitores, entende?” Isto posto, coloco a pergunta: Qual a ideia de comunidade na contemporaneidade e qual o sentido de convivência nos tempos atuais, nos tempos de hoje? Silvia, você poderia começar?

SILVIA CASTRILLÓN

Todas as palavras estão velhas,
todas as palavras foram emudecidas,
todas as palavras foram manchadas.
Não sei com que,
talvez com tristeza;
talvez com mentiras,

talvez com o tempo.
Todas, todas as palavras estão sujas.
E são lixo as palavras.
Todas as palavras estão mortas....
Foram mortas envenenadas?
Foram mortas sedentas de verdade?
Em que boca morreram primeiro?
Já não me dizem nada as palavras.

BLANCA DEL PRADO

Este poema foi escrito por uma mulher peruana no ano de 1933, Blanca del Prado, que nasceu em 1903. Um amigo espanhol, Jorge Larrosa, filósofo muito conhecido aqui, há pouco tempo disse que há certas palavras que não podemos mais usar e que deixemos que os inimigos as usem. Resisto a abandonar na mão do inimigo certas palavras, palavras que fazem parte de nossa vida, sobretudo palavras que fazem parte de nossas lutas, de nossa luta política. Prefiro trabalhar para ressignificá-las, ou melhor, para dar-lhes o sentido original. Isso se dá em um trabalho com a comunidade, com outras pessoas, e num trabalho de leitura e de escrita. Estamos falando de palavras, por exemplo, como “paz”, “democracia”, “liberdade”, “cidadania”.

Agora, elas significam muitas coisas, ou até mesmo não significam nada. Em campos específicos de significação, como no campo da educação, por exemplo, palavras ou conceitos como “flexibilidade”, “autonomia”, “sociedade do conhecimento”, “inteligência emocional”, e muitas outras, ampliam seu significado para esconder intenções como a privatização da escola, colocando-a a serviço de interesses privados.

Isso ocorreu também com a palavra “comunidade”, que agora é usada para outros fins, cada qual segundo sua conveniência. Originalmente, essa palavra se referia a grupos de



É possível se apropriar da linguagem, da literatura, da linguagem oral e da linguagem escrita e convertê-la em uma mercadoria, que se compra e que se vende com fins privados.

peças que compartilhavam um propósito comum e trabalhavam juntas para realizá-lo, que dispunham de bens comuns, mas que também construía esses bens comuns conjuntamente. Quer dizer, tratava-se de bens públicos.

Dado que nosso tempo é curto, compartilharei com vocês algumas leituras que venho fazendo há tempos. O livro que

me parece mais adequado para entender o que significa comunidade é *O banquete dos notáveis*, de Constantino Bértolo (agradeço profundamente a Dolores Prades pela indicação deste livro há talvez dois ou três anos).

Esse autor apresenta algumas ideias muito importantes sobre o tema da comunidade. Em primeiro lugar, a linguagem, a palavra oral e a palavra escrita, diz Bértolo, são uma propriedade da comunidade; sendo assim, é a comunidade quem autoriza à outra pessoa o uso delas. Autoriza seu uso sempre que este for para o bem da comunidade, pois, do contrário, não é autorizado. Isso ocorreu até algumas pessoas considerarem, a partir de algum interesse privado, que é possível se apropriar da linguagem, da literatura, da linguagem oral e da linguagem escrita e convertê-la em uma mercadoria, que se compra e que se vende com fins privados – ou seja, despoja-se a comunidade desse bem público que é a linguagem.

Bértolo define a palavra “comunidade”, mas se pergunta se existe uma comunidade neste momento. Atualmente existe esse tipo de comunidade, que se reúne, constrói ela mesma seus próprios propósitos? Ele chega à conclusão de que talvez não, e defende uma comunidade democrática, quer dizer, que define a si mesma e que define seus projetos democraticamente.

Outro escritor espanhol, Carlos Fernandez Liria, em um livro excelente chamado *Escuela o barbárie*, faz um tratado em defesa da educação pública. Ele diz que a escola hoje está sendo obrigada a formar pessoas que devem ser parte de “comunidades”, entre aspas, de comunidades do mundo da produção. Seres humanos, diz, “submersos em um novo grupo humano – o da empresa –, que se sintam cada vez mais fortemente pertencentes à comunidade, que têm que estar orgulhosas e motivadas, como se tratasse de seu clube de futebol. Uma comunidade humana a que se pertence de corpo e alma 24 horas por dia”. E é a escola que lhes impõe esse tipo de formação, conclui.

BEL MAYER Compartilharei aqui quatro momentos que foram me auxiliando a trabalhar com o conceito de comunidade. A primeira comunidade que conheci foi a comunidade eclesial de base. Ia para a igreja, para a sacristia da comunidade São José Operário, para conseguir estudar, porque a mesa da minha casa era a mesa na qual aconteciam todas as coisas, menos estudar. Eu dizia “Mãe, preciso ir à igreja”, e ela respondia, “Vá, mas tome cuidado”. E lá ia eu com Paulo Freire, com Guimarães Rosa, e ficava na capela da igreja estudando.

Essa participação na comunidade me fez ver que nem todo mundo estava ali dentro. Tratava-se de uma comunidade que, mesmo cheia de boas intenções, tinha um sentido de exclusão. Lá estávamos nós, aqueles que liam, que rezavam e que queriam o paraíso, mas havia os outros, os quais não entravam. Nessa primeira comunidade, tão legal, o lugar onde podia estudar, uma série de pessoas não entrava.

Um tempo depois, ganhei uma bolsa de estudos para a Itália e, quando cheguei, era chamada de extracomunitária. Estava



Nessa primeira comunidade, tão legal, o lugar onde podia estudar, uma série de pessoas não entrava.

ali como estrangeira, como extracomunitária, e isso me fez pensar ainda mais nesse sentido de exclusão, sobre aqueles que estão dentro e aqueles que não estão.

Outra vivência em comunidade foi como educadora. Chamávamos de comunidade escolar quem não era professor, quem não era gestor. Os *outros* eram comunidade, mas e o educador, quem é ele dentro dessa história? Se queríamos construir uma escola que tivesse a cara da comunidade, que estava ali para dar respostas às questões da comunidade, eles eram a comunidade e nós, os outros? É chocante como se constrói esse entendimento.

Por fim, chego ao sentido de comunidade que os jovens mediadores de leitura de Parelheiros, as mães mobilizadoras, as sementeiras de direitos, nos ajudaram a entender. A todas e todos agradeço. Vou para Parelheiros como extracomunitária, alguém de fora dali, e começo a aprender com as existências daquelas pessoas, com o fato de eles estarem ali, tão esquecidos, a 50 km do centro, fornecendo água para o centro da cidade de São Paulo, sem que ninguém se importe com aqueles que estão vivendo em volta da represa. Fui aprender com as pessoas dali que o sentido de comunidade era o de uma represa aberta, que não aceitou ser cerceada. Queremos ter caminhos, caminhos que nos façam sair dali para depois voltar, como fazemos com a biblioteca “Caminhos da leitura”.

Aprendemos que em comunidade é preciso cuidarmos uns dos outros. Entendemos que comunidade é um andar coletivo, às vezes, devagar, mas conseguindo chegar junto. Aprendemos que é necessário cuidar, e desenvolvemos, com Tião Rocha, nosso parceiro (alguns de vocês o conhecem), a *pedagogia do cafuné*. O que é a *pedagogia do cafuné*? Uma pedagogia que propõe fazer todo o possível para acolher o outro. Há 10 anos, os jovens mediadores de leitura foram pela primeira vez a um seminário de literatura e leitura. No intervalo, um deles disse:

“Não estou entendendo quase nada”. Respondemos: “Anota, porque depois a gente lê para entender”. Esses meninos nunca mais saíram de casa sem um caderno e uma caneta na bolsa, sem um livro na bolsa.

Porque não entendemos tudo na hora. Foi um aprendizado anotar e depois conversar para entender. E seguindo o lema “uma sobe e puxa outra”, cada vez que conhecemos um novo lugar, damos um jeito de carregar mais um, mais uma. Só podemos entender quais são os problemas e as urgências de nossas comunidades se nos sentirmos parte da comunidade. Nós somos a comunidade. E nos incluímos na comunidade escutando, ouvindo. Como é que a biblioteca vai estar aberta às questões da comunidade se estivermos ali apenas falando, se não houver escuta?

FELIPE MUNITA Gostaria tomar como ponto de partida essa ideia da Bel, de que falar de comunidade é falar de escuta, e relacioná-la com uma ideia do filósofo chileno Humberto Maturana,¹ que disse: “Escuto na medida em que penso no outro como um legítimo outro”. Esse, a meu ver, é o ponto para responder o que é comunidade. O que é convivência num mundo em que os discursos, políticos principalmente, vão se polarizando progressivamente? Falar de comunidade é falar de escuta; escuto o outro na medida em que tento compreender as lógicas internas de seu pensamento. Se escuto o outro, mesmo quando seu discurso é diametralmente oposto ao meu, isto é, antes

1. Humberto Maturana (1928) é um neurobiólogo chileno, crítico do realismo matemático e criador da teoria da autopoiese e da biologia do conhecer, junto com Francisco Varela. É um dos propositores do pensamento sistêmico e do construtivismo radical. Fonte: HUBERTO MATURAMA. In: Wikipédia. Disponível em: <tinyurl.com/uay5xvy>. Acesso em: 20 jan. 2020 (N.E.).

de tudo, uma aprendizagem para mim, uma aprendizagem racional da capacidade de escutar.

A primeira experiência que me vem à memória é a de um projeto maravilhoso do qual tive a sorte de participar, no sul do Chile, na região de Araucania (a região mais pobre de meu país), com um grupo de educadores e psicólogos. Começamos a explorar as possibilidades da leitura mediada de literatura infantil para favorecer os processos, chamemos assim, de “alfabetização emocional”, isto é, processos de reconhecimento em si das emoções, sendo capaz de nomeá-las, de reconhecê-las nos outros, de desenvolver uma relação de empatia com o outro, que é a base da convivência e da hospitalidade.

Em pouquíssimo tempo de trabalho com crianças pequenas (de 5, 6, 7 anos), descobrimos que a leitura mediada de boa ficção, acompanhada de espaços de diálogo e de conversa, acabou se revelando uma potente ferramenta para desenvolver questões como a empatia, o reconhecimento de emoções em mim e no outro, a gestão de emoções com a palavra poética, não com o conto sobre a tristeza, mas com a palavra que expande e que, de entrada, parece inútil. Parece inútil se a consideramos a partir da lógica de mercado, da produção; no entanto, é essa palavra que nos ajuda a construir a identidade e a relação com o outro. É essa palavra poética que nos leva de volta à ideia da escuta.

A.D. Um ponto comum aqui é a questão do fazer, o fato de todos serem professores e terem tido experiências em escolas, em bibliotecas, do ponto de vista teórico e prático, da relação com o outro, do afeto. A ideia agora seria que vocês falassem um pouco de experiências concretas. Silvia poderia começar novamente?

s.c. Faz aproximadamente 20 anos que começamos, na Colômbia, a formar grupos com jovens, crianças e adultos, todos

misturados, pois procuramos não considerar essas categorias etárias separadamente, mas grupos nos quais se possa compartilhar leitura, escrita e conversa. Esses grupos, formados a partir de critérios muito democráticos, de acordo com a concepção de Bértolo, contavam com um preparo prévio de pessoas que os acompanhavam, pessoas que surgiam da comunidade. Nós nos reuníamos, líamos o que se pretendia levar a essas comunidades, considerando uma troca entre o que oferecíamos e o que eles também poderiam oferecer, sem demagogias. Oferecíamos e aceitávamos o que outros podiam oferecer.

Outro aspecto é que privilegiamos a literatura e começamos a produzir alguns textos, para compartilhar nos grupos. Publicamos o texto “O direito à literatura”, de Antônio Cândido, porque nos parecia um texto básico, fundamental. Esses grupos de leitura se constituíram como grupos locais, como centros locais de leitura e de escrita, e alguns deles, não todos, tinham funções políticas dentro de seu território: estimular a formulação de políticas públicas de leitura e acompanhar a administração pública no cumprimento dessa política, assim como intervir na avaliação dessa política.

B.S.M. Tive a felicidade de trabalhar na gestão de Paulo Freire, durante o mandato de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, entre 1989-1993. Como professora de matemática, fui uma das coordenadoras dessa área, e tínhamos a grata satisfação de ter reuniões com Paulo Freire. Partindo dessa vivência pude fazer o primeiro exercício para que os textos chegassem às mãos de mais pessoas. Levei tudo o que aprendi ali para os jovens. Hoje temos a alegria de ter um grupo grande em Paralelos estudando Pedagogia. Lembro-me de que, no primeiro



**Na faculdade
estão falando
tudo aquilo que
a gente já leu na
biblioteca.**

semestre, eles diziam assim: “Na faculdade estão falando tudo aquilo que a gente já leu na biblioteca”. É isso mesmo. Levamos para dentro da biblioteca aquilo que Paulo Freire dizia, que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, mas ele não disse em momento algum que era só para nós lermos o mundo e deixarmos a palavra para os outros considerados mais sabidos.

A “Caminhos da leitura”, para quem não conhece, é uma biblioteca comunitária muito pequena, literária, que fica em um cemitério, nos permitindo trabalhar esse conceito mais amplo de comunidade: juntando ao nosso grupo, também os mortos. Localizada em Parelheiros numa Área de Proteção Ambiental (APA Bororé-Colônia) a biblioteca inclui em seu acervo e discussões as questões ambientais, favorecendo que aquela comunidade se aproprie da preservação de sua região e para que outros grupos, outras comunidades, a defendam.

Meus amigos sabem, saía chamando todo mundo para ir até Parelheiros. Por que eu os chamava para ir? Queríamos que aquelas pessoas conhecessem o que havia de melhor na produção literária ali. Em três tardes lemos *O direito de ler e escrever*, – seu livro, Silvia. Ficamos três tardes porque, às vezes, encontrávamos palavras que não conhecíamos e tínhamos que ir ao dicionário procurar para entender e não fingir que estávamos entendendo. Esse é o absoluto respeito, que aprendi com Paulo Freire: temos que ter o domínio da palavra como direito.

Começamos a levar os amigos escritores, amigos que trabalhavam em editoras de revistas literárias, para conversar com a gente, para explicar como são selecionados os livros. Viemos para as livrarias da Avenida Paulista, porque os meninos e meninas não sabiam a diferença entre biblioteca e livraria (em Parelheiros não havia nenhum dos dois), e eles não conheciam o Centro. Viemos à livraria comprar livros depois de discutir durante 4 meses o que seria um acervo. Combinamos que cada

um tinha R\$ 50,00 para comprar o que quisesse. Foi a maior venda de autoajuda que a livraria teve! “E agora”, pensamos? Todos aqueles livrinhos para ensinar a ser feliz, a como eliminar a tristeza em cinco minutos... “Desistir? Falar que não tem jeito?”. Aquilo foi um recado para nós, precisávamos ler mais. Então, investimos na participação do grupo em eventos literários e culturais.

O Museu Afro Brasil topou ser nosso parceiro, e fomos entender como o acervo daquele museu era construído, conversar com os educadores. Em 2018, os jovens, por iniciativa do Coletivo Encrespad@, organizaram um seminário de literatura e direitos humanos que acontecia em três espaços culturais da cidade de São Paulo: um encontro no Museu Afro Brasil, um no Masp e um na “Caminhos da leitura”. Aos poucos, a biblioteca foi se tornando, também, um espaço cultural, que possibilita acesso a livros e a eventos literários.

Como formar leitores sem garantir que as pessoas tenham acesso a livros nos lugares em que estão? Além de livros, é preciso garantir os mediadores de leitura. Trabalhávamos com grupos pequenos; se havia pessoas para serem alfabetizadas (como o pessoal de Vargem Grande faz), homens que não sabiam ler nem escrever, como convidá-los para ler? Eles precisavam ler e escrever, mas tinham vergonha de ir para a escola. Então, uma professora teve que ir lá, fechar a porta do bar, para lhes ensinar a ler e escrever.

São essas coisas que temos feito. Sabemos que no espaço da escola está cada vez ficando mais difícil pautar alguns debates – os professores têm medo de conversar sobre alguns temas. Neste cenário, demos início a um projeto de literatura e direitos humanos. Trata-se de um projeto no qual 20 jovens passarão o ano lendo, e receberão uma bolsa de apoio para isso. Mas ler o quê? Tudo. O nome do projeto é *Literatura para ler, ver e contar*. A ideia é que esses jovens se encontrem

para ler juntos, para conversar e depois contar: escrever sinopses, produzir vídeos do jeito que souberem, e espalhar literatura. Qual é a literatura a que temos direito? Toda. Não é só aquela que fala da gente. Queremos conhecer aquela que fala dos outros também.

F.M. Se pensarmos em nossas trajetórias de leitura, veremos que estão cheias de mediadores, de encontros, de uma maneira de aproximar-se da cultura escrita ou de professores que desco-

briram como ir um pouco mais além da leitura. Portanto, esta ideia social me parece chave para pensar a leitura: a formação de leitores. E é nesse caminho que não temos insistido o suficiente, naquilo que Graciela Montes disse, de maneira muito bonita: a escola é a grande ocasião para formar leitoras e leitores em todos os grupos sociais.

Numa escola no sul do Chile em que tive a sorte de trabalhar, na comunidade Panguipulli (na pré-cordilheira, na zona dos lagos, sul do Chile) fizemos espaços de socialização de uma mesma leitura realizada no interior dos grupos, e, em seguida, discussões literárias a partir dessa leitura. Percebam que aqui há algo que é chave: há ações planejadas de encontros com o escrito. Isso nos leva a repensar nossas próprias concepções sobre mediação de leitura. A primeira ideia que escuto muitíssimo, por exemplo: “Nunca mais leituras obrigatórias”. Quero, porém, leituras obrigatórias na aula. A questão é: com que objetivos educativos vamos fazer uma leitura obrigatória? Se não houver nenhum acompanhamento, não serve. Mas se propuserem uma intervenção educativa, que ajude essas crianças a descobrirem um *corpus*, que talvez sozinhas não descobririam, essa leitura obrigatória deve ser feita. A leitura



A presença do Estado supõe, antes de tudo, professores bem formados, assegurar essa formação de maneira que sejam os docentes que possam pensar intervenções educativas potentes.

sempre tem que ser obrigatória? Não, em absoluto. Defino os *corpora* e as práticas de leitura em função de meus objetivos socioeducativos. Esse é o ponto.

A presença do Estado supõe, antes de tudo, professores bem formados, assegurar essa formação de maneira que sejam os docentes que possam pensar intervenções educativas potentes, diversificar as práticas de leituras. Uma equipe maravilhosa como a da *Casa de literatura peruana*, em Lima, que realizou contínuos projetos de trabalho na periferia da cidade. Crianças que, com intervenções educativas, com acompanhamento, foram convidadas a desfrutar desse espaço museográfico. Não é apenas “vamos ao museu, desfrutar”.

As mediadoras da *Casa de literatura peruana* me contaram que as crianças que visitavam a exposição da poeta Blanca Varela não acreditavam que ela riscava seus originais. Para as crianças, um escritor é aquele que senta, escreve o livro e termina. Isso de corrigir, revisar, riscar, apagar, eles não tinham muito claro. Ao contrário, viram que o processo de escrita de Blanca Varela era a partir de rasuras, riscos, mudanças, e logo tiveram um processo de escrita criativa a partir dos procedimentos dela. E elas riscaram, dos poemas de Varela, as palavras que queriam, e trocavam por outras que lhes faziam sentido. Isto é pensar propostas de intervenção para acompanhar a cultura escrita, acompanhar a sua apropriação, e não, “mostro esse poema de Blanca Varela e desfrutem-no”.

Portanto, quando você nos lançava a pergunta sobre projetos interessantes de mediação, vejo aqui como denominador comum os processos de acompanhamento do leitor, especialmente quando ele não se sente convidado por condições, insisto, econômicas, sociais, geográficas, não se sente convidado ao universo do escrito e pensa: “Isso não é para mim”.

Referências bibliográficas

BÉRTOLO, Constantino. *O banquete dos notáveis*. São Paulo: Livros da Matriz/Selo Emília, 2015.

CASTRILLÓN, Silvia. *O direito de ler e escrever*. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

DEL PRADO, Bianca. *Cayman*. Buenos Aires, 1933.

FERNÁNDEZ LIRIA, Carlos; GALINDO FERRÁNDEZ, Enrique; GARCÍA FERNÁNDEZ, Olga. *Escuela o barbarie: Entre el neoliberalismo salvaje y el delirio de la izquierda*. Madrid: Akal España, 2017.

MÁRQUEZ, Gabriel García. (1967). *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record, 1977.



Literatura e sobrevivência?

Juventudes em risco

Bruno de Souza

Jardson Remido

Ketlin Santos

MEDIAÇÃO Tatiana Koschelny

TATIANA KOSCHELNY É sempre importante lembrar o contexto histórico, político e social em que vivemos. O Brasil está diante de uma matança generalizada da sua população jovem – notadamente rapazes negros: 77% dos jovens assassinados no Brasil são negros. A cada vinte e três minutos, um jovem negro é assassinado no país – são sessenta e três mortes por dia, que totalizam vinte e três mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano.

Apesar de alguns avanços conquistados, como a Lei Maria da Penha, o número de homicídios de mulheres negras (pretas e pardas) segue aumentando, com destaque para o feminicídio. Segundo o Atlas da Violência de 2018, mulheres negras, pobres e que têm entre 18 e 29 anos são a maioria das vítimas de crimes contra a mulher: em dez anos, o assassinato de mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto a taxa de homicídio de mulheres não negras diminuiu 8% – ou seja, menos mulheres brancas e mais mulheres negras estão morrendo.

O extermínio generalizado, ou genocídio dos jovens negros, é reflexo do racismo estrutural e institucional que coloca em

xeque ideais de solidariedade e de igualdade – inclusive a própria democracia – e impacta o tipo de sociedade que estamos construindo.

Diante deste contexto, como vocês se veem enquanto jovens?

KETLIN SANTOS É a primeira vez que falo para um público tão grande, estou muito nervosa, mas desde já não vou pedir desculpas por qualquer falha, porque somos seres humanos e trabalhamos com várias emoções e vários sentimentos. Acredito muito, e tenho isso dentro de mim, que preciso trabalhar o fato de não acreditar no meu potencial. Porque sempre foi dito que eu, mulher negra, não teria esse lugar de fala.

Sobrevivência, um dos temas desta mesa, mexeu muito comigo, porque, para mim, estar aqui significa que vou conseguir garantir três meses de aluguel. Completei 23 anos ontem e moro com minha irmã, que tem 17 anos. Para a sociedade, ver duas mulheres tão novas morando sozinhas é assustador. Não conseguem imaginar esse protagonismo, assim como não conseguem imaginar que uma mulher negra possa estar em uma mesa de um Seminário Internacional, falando de igual para igual.

Estudo numa faculdade (FEDUC) – e digo que sou muito privilegiada por isso – que é super inovadora, que traz propostas muito bacanas, mas que também está num processo de construção. Como consta na minha biografia, eu, Ketlin – mulher, negra, ativista, feminista e educadora –, realizo um trabalho pedagógico em minha comunidade antes mesmo de estar dentro da academia. Então, hoje – acho que também vale a pena ressaltar isso –, enviei uma mensagem superempolgada em nosso grupo da biblioteca sobre o quanto



Para a sociedade, ver duas mulheres tão novas morando sozinhas é assustador.

foi prazeroso estar com Silvia Castrillón. Estudei Silvia na biblioteca “Caminhos da leitura”, onde trabalho (Bel Santos se referiu a este grupo de estudos), mas na faculdade nunca se falou dela. Será que a academia está mesmo nesse lugar de ser centro de conhecimento? Será que esse conhecimento está chegando ali? Acredito que não. O conhecimento está na favela, em meu corpo.

Na literatura, fico maravilhada com Carolina Maria de Jesus. Identifico-me muito com o que ela traz na fala. Se existirem outras vidas, quero vir num corpo negro, para mostrar que esse patriarcado vai ter que mudar, para mostrar que nós, mulheres, ainda vamos mudar essa história. Marielle Franco foi morta, mas ela ainda está latente em vários corpos. Ela está mudando essa história. Não nos cabe mais esse lugar de subalternas, não nos cabe mais esse lugar de tamanha violência.

O que Bel Santos falou sobre um subir e puxar o outro para cima, aprendi na “Caminhos da leitura”, e estou praticando isso todos os dias. Quando minha professora diz que em minha sequência pedagógica não vou poder trabalhar Chimamanda Adichie porque ela traz termos muito difíceis em sua obra literária, respondo que vou trabalhar, sim! Não estou chegando na academia alienada, sem nada, pensando no nada e querendo levar algo novo. Estou entrando na academia com uma bagagem que muitos que estão ali não têm.

A empatia está aí: quando se acredita que o outro tem voz, tem corpo, e tudo isso é escrita, tudo isso é fala. A gente precisa ficar mais atento a nossas falas, a nossos gestos, porque isso atinge e dói – dói muito. Esse racismo e essa violência estruturais, essa cultura machista, têm que acabar.

BRUNO DE SOUZA Estamos falando sobre juventudes e riscos, e acho que os dados trazem algo muito importante quando se olha para essas “juventudes”, no plural. De que jovem estamos

falando quando colocamos esse conceito de “juventudes” no plural? Costumamos olhar para esse conceito com a lógica do adulto, que alguns pensadores estão chamando de “adultocentrismo”, que é achar que o jovem é um “jovem adulto”. Às vezes, acha-se que, por ser adulto, se tem resposta para tudo. Tenho um sobrinho de 6 anos, e um dia ele me perguntou: “Tio, por que o ovo caipira é marrom?”. Não expliquei, e ele começou a insistir. Então, disse: “Emerson, sou adulto e o ovo é marrom porque é marrom”. Esse lugar do “adultocentrismo” é muito perigoso também, porque ao mesmo tempo que priva a pessoa mais nova, que está conhecendo o mundo, de construir um saber junto com a gente, nós nos privamos também da troca com aquela pessoa que quer saber sobre determinado assunto.

Acredito que a literatura desempenha um papel fundamental quando se começa a olhar para essa questão da subjetividade das juventudes. O livro pode ser esse lugar de território do afeto. Literatura, às vezes, é esse espaço de privacidade, de você poder ler um texto, encontrar suas tensões e suas reflexões no livro, e de afeto, pela forma como a literatura mobiliza você no mundo. Tem literatura que desloca, que causa um grande impacto. Acabei de ler, por indicação da Bel Santos, *Assim na terra como embaixo da terra*, de Ana Paula Maia. O livro fala sobre uma cadeia que está sendo desativada e narra a vida daqueles homens de um jeito muito profundo. Em alguns trechos, é possível enxergar algumas cenas que nos fazem pensar: “Como a gente pode ser tão desumano em nossa relação com outro humano?”. Essa literatura é importante, porque nos faz sentir algo que é muito novo, que a gente não sentia.



Acredito que a literatura desempenha um papel fundamental quando se começa a olhar para essa questão da subjetividade das juventudes.

Conhecimento é sempre do outro, beleza é sempre do outro. Então, quando pensamos em literatura e juventudes em risco, é preciso pensar nesse lugar de como se compreende essas produções das juventudes, como pensamos quem cabe nesse “S” do plural e o papel de nossas organizações e de nós mesmos como indivíduos. Como consideramos as juventudes dentro desses diálogos e campos de possibilidades de que falamos? Hoje, temos esta mesa só sobre juventudes, mas em quantos eventos que falam de questões contemporâneas vemos jovens falando? Esse “S” precisa ver a ação, colocar as coisas só no plural não vai fazer o mundo mudar.

JARDSON REMIDO E aí, população, tá rochêda? Satisfação total! As palavras de vida eterna são direcionadas para a travesti de esquina que, na sua adolescência, sofreu homofobia do professor, para o menor abandonado que cheira cola, para o ladrão, para a prostituta, para a mãe solteira, para o menor que tá envolvido até o pescoço no tráfico, e para aquele que tá aprisionado no pensamento suicida. Satisfação total! Me chamo Jardson Remido, tenho 24 anos, nasci em 1994 e o bagulho da caminhada começou mais ou menos em 2012, 28 de janeiro, às 4h45 da tarde, se não me engano. Era uma sexta-feira, e eu fui apreendido pelo artigo 33, que é o artigo do tráfico de drogas – antigamente era o 12, mas como teve a remodelação do Código Penal, o bagulho foi atualizado e a justiça seletiva bateu o martelo.

Fui preso, passei uma vivência de 45 dias numa provisória, acho que foi mais ou menos uns três meses e alguns dias (não vou muito bem com números, sou melhor com proparoxítonas). E fui lá, passei uma vivência e tal, e tive várias sensações, um bagulho doido lá, de sensação de estar preso numa parede branca, e ser condicionado e ser emudecido. Eu me sentia muito mal, eu tentava falar, mas o silêncio me tomava. Mas

não aquele silêncio de reflexão, de ficar tranquilo. Era aquele silêncio condicionado mesmo, pelo controle, pelas engrenagens do sistema, me sentia mal para caralho.

Uma vez, no banho de sol, um cara escreveu um *catatau* – a gente chama carta de *catatau* – com os sintomas lá. Aí a galera foi, chegou lá e perguntou: “E aí, mano? Que é isso aí que tá no papel?”. E eu: “Aí, mano, isso aqui é o bagulho doido que menor sente”. Aí a galera: “Aí, irmão, me identifico, sinto também isso aí, sinto o peito gelado, sinto as vísceras tremendo, fico mudo e tal”. E a gente começou a se unir e se entender como organismo. Aí a gente se agrupou, que nem aqueles lactobacilos intergalácticos que raspa as estrelas, e a gente se entendeu como organismo e ficou bem forte. E eu entendi que o anarquismo, o socialismo e o comunismo são mais legítimos dentro do presídio do que em qualquer universidade federal.

Sou filho da Maria Vilany Ferreira Barbosa e do Manoel Rosa de Araújo, e quando eu saí lá da Febem [*atual Fundação Casa*], ganhei a liberdade institucional, fui para uma *lan house*, porque eu sou da cultura *low-fi*, de baixa fidelidade (ainda não tenho computador, mas tô estilo *hacker*, um lactobacilo cibernético invadindo o *software* do sistema – aí quem sabe nós boicota o bagulho lá). Aí eu tava lá assistindo o bagulho lá do Eduardo Taddeo, que é um escritor e *rapper* que cantava no Facção Central. Ele escreveu um livro que tá com dois volumes – *A guerra não declarada na visão de um favelado*, e ele falou sobre a história do Malcom x, e eu nem tinha conhecido esse cara (e era 2012). E eu fui caçar a biografia desse cara e me identifiquei com o Malcom x, peguei um livro e um dicionário e fichei o livro de A a Z, zerou o mapa, e eu me identifiquei e compreendi que a leitura tem um potencial transformador.

A primeira vez que eu fui tentar escrever no papel, a única palavra que saiu foi Febem. Depois não saiu mais nada.



**Porque eu não vou
suicidar meu código
de linguagem
para me padronizar
no código de
linguagem do *boy*,
se téra?**

Falei: “Ah, mano, vou ter que garimpar no dicionário e tal, fazer malabarismo com os símbolos aí, para dá certo”. Então, comecei a garimpar, estilo eremita no dicionário, e também praticava, e cada palavra que eu ouvia, cada proparoxítona, cada emoção genuína contida numa sílaba, eu tentava armazenar e adicionar dentro de mim para poder aplicar no meu

cotidiano. E a gente foi para um *show* de tributo ao Sabotage lá na Praça Verde do Dragão do Mar, e lá vi o cara numa beca do Tupac. O Daniel foi o primeiro cara de favela que eu tinha conhecido que estava dentro de uma universidade federal, e a gente fez um escambo de conhecimento, tipo a minha vivência e ele passou para mim o que ele tinha garimpado lá dentro da universidade. A gente constituiu um grupo que se chamava *Do Fronte MCS*, que trabalhava com a simbologia da apologia à leitura, de pegar o contexto no qual a gente estava inserido e tentar comunicar isso para os pivetinhos lá da área.

Eu não vou chegar no pivete e falar: “Aí, mano: vai estudar e ser alguém na vida!”. A família dele já fala isso, a escola fala isso, a sociedade fala isso. Eu vou estar só sendo um moralista medíocre. Então, eu tenho que chegar no menor e dizer: “Aí, menor: Cuidado com os cana que os cana tá na quebrada! Nem pensa em trocar bala porque te quero trocando palavra! E se os cana perguntar se tu tem passagem, responde que tem passagem na biblioteca por porte ilegal de inteligência!”. Só assim a gente pode se comunicar, porque se a gente reproduzir o código de linguagem do *playboy*, a gente só vai estar se condicionando a um código de linguagem que já tá aí reverberado há uma pá de séculos. Porque eu não vou suicidar meu código de linguagem para me padronizar no código de linguagem do *boy*, se téra?

Em 2017, fui convidado para participar da Bienal do Livro, a bienal internacional que teve no centro de eventos do Ceará, e foi muito satisfatório para mim. Dois dias antes, eu estava lá no Terminal da Parangaba, em Fortaleza, e tinha me batido com um dos agentes penitenciários – que lá são conhecidos como “orientador”. Quando a gente se bate com ele na liberdade é mó tensão, porque ele fica cabreiro assim tipo: “Se me bater com um menor, *banda voou*”. Aí me bati lá com seu Paiva, e eu: “E aí, seu Paiva? Tá rochêda?”. Ele ficou assim, cabreiro: “Quem é você?”. “Ah, seu Paiva! Eu sou o Jardson, não se lembra não?”. “Ih! Irmão tá grande! E aí, tá fazendo o quê?”. “Ah, tô vendendo pó”. Ele olhou para mim assim: “Pó?”. “É, tô vendendo ‘pó’: poesia, poema, prosa, verso e literatura”.

Aí ele meteu aquele riso, mas aquele riso de alívio. Convidei ele para colar na Bienal Internacional do Livro, e pedi para ele chamar o seu Ranulfo e o Ceará também. E foi muito importante para mim. Eu nunca tinha imaginado ou projetado isso, mas quando eu tava me apresentando lá, ver os agentes penitenciários me olhando, foi muito ressignificante – tanto para mim quanto para eles. Ressignificar essa relação de interno, de subjugado, e do cara que tinha o poder e o domínio de botar o ferrolho e trancar o cadeado, se téra?

Quando foi em 2018, no dia em que a gente foi fazer ultrassom – eu e minha namorada Rayanne – a gente foi para a maternidade e depois fomos colar num Cuca, que é um equipamento de política pública voltado para a juventude, onde tem cultura e tecnologia. Fui me apresentar no Cuca Mondubim, e estava lá o pessoal do *Diz Aí – Futura*. Eu faço uma intervenção poética em que eu tacho uma camisa na cara para reproduzir o estereótipo de rebelião, tacho uma balaclava e começo a anunciar altas proparoxítonas afiada e combativa, e eu tô de camisa na cara, um livro de filosofia na cintura e vou anunciando o bagulho lá.

A Juliane se sensibilizou e entrou em contato comigo, aí participei, com o pessoal do Itaú Social, na organização de um bagulho lá de política pública, e entrei em contato com a Danielle Zampollo, jornalista do Profissão Repórter, para a gente construir uma matéria de literatura periférica junto com o Maicon, que é um cinegrafista, e o Guilherme também. Ele subiu lá para Fortaleza, a gente fez o contato lá, construiu a matéria e, de novo, eu estou aqui, graças aos corre e ao convite da Dianne – muito obrigado –, ao pessoal do Sesc, e tamos aí para quebrar perspectiva do *playboy* e anunciar que o código de linguagem é favelado, orgânico, ele se reinventa. Valeu!

κ.s. Vou fazer uma mediação, que também já está na minha rotina: ler para o outro.

Soul

Atravessada sou
por mulheres que vieram
antes de mim
Suas sagas me perpassam
Raios me deixam em cinza
Assim fertilizo
o chão que piso descalça

Iluminada sou
por senhoras que agora,
no inverno da vida
recontam percursos de infância ausentes
Estremeço como roupa
ao vento no varal
e ocupo o ar
com aromas de água e sol

Liberta sou
pela força das mãos que, envelhecidas
brincam
com as marcas do tempo
como crianças que escavam
a umidade da terra
Moldo assim
meu próprio caminho
incerto destino

Banhada sou
por lágrimas
contidas com olhos ardentes
de mulheres que, mesmo quando choram,
miram firme o horizonte
cerram os dentes em desafio
Lavo nos rios de suas palavras
minha empáfia
e ressurjo outra
no negror de minha
própria pele.

NEIDE DE ALMEIDA

T.K. Gostaria que os três respondessem como foi a iniciação da formação de vocês com a literatura? Vocês mencionaram a biblioteca, mas como as bibliotecas e escolas podem “seduzir”, atrair mais jovens e crianças?

B.S. Lembro de uma cena numa aula de geografia na escola lá em Parelheiros – que é uma área de Proteção Ambiental em São Paulo, no extremo sul da cidade: o professor estava falando sobre erosão do solo, e atrás da escola havia uma bica enorme, onde o pessoal ia quando cabulava aula para ir nadar. O professor estava explicando, eu com a mão levantada, e ele não me deixou falar. Então, eu disse: “Professor: que tal a gente



A biblioteca, então, teve este lugar de despertar isso que a gente chama de engajamento juvenil.

ir para fora da escola e ver a erosão do solo acontecendo na prática?”. Ele não me respondeu, só pediu para eu sair da sala, tipo: “Vai lá para a direção”. A diretora escreveu um recado para o meu pai dizendo que eu estava tirando a autoridade do professor ou algo do tipo, mas eu nunca entreguei esse recado para o meu pai, porque ele trabalhava muito, ia brigar comigo e ia me bater.

Então, no primeiro dia eu fui para escola, mas não entrei. No segundo, perceberam que eu estava do lado de fora da escola e me colocaram para dentro. Onde vocês acham que me deixaram de castigo? Na biblioteca da escola, na sala de leitura. Aí a Silvani, prima da Ketlin – a gente estudou juntos no Ensino Médio –, me fez um convite: “Eu faço um trampo com literatura; você não quer colar no sarau de reinauguração da biblioteca?”. Fui nesse sarau e encontrei um monte de jovem, parecidos com a gente, falando coisas incríveis.

Então, aquilo que a diretora e o professor falavam que era rebeldia e desobediência, ali eles diziam que era empoderamento, que era ressignificar.

A gente tem uma experiência muito legal numa escola que fica bem perto da biblioteca “Caminhos da leitura”. Os jovens ali começaram a frequentar a nossa biblioteca, e passaram a fazer pressão para a diretora abrir a sala de leitura. “Ah, mas não tem funcionário”. “A gente se reveza, um cuida à tarde, um cuida à noite”. A biblioteca, então, teve este lugar de despertar isso que a gente chama de engajamento juvenil. Para mim, foi muito importante. Foi não só minha iniciação na literatura, mas também a iniciação de leitura de mundo. A biblioteca me alfabetizou para a vida – como eu lia a desigualdade, como eu lia o racismo, como eu lia a opressão de classe.

K.S. Como eu disse, o corpo não deixa de ser uma linguagem, não deixa de ser um tipo de fala, de literatura e de arte. Enquanto a escola não perceber que limitar o espaço do aluno prejudica o seu desenvolvimento, ela não vai entender que a literatura é importante para a vida dele. Quando falei sobre a professora limitar a minha sequência didática, de não poder levar Chimamanda, ela não cogitou a possibilidade de ressignificar aquela literatura. Nós, da biblioteca, tivemos acesso à informação pensando nessa ressignificação: “Como eu falo de arte, falo de grafite, envolvendo a literatura?”

As escolas precisam conversar com o jovem, dialogar com os jovens para entender. E não só com os jovens: tem algo que é muito intrigante, que é o fato de a gente não escutar as crianças. E a escola não está preparada, os ensinamentos acadêmicos, a universidade não está preparada e não está aberta para a escuta. Acho que é essa nossa grande falha: quando não se sabe escutar o outro, não se sabe renovar, continua-se fazendo o mesmo.


J.R. Para mim, o portal foi o *rap*: aprendi muito de literatura através do *rap*, muito de sociologia, filosofia, através do *rap*. Sempre que o cara falava uma coisa nova e eu não compreendia, eu ia lá no dicionário e garimpava, tentava falar de uma forma mais acessível e popular pros pivete lá das áreas. Uma vez eu cheguei e tava rolando uma roda, eu cheguei com o livro lá, cheguei já nos caras: “E aí, como é que tá as áreas, mano? Tá limpeza, vete?” E os caras: “Tá suave, irmão”. Eu falei: “Pois tem que ficar ligeiro, que o menor tá de cima, viu?”. E lá nas áreas, “de cima” é você estar armado. E os caras: “E aí mano? Qual é? Tu não saiu desses corre não? Tu é doido é?”. E eu “Não, tô na febre aqui meu filho. Qualquer coisa já largo o dedo!”. Aí já puxei o livro. “Aê, tá ficando doido mano? Tá puxando sem dar nem a ideia?”. Aí deixei o livro lá e fiquei conversando com

outra galera. Aí veio o David: “Aí, mano, toma aí teu oitão”. Ele conseguiu captar a ideia, se liga? A simbologia de ressignificar, e a gente sempre vai tentando traduzir ou reinventar a palavra a partir do cotidiano.

T.K. Gostaria de retomar uma questão que esteve presente em outras mesas, sobre o tema do racismo e de como a literatura contribui para esta ressignificação de que vocês estão falando.

J.R. Quando eu era envolvido no tráfico, pensava que estava sendo contra o sistema, tipo: “Vou ser contra o sistema, vou vender droga, vou andar armado. Se a viatura vier, vou sentar o prego, tô nem vendo”. Só que eu estava fazendo exatamente o que o sistema queria, e não me inteirava disso, se liga? Então, vou pegar as peças que eles me deram para jogar e vou conseguir quebrar as regras até reinventar o jogo. Chamar a galera para jogar comigo, formar meu time e a gente está vivo. E a gente está vivo e quer viver, a gente está produzindo vida e é vida com força, você sente na palavra. Se descer aqui e

pegar em mim, eu tô tremendo, minhas vísceras tá tremendo, porque tem uma energia genuína, se liga? Eles quer matar a gente e para eles a gente já está morto, se liga?



E a gente vem traçando tramas, reinventando palavras e disseminando outras, para que caibam novos jeitos e maneiras de existir nesse mundo.

B.S. Ser jovem, preto, na quebrada, é lutar pelo direito de existir, saca? E a gente vem traçando tramas, reinventando palavras e disseminando outras, para que caibam novos jeitos e maneiras de existir nesse mundo. Estarmos aqui, e isso é um jeito não só de evidenciar que estamos vivos, produzindo, mas que tem muita gente parecida, diferente e complexa como nós, que está fazendo isso também há muito tempo. A gente respeita e

sabe que esta luta começou há muito tempo. Quando pensamos, dentro do movimento negro, na questão da ancestralidade, estamos falando que a galera que já viveu um pouco mais de tempo é importante também, dar apoio no sentido de conselho, de uma coisa genuína, no sentido de: “Estou aqui para somar, não para falar isso é certo, isso é errado”. Para mim, é isso: viver a juventude tem sido privilégio de alguns ainda nesse país, e a gente precisa pensar e ter muita consciência disso.

K.S. Quando se fala de negritude, é preciso falar sobre as mulheres, porque sabemos muito bem onde estamos enquanto mulheres negras, e sabemos também muito bem onde eles, os homens, estão. Mesmo que negro, eles estão à nossa frente. Não há igualdade pelo simples fato de ser negro. Não há.

Tento ter um olhar para além de “para frente ou para trás”; procuro olhar para as minhas laterais. Quem está comigo? Quem anda do meu lado e quem é que não anda, mas precisa de mim? Tem que ter um olhar de 360 graus. O Bruno traz essa questão de juventude ser no plural, de ter uma diversidade de pessoas e de sujeitos. Estamos pensando também nas múltiplas violências que estão acontecendo e colocando essas mulheres também nesse círculo de agressão para além da doméstica?

T.K. Como o movimento jovem se encontra em termos de organização política frente ao debate ideológico sobre a atual conjuntura brasileira?

B.S. Há uma pesquisa chamada *Sonho brasileiro da política*, que



Quando se fala de negritude, é preciso falar sobre as mulheres, porque sabemos muito bem onde estamos enquanto mulheres negras.

foi feita no Brasil todo e diz que 45% dos jovens entrevistados querem conversar sobre política, se ela for mais transparente e inclusiva. Então, acho que a política é que ainda não aprendeu a conversar com a juventude – e a política no campo institucional, porque quando a gente vai na quebrada, nos rolês, já está acontecendo política. Vai ver o que os *slam* têm feito, o que os *saraus* têm feito, o que as bibliotecas comunitárias têm feito. A gente precisa olhar por uma ótica muito mais da abundância do que da escassez. Claro que não se pode esquecer que existem desigualdades e mazelas sociais, mas vale fazer uma escolha para evidenciar o positivo.

Tem um coletivo, do qual eu faço parte, que se chama *Encrespad@s*, que discute como pensar uma educação antirracista. Na época em que estavam acontecendo as ocupações, lembro que fui falar mais ou menos isso que estou falando com vocês, e um grupo me disse o seguinte: “A gente quer fazer esse rolê que você está fazendo. O que a gente faz?”. E eu respondi: “Encontre outras pessoas que querem fazer esse rolê com vocês”. Para entender, para clarear, antes a gente precisa *escurecer* o rolê. Como a gente olha para essas produções pretas, essa juventude preta, essa galera que está lá na quebrada produzindo há muito tempo?

J.R. Vamos supor que o Brasil seja um condomínio e a esquerda e a direita são síndicos e estão lutando para ocupar o bagulho. Para mim, esquerda e direita é a mesma coisa, estão no mesmo interesse, para manter o *status quo*, para atender os interesses da oligarquia, da dinastia. Eles só vão dar uma chupeta para nós para dizer que estão fortalecendo as políticas públicas, mas não é isso. O *rap* está falando isso faz tempo. E política, nós já faz há uma pá de tempo, já. Com afeto, abraço, falar na gíria e olhar para o *playboy*, e aí se impregna no estereótipo mesmo. Se pá, o latrocínio que vou fazer é só tomar a sua atenção de

assalto e matar sua ignorância. Esse é o latrocínio intelectual e político.

Mais uma vez, queria mandar um salve aí para os detentos, para o menor abandonado, que cheira cola, que está viciado em crack, que está envolvido até o pescoço no tráfico, para a travesti de esquina, para a prostituta, para a mãe solteira, para o motorista de ônibus, para o trocador. Aí vou descer, para o pessoal dos serviços gerais, pessoal da técnica de áudio, de luz, pessoal da administração, pessoal da organização, pessoal que passa invisibilizado, que colega fala que só faz o seu trabalho, mas a galera dá o sangue no bagulho também.

T.K. A minha formação é em psicologia. Fiquei pensando muita coisa ao ouvir vocês falarem, e nestes três dias, na fala de vocês sobre o cuidado. Fica aqui uma reflexão para a gente descolonizar o pensamento. O quanto a gente está comprometido mesmo com essa disputa civilizatória de que o Silvio de Almeida falou. Porque eu fiz uma faculdade pública, psicologia, cinco anos, e nunca o racismo foi debatido, e isso numa faculdade conhecida pela área de psicologia social. Não temos pautado a sociedade brasileira. Vamos estudar psicologia social e ler os autores europeus, a gente não estuda a realidade brasileira. Fica aqui, então, uma reflexão para repensarmos todo o nosso próprio currículo. Como trabalhamos com educação, com saúde inclusive, pensar quem são as nossas fontes, quem a gente está escutando.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Neide de. *Nós – vinte poemas e uma oferenda*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. Disponível em: <tinyurl.com/y6jdbv9x>. Acesso em: 21 jan. 2020.

MAIA, Ana Paula. *Assim na terra como embaixo da terra*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

O SONHO BRASILEIRO DA POLÍTICA (2014). Disponível em: <tinyurl.com/u298y8k>. Acesso em: 22 jan. 2020.

TADDEO, Carlos Eduardo. *A guerra não declarada na visão de um favelado*, v. I e II. São Paulo: Saraiva, 2012.



Literatura sem fronteiras

Adolfo Córdova
Freddy Gonçalves
María Osorio

MEDIAÇÃO Bel Santos Mayer

BEL SANTOS MAYER A mesa com os jovens acabou nos trazendo algumas perguntas. Ficamos nos perguntando o que os jovens leem, e essa mesa sobre *Literatura e sobrevivência* mostrou. Acha-se que esses meninos precisam de literatura fácil, que quem vem da periferia não entende a literatura sofisticada... Quando falamos de literatura juvenil, estamos falando de quê? Que literatura é essa? De quais jovens estamos falando? O Bruninho [Souza] perguntou na mesa anterior “O que cabe nesse “S” de juventudes? É só para dizer que é plural?”

Esses meninos [Bruno Souza e Jardson Remido] e essa menina [Ketlin Santos] se inserem naquilo que chamamos de literatura juvenil? O que acontece quando os jovens atravessam as fronteiras? Quando esses jovens leem, estão no palco discutindo literatura conosco? Que fronteiras são essas? Estamos falando de fronteiras geográficas também. Há aqueles que saem de lá do Ceará [como o Jardson] e vêm para cá; outros que saem de lá de Parelheiros [como Bruno e Ketlin] e vêm para cá. Mas estamos falando também de fronteiras simbólicas. Que fronteiras são essas que vocês têm percebido

e que os jovens têm transposto? E o que acontece quando esses corpos jovens atravessam fronteiras e ocupam lugares inimaginados? A Ketlin disse: “Meu corpo está em lugares que ninguém imaginou para mim, que ninguém sonhou para mim”. Estamos mudando junto com esses meninos? Uma mesa como essa ajuda a gente a mudar?

MARÍA OSORIO É muito difícil falar depois da mesa anterior. Falarei de meu trabalho como editora e mostrarei o que faço e penso. Edito uma coleção que se chama Fronteira, com o propósito de que essa coleção chegue em jovens como os que acabamos de escutar. Fronteira é um espaço de encontro, uma linha imaginária, que atravessamos sem nenhum problema, em que podemos estar todos juntos. Trata-se de uma coleção que colegas muito jovens sabem que é feita para fazer sentir uma experiência de vida. Nasceu contra as coleções que se oferecem nas escolas – algumas delas de muito sucesso, com milhares de vendas em todo o continente, mas que não necessariamente são o que esperaríamos que os jovens lessem.

Sou arquiteta e, para mim, a materialidade do livro é importante. Daí pensar em um formato que você pode segurar muito bem nas mãos, muito flexível, confortável para a leitura. Essa coleção nasceu também como um manifesto. Inicialmente, queria fazer uma coleção para jovens, cheia de imagens, muito ilustrada, talvez pensando que eles quisessem ver mais do que ler. Mas pensei: “O que estou fazendo? O que quero fazer é uma coleção para ler!”. E então, tirei todas as imagens. A única foto na coleção é a do autor. Além disso, procurei uma diagramação agradável, fiz da cor uma personagem, e escolhemos uma imagem especial para cada um dos livros. Todos seguem o mesmo design, mas sempre procurando acomodá-lo às necessidades do texto.

Como temos direito ao arrependimento em algum momento,



“Meu corpo está em lugares que ninguém imaginou para mim, que ninguém sonhou para mim”. Estamos mudando junto com esses meninos? Uma mesa como essa ajuda a gente a mudar?

decidi novamente voltar à imagem. E assim criei outra Coleção, a Fronteira ilustrada, conhecida por vocês pelo livro *A mulher da guarda*, de Sara Bertrand – publicado pelo Selo Emília e pela Editora Solisluna. É um livro maravilhoso, sobre uma menina que tem que assumir um papel de adulto porque seu pai está imerso em outros problemas, que têm a ver com

a ditadura. As crianças têm que sobreviver por si, seguir suas vidas sozinhas. Nesse caso, a ilustradora cria um ambiente que envolve e prende essa menina em uma espécie de jardim próprio e pessoal.

Corazón de león, outro título da coleção, é também sobre um menino organizado, que não pode suportar a vida, precisa ordenar a família e pôr tudo em ordem. Mais uma criança que precisa ser adulta antes de crescer. *Los caminos del juglar* é o primeiro dos três livros seguintes da coleção que traz a narrativa para a América Latina. *Los ahogados* é uma história de María Teresa Andruetto, ilustrada por Daniel Rabanal (dois argentinos). Nessa coleção, também buscamos as particularidades que duas pessoas do mesmo país possam ter. O texto não diz, mas o ilustrador, que foi preso

pela ditadura durante nove anos, entendia do que falava e colocou, nas imagens, os voos da morte – episódio trágico da ditadura argentina, na qual jovens eram dopados nas cadeias, embarcados em aviões e atirados vivos no Rio da Prata. Nosso propósito era falar para esses jovens leitores. Dessa forma, o que estamos fazendo é não marcarmos uma idade; o livro é para jovens – todos os jovens.

B.S.M. Antes de passar a palavra para Adolfo, gostaria de fazer uma observação sobre a fala de María. Ela tocou num tema

que está em discussão também aqui no Brasil, sobre os livros-álbum, os livros-imagem, e hoje tivemos aqui uma mesa com jovens, na qual a palavra era o centro. Nenhum deles usou uma imagem. E nos envolveram com a questão da palavra.

ADOLFO CÓRDOVA Estava justamente pensando que, quando mudamos de lugar, observamos tudo de maneira mais atenta. Acredito que, muitas vezes, a fronteira que nos ajuda a afastar os jovens é a fronteira do preconceito sobre o mundo. Para mim, foi muito bom me sentir outra vez esse jovem que começava a estudar jornalismo e que olhava o mundo como tenho visto aqui, com olhos de descoberta.

Formei-me jornalista e fui trabalhar num grande jornal, acreditando ter traído meus ideais, porque minha tese foi uma defesa dos meios alternativos. Queria trabalhar, porém, e aquela era uma oportunidade. Foi uma grande surpresa para mim, porque, estando no jornal, descobri que havia um suplemento para crianças chamado *Gente chiquita* [Gente pequenina],¹ e nunca havia me relacionado seriamente com mediação ou com leitura – sou leitor desde pequeno, mas não tinha formação bibliotecária, pedagógica, nem particularmente de mediação. Venho de uma cidade pequena, no sudeste do México (Vera Cruz), onde não havia bibliotecas nem livrarias; não conhecia literatura infantil e juvenil, e não sabia o que se produzia.

Quando me mudei para a Cidade do México e entrei no jornal, em 2008, comecei a ver todo esse mundo de livros. A partir desse suplemento, tive uma experiência que realmente



**Acredito que,
muitas vezes,
a fronteira que
nos ajuda a
afastar os jovens
é a fronteira
do preconceito
sobre o mundo.**

1. Suplemento literário infantil presente no jornal mexicano *Reforma* (N.E.).

foi um giro profissional. Era um jornalista focado em questões de meio ambiente, até conhecer esse suplemento feito especialmente para as crianças, não para os pais – que é o que acontece em muitos espaços. Havia até um conselho editorial composto por crianças, um grupo muito crítico de leitores, entre 7 e 12 anos, que a cada semana lia o que escrevíamos e nos dava um retorno.

Para mim, foi poderosíssimo ter esse contato real, que não existia em nenhuma das outras áreas para as quais eu trabalhava. Escrevíamos, publicávamos, mas nunca sabíamos se alguém havia lido, se interessado, se embrulhavam um mamão para amadurecer com aquela folha de jornal ou o que faziam com ele. E as crianças eram as grandes leitoras, que liam muito atentamente cada vírgula, cada palavra, cada coisa que escrevíamos. Isso me fez ter consciência e visibilidade desse público, que me fascinou! Em 2008, então, quando entrei no jornal e comecei a ter essa experiência, comecei a fazer resenhas de livros para o suplemento e entrevistar escritores e ilustradores – o que me mobilizou tanto, que decidi me dedicar a isso.

Continuei por quase 5 anos no jornal, mas logo fiz uma especialização em literatura infantil e juvenil. Saí do jornal – contra todas as recomendações familiares – e criei o blog *Linternas y bosques*, no qual queria continuar fazendo jornalismo. O suplemento *Gente chiquita* foi fechado pouco depois que saí do jornal, e não havia espaço onde continuar escrevendo para crianças. Na universidade, trabalhava no jornal universitário, que também foi fechado na mesma época. Pensei, assim, que era tempo de voltar à minha tese e criar um meio independente, que seria meu blog. Estava consciente de que, para estar alinhado com o olhar que formei, precisava criar um conselho editorial também, infantil e juvenil. Então, fiquei dois anos com o blog, vendo como se acomodavam as seções que iria

resenhar, e pouco depois comecei a colaborar com a Biblioteca Vasconcelos, da Cidade do México.

Senti que a biblioteca poderia ser esse espaço no qual eu me reuniria com esse conselho editorial. Fiz uma convocatória aberta, queria buscar jovens que não se sentissem representados pela literatura juvenil. Desde meu curso de especialização, vinha participando de fóruns, de encontros, espaços como este, onde – como disse Bruninho – se fala de jovens, mas não há jovens, se fala de crianças e não há crianças, e isso me incomodava muito. Acreditava que precisava ter um espaço de diálogo direto. Lancei a convocatória buscando jovens que não se sentissem representados. As perguntas eram bem provocadoras: “Você sente que aquilo que lê não lhe representa? Sente que literatura juvenil é uma definição muito pequena para você? Acredita que escritores lhe tratam como idiota quando lê o que foi feito para você?”. A resposta foi muito boa, a Biblioteca Vasconcelos é o quarto local público mais visitado do México.

Como isso é possível? Daniel Goldin, na época à frente da biblioteca, incorporou um olhar que ele chamava de “hospitalidade radical”, que tem a ver com o que compartilham na mesa anterior. A biblioteca não apenas como um espaço para todos, mas como lugar de escuta e de promotores da biblioteca. Tive a sorte de colaborar na implantação dessa proposta. Entrei fazendo um clube de leitura de livros proibidos com jovens (era assim que se chamava), continuava interessado em falar de resistência, de censura. Depois que lancei a convocatória do conselho editorial, a resposta foi impressionante: muitos jovens se interessaram simplesmente pelo espaço de diálogo.



**Você sente
que aquilo
que lê não lhe
representa?
Sente que
literatura juvenil
é uma definição
muito pequena
para você?**

Quando se planeja, faz-se uma programação, do jeito que se aprendeu, dificilmente se consegue segui-la! Planejei a primeira sessão para falar sobre quem éramos como leitores e o que líamos. Essa primeira sessão durou UM ANO! Um ano inteiro nos reunimos só para debater a pergunta “Quem sou eu como leitor?”. Além de um peso ontológico, essa questão deu um sentido de coesão e pertencimento ao grupo. Eles se deram conta de que os conteúdos do blog já não eram o mais importante, mas definir quem eram como leitores. Tivemos, então, a ideia de fazer um manifesto, porque muitos dos jovens estavam com aversão à literatura juvenil que se publicava e a algumas recomendações que faziam alguns *booktubers* (esses meninos que recomendam livros no YouTube). Não se sentiam representados e queriam não só se reunir para criar coletividade, formar uma comunidade, discutir quem éramos – coisas valiosas por si –, mas também fazer um documento, queriam realmente fazer esse movimento que valida, de alguma maneira. Queriam usar a forma que o adulto usa para dizer “essa é a verdade”, como um manifesto político, para dizer “essa é a nossa verdade”. Começamos a discutir o manifesto² e, depois de um ano de discussões, o terminamos, e ele circulou muito.

Meu papel nesse processo de discussão e redação foi apenas de moderador e observador. Foram os jovens os responsáveis por tudo. Eles decidiram também diagramar para distribuir uma versão resumida, entregue massivamente no metrô, na biblioteca, na feira de livros. E é importante dizer que conseguimos apresentar o manifesto em instituições de validação, como a Feira Internacional do Livro Infantil e Juvenil da Cidade do México, que é a maior feira de literatura infantil e juvenil em espanhol. O manifesto foi apresentado a um grupo muito

2. ¡SOY JOVEN, SOY LECTOR! Disponível em: <tinyurl.com/scqzwvr>. Acesso em: 22 jan. 2020.

grande de jovens, foram feitas oficinas para novos manifestos e se iniciou um projeto, liderado por eles, de um manifesto “Sou criança, sou leitora”, que está em construção.

Depois disso, não havia mais volta. Eles, como comunidade de jovens, já não eram os mesmos. Queriam continuar produzindo. Já haviam passado esse momento de consumidor para gerador, e começaram a planejar a publicação de um *fanzine*. Estão no segundo número, publicando o que lhes interessa; abriram um Instagram, uma página de Facebook, um Tumblr. Esse empoderamento lhes fez realmente sentir que tinham uma voz, que é o que sempre falta! Na Biblioteca Vasconcelos se dizia: “Seja o que for e faça o que fizer, você faz a programação da biblioteca”. De alguma maneira, então, isso se somou ao espírito desse grupo.

B.S.M. Muito interessante isso que você traz, já tinha lido o manifesto. Em Parelheiros, fomos escrevendo e reescrevendo até que as nossas mães compreendessem. E esses meninos têm escrito até que nós, adultos, entendamos e que outros jovens também possam entender. O manifesto traz uma coisa fascinante dessa reescrita, dessa apresentação: “Olha, conheçam mais um pouco quem somos nós”. E agora Freddy vai contar como tem sido esse trabalho de juntar literatura e arte.

FREDDY GONÇALVES Eu, diferentemente de Maria e de Adolfo, e de muitas pessoas que aqui falaram, não me formei com livros. Sou uma espécie estranha nesse sentido. Meus pais são de Portugal e migraram para a Venezuela quando tinham 14 e 15 anos. Meu pai nunca teve oportunidade de estudar, e minha mãe, ao contrário, estava estudando, mas jogou os livros escolares pela janela quando soube que viria morar na América. De algum modo, então, meu pai não teve a oportunidade e minha mãe não teve a intenção. Quando meus pais chegaram



A partir disso,
pensei que o
jovem perde
quando cresce.
Sara falava disso,
da transformação
do corpo, do que
vamos perdendo.

à Venezuela, nunca tiveram interesse em seguir falando português, porque sentiam muito medo de que, se falassem português em casa, nós não poderíamos construir uma linguagem para nos entendermos com os outros. Com os anos, fui descobrindo palavras que formam parte da minha linguagem familiar, que são palavras que, na verdade, não existem em castelhano, mas também não existem em português. Assim, sempre me comuniquei com o outro, com palavras inventadas em meu vocabulário! Quando saí do aeroporto, li na rua “devagar” e, finalmente, entendi meu pai, anos depois, que sempre nos dizia “vagarinho, vagarinho”. Não entendíamos que era para falar mais devagar ou com calma. E pensei: “Tenho que escrever para meu pai e pedir perdão por essa infância tão inquieta!”. Nunca tivemos livros em casa. Formei-me em uma comunidade muito pequena na cidade de Caracas, que se chama Chacao, constituída principalmente por pessoas que migraram da Europa por conta da guerra – italianos, portugueses, espanhóis. De alguma forma, a mistura de linguagens e tradições que havia entre os vizinhos construiu um espaço coletivo muito interessante, uma comunidade muito alternativa.

Coloco tudo isso porque Sara Bertrand disse, em sua intervenção, que nunca se fala em defesa de escrever sobre o corpo na literatura, que é um espaço que não é narrado. E pensei em uma ideia que sempre dá voltas em minha cabeça, já há muitos anos, que é o tema da nostalgia nos adolescentes. Soa estranho, mas é verdadeiro. Desconstruí um conceito do autor espanhol Manuel Rivas, em seu livro de relatos *La mano del emigrante*, publicado em 2001. Ele faz uma pequena introdução, em que fala da saudade: “Essa palavra se constitui a partir da geografia de dois hemisférios emocionais do mundo, pelos quais transita

o homem e a mulher, que são o apego e a perda”. A partir disso, pensei que o jovem perde quando cresce. Sara falava disso, da transformação do corpo, do que vamos perdendo.

Há um detalhe muito interessante: cada vez que falo de jovens, uso o plural e me incluo – sou como mais um adolescente. Não se assustem: sou velho, mas sofro desse mal. Comecei a refletir sobre as coisas que os jovens perdem ao crescer, quando já não são mais crianças e estão enfrentando o mundo adulto, o Estado, a sociedade, para o que não estamos realmente preparados. Descobrimo com outras pessoas que estavam nessa comunidade, vivemos algo curioso, que é a aproximação das palavras por meio de exercícios cotidianos – da música, das histórias familiares de cada um, da novela. Eram esses os espaços onde nos aproximávamos das palavras e da ficção, e as discutíamos com a família.

Tudo isso para dizer que minha aproximação com os livros foi quando já era mais velho, em minha adolescência, e foi graças a uma biblioteca municipal muito pequena, que ficava ao lado de um parque. Essa biblioteca foi fundamental, porque a bibliotecária, Ângela, se preocupou em nos reunir nesse espaço, nos escutar e entender o que poderia fazer com esses livros que lá estavam. Os livros não eram necessariamente bons; como fazer com que continuássemos interessados na biblioteca, como nos manter ali, em um espaço que não era formal, não era a escola? E ela conseguiu, surpreendentemente, que todos estivessem ali ao menos três tardes por semana, reunidos para contar coisas. Isso deixou minha mãe alerta, porque tinha um primo que havia ficado louco por ler a Bíblia. Então minha mãe ficou angustiadíssima, pois eu iria ficar louco também!



Comecei a refletir sobre as coisas que os jovens perdem ao crescer, quando já não são mais crianças e estão enfrentando o mundo adulto, o Estado, a sociedade, para o que não estamos realmente preparados.

Ela repetia isso todas as noites e me castigava. Precisava me esconder para escrever. E escrevia roteiros de telenovelas, uma coisa espantosa! Cadernos e cadernos e mais cadernos. Depois, compartilhava-os com todos os colegas, todos os jovens de Chacao estavam lendo a telenovela, e isso foi algo muito curioso. Então entendi que era um caminho que deveria seguir: o da telenovela, mas, acima de tudo, o da escrita

À escrita, aquela à qual me dediquei, se sobrepôs o papel de mediador. Acredito que o mais bonito da mediação é poder transmitir isso que a biblioteca da Ângela fez por nós: encontrar adolescentes, falar com eles, escutá-los, ouvir, saber o que querem e entendê-los. Aqui vou discordar um pouco de María, pois penso que às vezes há livros que são prazeres culposos – todos temos esses prazeres culposos, livros que esses adolescentes do grupo do Adolfo denunciaram (esses livros existem). Às vezes, são livros para pessoas que só se formaram com esse exercício cotidiano, e não deixa de ser uma maneira de se aproximarem da leitura. Não como uma ponte, não acredito que ler *Crepúsculo* leve alguém a ler *Drácula*, de Bram Stoker, mas acredito que o papel do mediador é fundamental para poder cruzar essa fronteira, para fazer um viaduto entre eles.

E uso a palavra viaduto porque um dos primeiros meninos que fez um clube de leitura comigo, que tinha uns 14 ou 15 anos, quando começou no grupo, falou de salvo-conduto, pois disse que não acreditava nas fronteiras, que tinha passe livre para cruzá-las, ir e vir quando quisesse. Quando a biblioteca desapareceu, porque queriam fazer um mercado municipal maior, me aproximo do *Banco del Libro*,³ que foi realmente

3. O Banco del Libro é uma organização sem fins lucrativos para a promoção da literatura infantil, com sede em Caracas, Venezuela. Foi criado em 1960 como um centro para a troca de livros didáticos – daí o nome “banco do livro”. Cf. BANCO DEL LIBRO.

meu espaço de formação mais importante. O *Banco del Libro* decidiu subverter, de alguma forma, essa ideia que tinham de que somente o acadêmico serve. O *Banco del Libro* premia as melhores publicações para crianças e jovens, nomeando um júri de especialistas para avaliar as publicações editadas no ano.

Decidimos que os livros ganhadores seriam lidos por um grupo de jovens, que iriam dar uma nota aos livros e escolher um deles. Diferentemente de Adolfo, minha intenção era a de que os jovens aprendessem a escrever resenhas literárias, que tivessem a capacidade de abrir também esse espaço de mediação. Talvez por isso, ver a mesa dos jovens – com Ketlin, Bruninho e Jardson – tenha sido tão impactante. O que eles fazem é muito poderoso, nos faz pensar que os mediadores jovens precisam de muito mais espaços como estes, muito mais espaços acadêmicos para poder compartilhar o trabalho que estão desenvolvendo. Os resultados dos melhores do *Banco del Libro* foram resenhados por eles. A discussão foi muito divertida, porque havia um livro muito comercial e um livro de poesia de Nicolás Guillén, e o júri jovem empatou na seleção.

Coincidentemente, a pessoa que tinha que decidir pelo vencedor e, por sua natureza leitora, queria que ganhasse o livro de Nicolás Guillén, então nos deixou sozinhos com os dois livros, dizendo: “Discutam vocês, resolvam o que vão fazer, porque já decidimos aqui”. E quando terminou, o livro ganhador foi de Jordi Sierra i Fabra, ou seja, outro livro, porque diziam que não sabiam até que ponto realmente os jovens estavam preparados para Guillén. Liguei um alarme, porque teria que arcar com o prejuízo da censura contra mim mesmo! Se o livro havia chegado até ali, se estava no empate, como os jovens não iam entender? Mas, bom, ganhou o livro de Jordi Sierra i Fabra, e

Wikipédia. Disponível em: <tinyurl.com/ttscn9>. Acesso em: 22 jan. 2020 (N.E.).



Acredito que a emoção, o emotivo, o afetivo, também são muito importantes nessa etapa, e isso é completamente esquecido.

saiu a resenha que tentamos publicar na Venezuela, mas não foi possível. Tentamos publicar em uma revista da Espanha, que fechou por conta da crise. Foi quando nasceu o projeto *Pez Linterna*,⁴ como aconteceu com Adolfo, um pouco diferente, porém. Começou para que eles tivessem um espaço para comunicar o que queriam dizer, como um espaço coletivo em que

reunimos esses exercícios cotidianos. Entra arte, fotografia, entrevistas, resenhas de livros, crônicas, entre outros. E, de alguma maneira, dá a eles a oportunidade e a liberdade de, se quiserem entrevistar alguém importante, que o façam. Por que não poderiam fazê-lo? Tentem, busquem a maneira. Se quiserem resenhar um livro e destruí-lo? Destruam! São responsáveis por suas palavras. Esses clubes de leitura, então, foram gerando um espaço de formação acadêmica, mas principalmente para que eles se rebelassem contra a academia.

Se não se escuta os jovens, não se interpreta, não se busca encontrar maneiras para que eles também estabeleçam suas próprias ideias. Acredito que a emoção, o emotivo, o afetivo, também são muito importantes nessa etapa, e isso é completamente esquecido.

B.S.M. O que estamos fazendo desde que nos encontramos é identificar os pontos de sinergia entre aquilo que temos feito e que tem sido o tema desse *Seminário*: como é que escutamos

4. *PezLinterna* é um blog para a promoção e pesquisa de cultura e literatura para crianças e jovens. Nascido em 2011, trata-se de um projeto de leitura de clubes com adolescentes monitorado por Freddy Gonçalves da Silva, e formado em colaboração com o *Banco del Libro* na Venezuela. Disponível em: <www.pezlinterna.com>. Acesso em: 22 jan. 2020 (N.E.).

o outro? Como escutamos os jovens, como nós nos escutamos enquanto especialistas, ativistas, de que forma estamos sensíveis também uns aos outros, a perceber que podemos trocar e fazer mais?

María, você, que está num lugar de decisão, que edita coleções, como é que você tem percebido esse lugar de aproximação com as outras cadeias do livro? Freddy fala da importância do mediador, mas como as editoras estão se relacionando com mediadores – não só com os jovens, mas com quem está ali no meio, produzindo também? Há muros? Porque se fala de fronteiras, mas, às vezes, elas são muros também, porque há uma pressão do lado de cá: e se o livro não vende? Fica todo mundo tentando entender os jovens para produzir livros que vendam. Que muros há nessa relação entre editora, mediadores, leitores, então?

M.O. Existem todos os muros. Digamos que, nesse caso, o editor seja o vilão da história, já que ele tem que fazer negócios, vender e “se sujar” com dinheiro. Uma editora independente contudo, é uma editora que tem uma relação diferente com o comércio de livro, creio eu, diferente com os mediadores e muito diferente com seus autores. Uma editora independente não é uma editora pequenina que muda de *status* quando fica maior. É uma editora que tem uma relação diferente, que estuda o mercado – olho para o mercado, mas não vou perguntar aos jovens o que querem ler. Escuto, vejo e critico o que está sendo produzido, e me parece que o pior da literatura que é produzida no momento é juvenil, inclusive essa que pode entreter, pode ser lida, mas se formos falar de literatura, preferiria que falássemos de outro tipo de livros.



Fica todo mundo tentando entender os jovens para produzir livros que vendam. Que muros há nessa relação entre editora, mediadores, leitores, então?

Temos um conflito muito grande em dizer que o mercado do livro – não sei como funciona esse mercado no Brasil, mas suspeito que há muitas coisas parecidas – não é aberto. O mercado de livros para crianças e jovens é cativo. Trata-se de um mercado que está na escola, que vende para adoções em bibliotecas, que vende massivamente para planos de leitura, e que não se esforça para ser parte da vida diária, para estar em todas as livrarias, para que se aproximem dos livros não os estudantes como estudantes, sem ter o drama de ter que ler por obrigação. Digamos que, para uma editora independente, isso é praticamente impossível. Primeiro, começamos com o muro dos mediadores, que selecionam: “Esses são os 20 melhores livros do ano”, e chegam todos com a lista. “Quero os 20 livros de que ‘o Freddy’ gosta, por favor”. Sei disso, porque também tenho uma livraria. E o que faço com os outros 15 mil títulos que tenho ali? Queimo? Dou de presente? Como livraria, vou dar oportunidade a esses livros? Por que não nomear os melhores de forma mais ampla? Por que as escolas não visitam livrarias e veem, de maneira mais ampla, as ofertas? Por que é preciso comprar massivamente, senão por interesse do Estado, para comprar barato, e dos editores, para venderem em quantidade?

Acredito que a reflexão tem que ser desde a produção também. Nós, editores, não podemos ficar parados, vendo o que dizem que fazemos. Também temos que ir adiante e falar com as pessoas, falar com os jovens, falar com os mediadores e criticar também nosso espaço, o que fazemos, inclusive voltar atrás se for necessário. Acredito que se tem abusado de maneira atroz do juvenil – palavra que tem sido usada de maneira horrível – produzido a pior literatura – a mais vendida, sim, mas a pior – para os jovens. Acredito também que o que devemos fazer é fabricar uma literatura que inclua as crianças, que inclua os jovens, mas que não exclua os adultos nem ninguém.

F.G. Entendo como é o mercado editorial por dentro, por minha experiência, e sei que essa construção de livros é mediada por interesses econômicos, mas ao que eu me refiro é: em que *status* está a mediação de leitura no espaço de formação? Porque um mediador precisa ajudá-los a serem livres, a escolher essas leituras em que eles realmente acreditam. Prefiro que eles escolham com o pensamento livre, provocá-los para que façam isso, e obviamente fazendo uma seleção pensada. Porém, nesse espaço de seleção, não posso privar ao menos um livro assim, disso se trata também que seja um espaço democrático. Coloco três livros que considero maravilhosos, e coloco um que é questionável, porque pode ser que você queira ler. Então questione-o! Aprenda a questioná-lo! Acredito que isso também é importante: ensinar o jovem a questionar, porque se não questiona, vai continuar acontecendo o que acontece agora.

A.C. Lembremos que desde a perspectiva dos jovens, como ficou claro na mesa anterior, somos nós, os adultos, quem estamos à margem. Eles estão escolhendo, há muitas décadas, o que querem ler e exigindo um tipo de literatura. Foram eles que questionaram a definição de “jovem”, seus limites, empurrando a história das leituras consideradas “juvenis”.

Fronteira, muitas vezes, é considerada como um sinônimo de adulto, pois é quase sempre este quem determina o que é ser “jovem”. Uma literatura sem fronteiras, pode ser entendida também como uma literatura “sem adultos”, contrária ao “adultocentrismo”, aberta às novas e diversas formas de ser leitor e jovem hoje, de acordo com os próprios jovens.

Gostaria que fomentar leitores e comunidades leitoras e criadoras autônomas também fosse uma meta celebrada e compartilhada!

Referências bibliográficas

ANDRUETTO, María Teresa; RABANAL, Daniel. *Los ahogados*. Bogotá: Babel Libros, 2018.

LINTERNAS Y BOSQUES. Disponível em: <internasybosques.wordpress.com/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

RABANAL, Daniel; PEÑA, Beatriz. *Los caminos del juglar*. Bogotá: Babel Libros, 2018.

RIVAS, Manuel (2001). *La mano del emigrante*. Caracas: Alfaguara, 2010.

UNGAR, Antonio. *Corazón de León* (Ilustrações de Santiago Guevara). Bogotá: Babel Libros, 2017.



O papel das narrativas na construção do humano¹

José Miguel Wisnik

A ficção é um modo de comunicação pelo qual as sociedades e os indivíduos se inventam. Ao mesmo tempo, é uma forma de construção da realidade. Sendo invenção e sendo real, a ficção se afasta das circunstâncias imediatas para estabelecer com a dita “realidade” uma relação mais funda. Assume um mundo inventado que não se descola do vivido. O compromisso entre o imaginário e o real, inerente à ficção e regulado tradicionalmente pelo simbólico, tal como conhecemos, sofre hoje os efeitos de uma cisão polarizante: a prática das chamadas *fake news*, que se aproveita das liberdades concedidas à imaginação ficcional para projetá-las arbitrariamente sobre o campo das representações da realidade. Ao contrário da ficção literária,

1. Transcrição editada da conferência proferida no II Seminário Internacional Arte, Palavra e Leitura, em 21 de março de 2019. O tema foi tratado também em WISNIK, Ficção ou não. In: *REVERA escritos de criação literária do Instituto Vera Cruz*, Ano 3, n. 3, 2018, p. 126-150. O ensaio anteriormente publicado serviu de referência para a fala, e tem passagens dele livremente utilizadas aqui. O título adotado corresponde a um dos itens temáticos do evento.

esses factoides visam a capturar o inimigo transformando-o num ente de ficção sob seu domínio. Manipulada em cadeia e em rede, a ficção não assumida como tal se torna uma das mais insidiosas armas de guerra no embate do imaginário contemporâneo. É nesse cenário que a ficção literária convive, sob pressão e mesmo sob ataque, com dispositivos que invertem e pervertem suas bases. Falar do papel das narrativas hoje é, portanto, falar de perigo. Tento aqui trazer elementos para o entendimento desse embate.

Começo com uma pequena palavra, de uma sílaba só, na qual se decide o destino da ficção: a palavra “eu”. “Eu” é uma palavra híbrida: se disser “eu”, eu sou eu. Mas se você disser “eu”, eu é você. Eu sou você perante você, você é eu perante mim. Ou seja, essas duas palavras estão em permanente regime de trocas quanto a aquilo que designam: diferentemente das palavras comuns, o referente muda conforme quem fala. A possibilidade de intercambiarmos os lugares de “eu” e “você” é condição fundamental da comunicação, isto é, de que a língua seja apropriada a um só tempo por diferentes sujeitos que se alternam no uso de um mesmo signo. A linguística chama de *dêiticos* essas palavras que mudam de referente conforme as circunstâncias da fala. São *embreagens* que permitem mudar automaticamente a marcha da língua e fazer *câmbio* entre as pessoas (sem precisar, como os radioamadores, dizer “*câmbio*” a cada vez que muda o interlocutor que ocupa o canal de comunicação).

Um linguista (O. Jespersen) aventou a hipótese de que é por isso mesmo que “essa classe de palavras apresenta grave dificuldade para as crianças” em seu momento de entrada na fala. Ao começar a falar a criança resistiria, segundo ele, a participar do jogo capcioso em que as palavras *eu* e *você* designam, conforme o enunciador, coisas diferentes. O menino e a menina referem-se a si mesmos na terceira

pessoa, automeando-se como “ele” ou “ela”, ou tratando-se pelo nome próprio. O menino não dirá, por exemplo, “isso é meu!”, mas “isso é dele!”, ou então “isso é do Fulaninho, dá pra ele!”. Ao tratar a si mesma na terceira pessoa, a criança parece curiosamente uma personagem da qual ela própria fosse o narrador (guardemos para adiante a ideia de que nunca chegaríamos a constituir um “eu” sem passar pelo estado transicional em que nos identificamos para nós mesmos como um outro).

A relação da criança com a língua só se perfaz no momento que ela passa a dizer “eu”: “eu” é a última palavra estrutural que a criança aprende, e é a primeira que, em certas condições, o afásico perde. “Eu” é, portanto, a própria encruzilhada na qual se decide o modo como os sujeitos entram no campo da língua, apropriando-se dela. Mas é também a palavra crucial para a ficção e a não ficção. Pois quando um ficcionista escreve “eu”, diz Roland Barthes, esse “eu” não está mais colado na pessoa empírica que o escreve – não é nenhum eu real mas uma outra dimensão do eu, um pronome da primeira pessoa projetado na dimensão da segunda pessoa (pois se abre às identificações do leitor, como se fosse um tu) e da terceira (o campo de uma existência virtualmente objetiva, como se fosse um ele).

Em vez de compulsoriamente comprometido com aquele que fala, o “eu” da ficção é livre dos compromissos *dêiticos* do falante comum. Quando vira ficção, o *eu* já se converte em outra coisa, aberto a fazer-se outro mesmo quando parece falar de si (à maneira do tal *fingidor* nos conhecidos versos de Pessoa, que finge completamente fingir a dor “que deveras sente”). Pode-se dizer que, se a criança diz *ele* como quem diria *eu*, o ficcionista diz *eu* como quem diz *ele*. Em circunstâncias muito diferentes, ambos estão embaralhando as cartas da relação de contiguidade direta entre o pronome e aquele que fala.

Roland Barthes dizia que quando o escritor escreve como um outro, não se trata “de um disfarce, uma projeção ou uma

distância”, assim como a criança, ao se tratar como “ele” ou como “ela”, “não se disfarça, não se sonha nem se distancia”. A escrita ficcional vigora num código pleno (o dos adultos), mas liberada do hibridismo dos *dêiticos* (à maneira da fala infantil), extraindo disso algo do seu efeito mágico.

Em dois textos que me foram altamente esclarecedores sobre o nosso tema, Alexandre Nodari dá às mesmas considerações linguísticas que acabei de fazer um alcance antropológico. Em “A literatura como antropologia especulativa”, extrai consequências, para a reflexão literária, do fato de que a antropologia é a ciência que tem seu objeto não num *isto* ou num *ele*, mas num *outro* que é um *sujeito* e é um *eu*. Frente a esse objeto científico que não se presta a reduzir-se a objeto, a tarefa do antropólogo é, de alguma forma, a de converter-se ele mesmo em outro, mesmo que não se trate de *converter-se literalmente no outro*. Em outras palavras, “para dar conta de um objeto que é um sujeito”, “é preciso que o sujeito da investigação se ‘transforme’ ele próprio nesse objeto, que ele se objetive como um outro sujeito”. É como se a máxima rimbaudiana *eu é um outro*, sintomática da modernidade ocidental, fosse rebatida pela fórmula *outro é um eu*. Ou ainda, nos termos com que Eduardo Viveiros de Castro posiciona o perspectivismo ameríndio, não se trata do cogito cartesiano (*penso, logo existo*), mas de sua inversão antropofágica (*isto existe, logo pensa*). Ou, melhor ainda, como diz Fernando Pessoa em algum lugar de sua prosa, quando penso, discordo de mim mesmo – o *eu é um outro* –, mas quando *sinto*, compreendo o outro como igual a mim – o *outro é um eu*.

Visto assim, o eu ficcional que vimos formulado em termos linguísticos por Roland Barthes – o *eu* que é um *ele* – é um *eu*



É como se a máxima rimbaudiana *eu é um outro*, sintomática da modernidade ocidental, fosse rebatida pela fórmula *outro é um eu*.

afetado pela existência do *outro*, o eu no qual ressoa o golpe da existência do objeto como um sujeito. Por isso mesmo não se trata, segundo Nodari, nem para a antropologia nem para a literatura, de passar simplesmente do *eu* ao *tu*, do subjetivo ao objetivo, mas de habitar a posição transversal em que se está *ao mesmo tempo e conjuntamente* na posição de sujeito e objeto, transitando da posição reta do pronome (*eu*) à posição oblíqua (*mim*) – *o eu de um outro*. Como diria Clarice Lispector, há o eu, há o outro (e até aí é fácil, diria ela), mas há o outro do outro, e *o outro do outro sou eu*.

Nodari dá a essa modulação pronominal, que é ao mesmo tempo uma operação vertiginosa, o nome de *obliquação*: “o autor literário se obliqua em narrador, em personagens, heterônimos etc.; e, por sua vez, o leitor se obliqua naqueles que, num texto literário, dizem eu, e isso sem perderem completamente a sua posição subjetiva: o pacto ficcional implica ao mesmo tempo e conjuntamente uma consciência e uma inconsciência da ficcionalidade, sem as quais a ficção se torna, respectivamente, verdade e falsidade”. Em outros termos, a ficção só não é mentira nem verdade porque é simultaneamente consciente e inconsciente, objetiva e subjetiva, real e irreal. De maneira improvável, ela instaura um pacto mágico (*eu sou o outro*) que supõe ao mesmo tempo um contrato esclarecido (*eu não sou o outro*). No jogo da ficção, a gente embarca no faz de conta e se esquece de si (de outro modo, a coisa não *teria graça*) sem que se possa dizer que perdemos a identidade – esqueço e não esqueço que sou eu, sou eu e torno-me outro.

É dentro dessa ordem de considerações que Nodari arrola concepções da literatura como uma modalidade de “antropologia especulativa” (expressão usada pelo escritor argentino Juan José Saer), da ficção como guiada pela “imaginação simpatética” (Coetzee / Elizabeth Costello) que adentra a existência de qualquer ente virtual que compartilhe conosco o substrato

da vida – seja um “morcego, um chimpanzé, uma ostra”, uma barata, um feto e, é claro, todas as dimensões possíveis e impossíveis do humano. Ao mesmo tempo, como diz Milan Kundera, a ficção não examina a realidade mas, a existência, ou seja, ela não conta alguma coisa que necessariamente aconteceu, mas sonda as zonas de tudo aquilo que é suscetível de acontecer, o imenso campo das virtualidades que se abrem e retornam para fecundar o real.

Os escritos de Clarice Lispector oferecem abundantes efetuações desse tipo de problemática, pondo abertamente a nu, muitas vezes, o expediente da obliquação ficcional. Um claro exemplo é o conto “A quinta história”, do livro *A legião estrangeira*. Nele, uma mesma história é contada cinco vezes, ao longo de um percurso recorrente e não linear, ganhando, a cada vez que retorna, uma nova dimensão. No início da espiral narrativa está uma história aparentemente muito simples: uma dona de casa se queixa de que seu lar está infestado de baratas, e uma senhora lhe dá uma receita para matá-las. A receita é engenhosa: misturar e espalhar pela casa partes iguais de açúcar, farinha e gesso (a farinha e o açúcar atraem-nas, e o gesso as paralisa e mata). Nesse primeiro ato, puramente pragmático, as baratas são nada mais que um alvo a ser exterminado. A receita funciona.

A segunda história, que é a mesma, tem dessa vez o título de “O assassinato”. Concentra-se no fato de que, ao preparar a mistura e ao aviar “o elixir da longa morte”, a mulher já se vê afetada intimamente pelas vítimas que vai fazer, sentindo que sua relação com elas não é meramente instrumental e exterminadora, mas subdeterminada por um vínculo afetivo que vai se tornando ardente. A questão, aqui, é que nenhum vivente se liga a outro – seja qual for a relação – impunemente. A mãe protetora que quer aniquilar as invasoras do nicho familiar, guiada pelo sentimento de “ultraje” e de um “mal

secreto” cheio de ódio e amor, sente que suas vítimas são dela também e, de certo modo, são ela também. “Como para baratas espertas como eu, espalhei habilmente o pó, até que esse parecia mais fazer parte da natureza”.

A terceira volta chama-se “As estátuas”. Agora é o repasto orgiástico das baratas refestelando-se na mistura mortífera que é contemplado pela voz narradora, não sem compaixão, como o próprio espetáculo das ilusões demasiado humanas. O ato pelo qual elas se atiram na armadilha, com a sofreguidão de viver e gozar, a cegueira com que se envolvem sem adivinhar a catástrofe que se arma por fora e por dentro delas, consuma-se finalmente no espetáculo dos insetos tornados estátuas que jazem silenciosas, com suas antenas ao vento, nesse “alvorecer em Pompeia” do qual a narradora é a única testemunha. “Espertas” mas ingênuas, como nós, as baratas terão interpretado a fatalidade que as paralisava internamente como se fossem ainda modalidades interpessoais da mágoa, da esperança e da culpa. Uma delas terá morrido à beira de fazer à outra uma provável e interrompida declaração de amor (“Eu te...”). Outra, ainda, terá atribuído o mal estar que a invadia ao fato de ter olhado demais para dentro de si mesma (“é que olhei demais para dentro de mim, é que olhei demais para dentro de...”), A frase insistente se interrompe, e é nesse ponto exato que o conceito de *obliquação*, tal como definido por Nodari, encontra sua realização mais cabal. Pois o lapso instaurado pela frase suspensa (“olhei demais para dentro de...”) salta num elo súbito e inesperado para a declaração solene da narradora: “De minha fria altura de gente, olho a derrocada de um mundo”. Nessa elipse, que é também um enlace, dá-se a abismação do eu no outro por meio de um duplo eu que é barata e é mulher, obliquados literalmente no “mim” que completa o círculo sem fechá-lo (“é que olhei demais para dentro de... De minha fria altura de gente olho a derrocada de um mundo”). Barata e

mulher são, ao mesmo tempo, diferentes e a mesma, ao olharem para dentro e para fora, para si mesmas e para a outra.

Na próxima volta da história, com as baratas já mortas, defrontamo-nos com o fato de que no dia seguinte os insetos subirão de novo em fila indiana pelo cano do edifício, porque nunca acabarão de voltar. Expõe-se a ilusão que reside em querer estancar o retorno dessas pulsões reprimidas, silenciosamente materializadas na mais resiliente das espécies viventes, aquela que nem mesmo uma guerra atômica exterminará. A mulher se vê, então, na contingência de transformar-se em uma espécie de escrava, repetindo a cada noite o rito de sua “vida dupla de feiticeira”, só amenizado se se decidir a dedetizar a casa e a alma.

O conto pode ser lido, assim, como uma fábula de humor implacável sobre a tentativa de se fixar o outro no lugar de puro objeto, que é lugar de dominação e de extermínio em potencial. Usando as armas de uma ficção autoexposta, a narrativa desmonta passo a passo o que há de violento e vão nessa tentativa. A escritora dá uma pequena e poderosa mostra daquilo que pode a ficção na constituição do humano – uma abertura transversal a ao outro.

Em “Alterocupar-se: obliquação e transicionalidade na experiência literária”, Alexandre Nodari aprofunda essa visão, acrescentando aos elementos linguísticos e antropológicos já expostos uma conexão psicanalítica inusual. Recorre, para o entendimento da ficção, ao conceito de *objeto transicional* formulado por D. W. Winnicott. A questão inclui-se naquela gama de fenômenos que vão da atividade do recém-nascido de levar o punho e o polegar à boca ao seu apego posterior por algo que pode ser uma boneca ou um boneco, uma mantinha, um pedaço de pano, um travesseiro, um bichinho de brinquedo – a “naninha” à qual as criancinhas se apegam a ponto de se tornarem, “por assim dizer, viciados nesses objetos”. Quem já se



Transita-se, em suma, do mundo da relação materna, lugar imaginário de pura dependência psíquica, ao mundo externo aberto à autonomia e à relação social.

envolveu com crianças na primeira infância conhece muito provavelmente a força imperiosa desse agarramento com o objeto inseparável que elas tantas vezes cheiram, mastigam, sugam, arrastam pelo chão, impregnando-os de pó e baba. Em termos winnicottianos, trata-se da “primeira posse ‘não eu’”, isto é, da exploração de um primeiro ensaio de objeto externo por parte daqueles que, começando apenas a sair de um estado de fusão simbiótica com a mãe, não distinguem ainda a realidade interior da realidade externa (no princípio os infantes não sabem, bem entendido, que são algo diferente da mãe e do mundo, e não projetam relações de sujeito e objeto).

Winnicott fala do primeiro encontro propiciado por uma utópica “mãe suficientemente boa”, quando o seio real oferecido por ela coincide com o seio criado internamente pela criança (“a mãe coloca o seio real justamente onde o bebê está pronto para criá-lo e o faz no momento exato”). A ilusão real, digamos assim, dada por essa coincidência do objeto externo com o objeto interno seria capital para a constituição da estrutura psíquica do bebê. O avanço do processo depende, no entanto, da eleição do objeto transicional que vem dar forma e matéria a essa ilusão, ocupando o seu lugar e permitindo explorá-la em campo aberto, ao longo da jornada que vai do mundo subjetivo ao reconhecimento do objeto, à separação da mãe, ao jogo com o outro e, acrescentemos, ao próprio advento da palavra “eu”. Transita-se, em suma, do mundo da relação materna, lugar imaginário de pura dependência psíquica, ao mundo externo aberto à autonomia e à relação social.

Os fenômenos transicionais dizem respeito, então, à exploração difusa e intensiva dessa área intermediária entre a

realidade interior e a vida exterior da criança, quando ela elege objetos que, embora não fazendo parte do seu corpo, “ainda não são totalmente reconhecidos como pertencentes à realidade externa”. Nodari sugere que, mais do que uma “posse não-eu”, trata-se, aqui, de uma verdadeira *possessão*, já que a criança (que ainda não é um eu) *se apossa e é possuída* por essa coisa indecível que oscila indistinta entre o real e o imaginário, a representação e a concretude, *que é e não é o seio da mãe*. “O fato de não ser o seio [ou a mãe], ainda que seja real”, diz Winnicott, “é tão importante quanto o fato de representar o seio [ou a mãe]”.

Esse jogo paradoxal entre o ser e o não ser, na fronteira entre o objeto e sua projeção, é fundamental para a criança e precisa ser compreendido nos seus próprios termos. Se olharmos de fora, pode parecer uma loucura infantil acreditar, com tanta *fé cênica*, que *algo é não sendo*. No entanto, essa é a questão: o jogo de ser e não ser integrará o pacto entre *o brincar e a realidade* (que é, a propósito, o nome do livro clássico de Winnicott), e permanecerá sempre na nossa relação com a ficção, na qual também se acreditará naquilo que não é crível, suspendendo-se momentaneamente a descrença e vivendo como real a história que é inventada.

Ligando a perspectiva winnicottiana com as primeiras formulações que trouxemos aqui, tal como articuladas por Nodari, o fato é que não chegamos a constituir uma primeira pessoa sem termos nos identificado antes com essa “terceira”: não existe “eu” sem antes existir esse outro, sem ter havido um objeto transicional que grande parte das crianças impõe aos olhos adultos de maneira ostensiva. Em outras palavras, só é possível construir um “eu” porque existiu antes esse objeto-



Esse jogo paradoxal entre o ser e o não ser, na fronteira entre o objeto e sua projeção, é fundamental para a criança e precisa ser compreendido nos seus próprios termos.

-sujeito de ficção que parece ter vontade própria e que contracenena teatralmente com a criança e com os adultos. “O objeto transicional”, diz Nodari”, *é também um sujeito transicional*, na medida em que ele é *animado*, possui subjetividade: o bebê e os adultos ao seu redor têm de obedecer às suas vontades – estão sujeitos a ele, são seus objetos”.

Para se chegar a dizer “eu” é necessário primeiro se dizer “ele”, pois o primeiro “eu” que nos constitui é um outro, um “ele” do qual a criança se apossa e pelo qual é possuída. Se é assim, a criança não só se atrapalha e recua diante do jogo dêitico, como queria Jespersen, mas precisa do viés da terceira pessoa para vir a se constituir em primeira. Na verdade, ela não está em condição, não só linguística, mas sobretudo *ontológica*, de sustentar o papel de um *eu* que se encontra ainda em processo de construção .

Em suma, os “fenômenos transicionais” implicam, para o bebê, a *invenção* do sujeito e do mundo, já que para ele não existiam antes nem objetos externos nem sujeitos. Se o primeiro objeto é um sujeito transicional, diz Nodari, assim como o primeiro sujeito é um objeto transicional, então “o primeiro sujeito é o sujeito oblíquo”, e “*a primeira experiência da subjetividade é a da obliquação*”, isto é, a projeção recíproca do bebê no objeto e do objeto no bebê, na ausência de um eu (que ainda não está). Em outras palavras, o primeiro personagem de nós mesmos, antes do eu, é um personagem de ficção consubstanciado num objeto transicional. Não é possível, inclusive, vir a constituir o eu como personagem que “cola” em nós, e no qual passamos a acreditar (já que o *eu* é também um personagem de ficção que se esqueceu desse fato), sem que se tenha passado pela experiência de nos ficcionalizarmos num *outro a ser* que é uma espécie de “terceira margem” da pessoa (aliás, quantas vezes usamos a expressão do conto de Guimarães Rosa por seu poder de formular esses estados intervalares).

Nodari lembra que a mãe também embarca no jogo da obliquação, e que o objeto transicional “é transicional aos dois”, isto é, participa da elaboração pela qual a própria mãe se separa do bebê, deixando-se confundir com o “naninha” para o bem da relação e dos dois (já que o objeto transicional é a mãe para o bebê, e é o bebê para a mãe). O objeto compartilhado torna tangível a relação inter-subjetiva (eu-outro) e objetiva (dentro-fora), criando um “*entre-sujeito equívoco, a terceira pessoa*”, que será descartado ao fim do processo, quando a transição se cumprir. Mas que permanecerá ao longo da vida, segundo Winnicott, por força da “substância da ilusão” contida nas relações de projeção e de identificação transposta que resiste nos jogos, nas atividades da cultura, nas ficções da religião e nas da arte (na qual permanece, mais do que em qualquer outro lugar, o jogo da ficção assumida como um *brincar a realidade*).

É aí que se faz necessário assinalar ainda um ponto crucial. Se a constituição da realidade no sujeito depende, para o psicanalista inglês, de um componente de ilusão ou, mais precisamente, de uma “substância da ilusão” a ser compreendida como valor, e se o processo transicional é um processo baseado na ilusão pactuada entre a mãe e a criança (ou entre quem cria e a criança), tudo isso se arma em direção a uma abertura ao *desilusionamento*, porque, no final das contas, é no coração da desilusão que a criança se desprende da mãe, cai no mundo, vive as precariedades e as vicissitudes da frustração.

Podemos dizer que essa questão estará presente sempre na experiência ficcional: quando a ficção é fiel às venturas e desventuras do processo de constituição do sujeito no mundo (como acontece em uma poderosa vertente da tradição literária), ela ilusiona desiludindo, ou seja, desfaz fantasias fazendo-as, desfaz ilusões cultivando-as, sondando e desvelando o real pelo crivo da imaginação e das realidades inventadas. (Gilberto Gil, no âmbito da canção, tem toda uma poética dedicada à

contemplação lírica e filosófica do *dom da ilusão* como modo por excelência de acolher a dor do desilusionamento: “o amor da gente é como um grão, uma semente de ilusão, tem que morrer para renascer”).

Até aqui afirmei a importância da ficção na constituição de mundos abertos. Passo agora a uma virada e a uma invertida histórica. Vivemos em uma realidade avassalada por um movimento que é a inversão perversa da ficção em seu estado de obliquação e de busca da alteridade: as chamadas *fake news*. As notícias falsas, o disparo de simulações em massa, ostentando-se com semblante de realidade factual, de maneira buscadamente tosca e bruta, tornaram-se, mais que um sintoma, uma praga do imaginário e da cultura ficcional de nosso tempo.

Fake news são uma forma de ficção camuflada na qual o que está em jogo não é o reconhecimento e nem o estranhamento da realidade, como no relato documental e na ficção literária, mas a guerra pela produção instantânea de realidades *ad hoc*, em que *o outro passa a ser xis*, isto é, o alvo do que *eu e minha facção* pudermos construir e destruir com *tiros de ficção*. *Tiros de ficção*, entenda-se bem, não são tiros de festim, pois visam efeitos de real e fazem parte inseparável de uma cultura da violência operada num mundo arquitetado com armas e balas (note-se, a título emblemático, que o assassinato de Marielle Franco se fez acompanhar de notícias falsas propagadas nas redes sociais, em que a vereadora do PSOL era ficcionalizada como tendo uma relação direta e promíscua com a bandidagem e o crime – essas versões completam o trabalho do assassinato na forma de disparos narrativos que equivalem a um assassinato verbal).

Ocupando as redes digitais como uma doença oportunista, as *fake news* se prevalecem de uma prerrogativa da ficção, que é o seu não compromisso com a referencialidade e com a designação direta das coisas e dos fatos reais. Faz isso, no

entanto, de maneira oposta à da ficção: não para levantar a referência, mantendo-a *suspensa*, mas para liberar a sua arbitrariedade, voltando-a contra o inimigo. Nos antípodas daquela “antropologia especulativa” afinada com a literatura, trata-se de uma *especulação* com a realidade, mais próxima do sentido financeiro do termo.

No caso dos testemunhos, das reportagens jornalísticas, das biografias e autobiografias, isto é, dos *relatos factuais* tradicionais, o gênero exige, em princípio, uma correspondência referencial verificável da narrativa com a realidade, ou pelo menos um semblante disso. É claro que esse compromisso referencial está sujeito a ser manipulado por toda a sorte de vieses interpretativos e derivas da fantasia, de cortes e recortes, o que aproxima ou inclui essas modalidades narrativas também no terreno da ficção, mesmo que não declarada. Acontece, no entanto, que está incluída no relato factual a possibilidade de este vir a ser questionado quanto à sua fidedignidade e de se ver forçado a responder pela veracidade ou não da narrativa. É onde o jornalismo se aferra, por exemplo, ao princípio da checagem de informações e se reivindica representante da responsabilidade factual, apesar de tudo, contra a montante das *fake news*.

Estas, no entanto, *implodem ostensivamente o princípio de responsabilidade*, e fazem dessa omissão uma marca performática do gênero. Se ser responsável (derivado do latim *responsus*, participio passado de *respondere*) significa, exatamente, responder pelos atos, ou seja, sustentar os próprios atos arcando com o enfrentamento da prova e da contraprova, as *fake news* contemporâneas ostentam arbitrariamente seus conteúdos e desconhecem solenemente qualquer chamado à comprovação. Embora sejam imensamente variadas as suas manifestações no Brasil e no mundo (envolvendo Estados, governos, organizações terroristas e supremacistas), não é possível, aqui, *não*

ver o modo como o fenômeno tomou de assalto a vida política brasileira. Quando o Presidente da República diz, por exemplo, que o pai do presidente da OAB não foi morto pelo regime militar mas no contexto de uma outra circunstância suspeita que ele deixa aberta como insinuação, sem oferecer nenhum dado esclarecedor ou comprobatório (“Se quiser eu conto como ele morreu”, diz, sem contar coisa nenhuma mesmo se interpelado a fazê-lo); quando o ministro do meio ambiente ficcionaliza o derramamento de óleo nas praias do Nordeste como tendo vindo de um barco do Greenpeace, contra todas as evidências verificáveis; quando se diz que os dados do Inpe sobre o desmatamento da Amazônia não são verídicos, embora tenham sido comprovados pelos fatos, as versões servem para fermentar e naturalizar o caldo de cultura das *fake news* nas redes sociais e disparar tiros de ficção (mas não de festim) contra o inimigo.

Resulta anódino argumentar que são afirmações inconsequentes e literalmente *irresponsáveis*. Isso afetaria eventualmente quem se pautasse pelo princípio da responsabilidade como condição de funcionamento da vida pública, e considerasse que afirmações litigiosas estão sujeitas a um *depois* em que são postas à prova. O *depois* é uma instância da esfera científica e da esfera jurídica, que submetem os fatos e as versões ao crivo da pesquisa, do exame e do levantamento e cotejo das provas. O universo *fake news*, não por acaso, cancela a ciência e afronta a ordem jurídica, acuando-as. Ele pretende viver num estado de instantaneidade virulenta e sem *depois*.

[No dia em que reviso esse texto para publicação, 13 de fevereiro de 2020, notícias dão conta de que, em depoimento à CPMI das *Fake News*, Hans River do Nascimento, ex-funcionário da Yacows, agência de disparos em massa por WhatsApp, além de dar depoimento suspeito sobre o tema investigado, caluniou a jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S.Paulo*, dizendo-se assediado sexualmente por ela em troca

de declarações de interesse jornalístico. A afronta sexista foi prontamente multiplicada pelo deputado Eduardo Bolsonaro, daí por multidões de seguidores e de robôs nas redes sociais, onde o depoente ganhou estatuto de herói instantâneo. Numa cena que leva ao extremo do escárnio o seu modo de jogo, o esquema das *fake news* desacata a CPMI das *Fake News* instaurando o teatro das *fake news* dentro dela. Demonstra cabalmente, com isso, que a arbitrariedade referencial descolada de qualquer prova, o menosprezo universal à responsabilização e a violência inoculada no ataque são suas armas discursivas correntes e recorrentes. (O jornal e a jornalista apresentaram fatos: registros de contato mostram que, se houve assédio, foi o ex-funcionário da Yacows que se insinuou para a jornalista, que desprezou seu chamado). Tendo a cena se dado em espaço institucional de *chamada à responsabilidade*, ela é emblemática do confronto esgarçado entre as instâncias legais e a violência da arbitrariedade exibida como performance. Na diferença entre a punição inequívoca, ou apenas votos de intenção vaga “no rigor da lei”, estará jogado o destino da democracia. ps: no dia 17 de fevereiro o presidente da República, numa escalada exponencial que merece lugar na história universal da infâmia, vocalizou a calúnia, incorporou-a a seu teatro e, como de costume, interrompeu entrevista quando chamado a responsabilizar-se factualmente pelo que disse.]

Não cabe examinar aqui a extensão nem as causas do recrudescimento desse sintoma de amplo espectro no mundo atual. Vale notar que ele acompanha uma crise da representação política: convertida em grande parte em teatro de aparências que recobre mal os imperativos da gestão econômica e dos jogos partidários, a política parece ter-se transferido, voluntária ou involuntariamente, para o domínio da ficção. Isto é, sob o regime de pressão e de faccionalização em rede, instaura-se hoje uma disputa encarniçada e imediatista pela

hegemonia narrativa, com a proliferação virulenta de versões e a confusão instalada entre a realidade das ficções e o caráter fictício da realidade.

Não por acaso a chamada “pós-verdade” já foi identificada como “pós-mentira”. É que, assim como a verdade, a mentira também *não é mais aquela* – tendo como fundo a corrosão da antinomia entre ficção e realidade, ela assume-se sem segredo ou pudor, indiferente à sua própria falsidade, uma vez que mantenha em vigor seu jogo de efeitos de massa. Nesse caso, trata-se do ataque direto às representações da realidade com o uso de recursos digitais e da manipulação de algoritmos, operado no limite por exércitos de agentes de comunicação, hackers e robôs, com alvos localizados e objetivos estatísticos. As mensagens falsas não se interessam por atingir “corações e mentes” (antigos alvos do debate político), e visam mais especificamente *nervos e impulsos*, isto é, a excitação programada de comportamentos reativos – não importa como isso soe para fora de suas cadeias de influência. Pois o mundo fora das cadeias de influência não existe, no universo das *fake news*, senão como alvo de ataque universal.

Para resumir, elas atizam e manipulam fantasias paranoicas, numa espécie de hipnose de massas que consiste em trazer à tona os fantasmas, vale dizer, os medos mal conscientes de cada segmento social. O método tem o poder insidioso de fazer falar o que se quer ouvir, indo ao encontro dos impulsos irracionais de pânico contido nas fobias sociais e nas zonas mais obscuras da sexualidade, dando-lhes voz exacerbada. O resultado é uma blindagem completa das cambiantes do real e sua submissão inteiriça ao imaginário: a tendência seletiva, muito humana, de só recolher das versões da realidade o que queremos dela, é levada às raias do paroxismo. Juntando as pontas do nosso argumento: ao contrário da obliquação ficcional, praticada pela narrativa literária, trata-se, não de “alterocupar-se”, isto

é, de exercitar a possibilidade de experimentar o lugar de um outro, mas de *acusar o outro de invadir e ocupar o seu lugar*.

Se alguns argumentam que *fake news* existem desde longa data, confundindo-se com a velha prática de propalar mentiras e de espalhar calúnias com objetivos dirigidos, é preciso frisar o óbvio de que isso nunca se deu, como agora, em redes digitais sustentadas pela análise de algoritmos e por uma engenharia política que determina os flancos de massa onde elas podem melhor entrar sem encontrar resistência. *Fake news* existem à esquerda e à direita, dirão outros, e isso é verdade, mas é a extrema direita que tem baseado sua ação, de maneira intensiva e sistemática, numa projeção paranoica do inimigo imaginário como expediente universal de amestramento hipnótico dos fantasmas e dos medos. Por isso mesmo, ela tem na arte e na cultura a sua inimiga, busca desmoralizá-las e demonizá-las, e não será surpresa o aparecimento de ações laterais ou frontais no sentido de minar e bloquear o acesso da literatura aos jovens.

Chegamos agora a um ponto-chave que interessa fundamentalmente a este seminário: as relações da ficção literária com o ativismo identitário. Como se relacionam a obliquação ficcional, nos termos que propusemos, e a demanda por representatividade identitária de grupos excluídos, influente linha de força no debate contemporâneo? A questão está posta aqui, neste evento em que diferentes manifestações de raça e de gênero assumem os seus *lugares de fala*, denunciando a invisibilidade por meio da qual os discursos dominantes escondem que são manifestações de privilégio apoiadas no monopólio da representação.

É importante situar a discussão em seu contexto mais amplo. Ela se dá em um momento em que os chamados “não escolarizados”, originários das periferias das grandes cidades, aparecem como centro nevrálgico da questão brasileira, exibindo uma



Na última década do século xx, a questão assume outra dimensão no momento que as periferias ganham corpo, presença visível e força de elocução.

capacidade de articulação e de expressão inequívoca. Penso que esse é um dos mais importantes acontecimentos da vida cultural do país nos últimos tempos: a margem vem para o centro, de um modo diferente de como aconteceu no arco do grande ciclo modernista que vai dos anos 1920 aos anos 1960,

marcado pela busca, por parte de intelectuais letrados, de incorporar a realidade da cultura popular. Desse projeto resultaram obras decisivas que deram a cara do Brasil moderno, marcada por um paternalismo de fundo e pela aliança da cultura letrada com a cultura popular predominantemente oral, presente de diferentes maneiras nas obras de Mario de Andrade e de Guimarães Rosa, assim como no Cinema Novo e na canção popular dos festivais. A questão se politiza no início dos anos 1960, apontando para uma transformação do país que pudesse sanar a enorme desigualdade social, implantasse a reforma agrária contra as imensas áreas de latifúndio, desenvolvesse um mercado interno e afirmasse o protagonismo da cultura popular – projeto impedido de se realizar, tanto estética quando politicamente, pela ditadura civil-militar.

Na última década do século xx, a questão assume outra dimensão no momento que as periferias ganham corpo, presença visível e força de elocução. Dessa vez, a figura do mediador cultural da classe média intelectualizada, regente de um projeto de aliança de classes que apontava para uma transformação social e política que não se deu, não é o sujeito da fala. É significativo que *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, e *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais M.C.s, livro e disco que dão voz a uma dimensão do país em que a periferia passa a ser a manifestação de um real incontornável, tenham surgido sintomaticamente juntos, no mesmo ano de 1997.

“Mais do que simplesmente representar o cotidiano periférico em crônicas poderosas”, a obra dos Racionais é um passo fundamental para a fundação da “nova subjetividade” que emerge com o *sujeito periférico*, isto é, “o morador da periferia que assume sua condição, tem orgulho desse lugar e age politicamente a partir dele”. O próprio termo “periferia” passa por um deslocamento de sentido, designando “não apenas ‘pobreza e violência’ – como até então ocorria no discurso oficial e acadêmico –, mas também ‘cultura e potência’, confrontando a lógica genocida do Estado por meio da elaboração coletiva de outros modos de dizer”.²

A partir desse marco, que é também um ponto de inflexão, as manifestações periféricas ganham um amplo e variado espectro, liberando novas e instigantes potencialidades na ficção, na música, no slam, na intervenção política. Mais recentemente, articulam-se em movimentos identitários de negros, mulheres e LGBTQs, que não só expressam a sua condição da exclusão como intervêm politicamente sobre a representação dos excluídos, discutindo as imagens de que são objeto, os modos de nomeação e a enunciação dos lugares de fala. Trata-se aí uma batalha cortante contra as prerrogativas inscritas nos discursos sociais tacitamente excludentes. Ao lado disso, reivindica-se a legitimidade do *testemunho* como o ponto de corte da autenticidade dos relatos sobre a condição marginal e a exclusão. Na prática, o direito à representação dos grupos identitários excluídos tende a ser reclamado como prerrogativa daqueles que já são, eles mesmos, sujeitos representativos –

2. A ideia da emergência de uma nova subjetividade periférica, a propósito dos Racionais MC's, é de Tiaraju D'Andrea, citado por Acauam Silvério de Oliveira. O evangelho marginal dos Racionais MC's. In: Racionais MC's. *Sobrevivendo no inferno / Racionais MC's*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 23.

social, sexual e racialmente – das condições e da experiência dos excluídos.

Como seria esperável, o ativismo identitário apresenta-se menos como uma “antropologia especulativa” do que como ação política direta. Sua ênfase incide, por isso mesmo, sem outras delongas, muito mais no *papo reto* do que nas estratégias ficcionais de virtualização e obliquação de que viemos falando – mais no escrutínio dos agentes envolvidos na representação narrativa e no poder de suas vozes do que na posição transversal do sujeito outrado no seu objeto, transformando-se nele e se objetivando “como um outro sujeito”. Trata-se, como o nome diz, de movimento afirmativo da *identidade*, mais do que de postulação da *alteridade*, com as consequências disso: busca-se fazer emergir a posição do sujeito excluído, invisível e silenciado, por meio de uma estratégia de *fixação* da identidade coletiva em que o sujeito da ficção coincida ao máximo com o objeto da ficção.

Acredito que essa discussão crucial apenas começa. É importante não perder de vista, junto com as provocações que os movimentos identitários colocam para a ficção literária, aquelas que a ficção literária coloca para o ativismo identitário. Tirar o lugar de fala de seu lugar de invisibilidade e compreender as representações como fazendo parte de um espaço de disputas narrativas não deixa de ser, de volta, o desafio a pensar a ficção como um instrumento de virtualização do outro. A meu ver, é o que acontece de maneira original no recente livro de Geovani Martins, *O sol na cabeça*, em que a fratura social e a violência da exclusão são tratadas agudamente pela via da obliquação ficcional – razão pela qual o tomo aqui como último exemplo.

“Rolézin” é o primeiro conto do livro. Quem fala nele é um garoto pobre do Rio de Janeiro, “fritando” certa manhã no calor de uma sala abafada de casa em que até o vento do

ventilador é quente “que nem o bafo do capeta”. A fim de fugir do “maçarico” climático, acentuado pelo abafamento da casa, e de curtir um rolezinho na praia com a sua turma (o chamado “bonde”), dispondo só de “dois conto” que a mãe deixou “pro pão” (o que não dá nem pra uma perna da viagem de ônibus), tudo se apresenta como problema: o que comer, como se locomover, como descolar um fumo pra diversão ser completa, como convencer o amigo que “ganhou uns baseado” e que está preferindo “ficar morgando em casa invés de partir com nós”. A narrativa se escreve no registro da oralidade periférica, fora da pauta da norma culta, numa linguagem cheia vitalidade, permeada de suspicácia, em que cada demanda de prazer é inseparável da condição de carência e da sacação do perigo que reina por todos os lados. A fricção entre a busca de gozo e o estado de alerta exigido permanentemente pela realidade das coisas, se inscreve quase em toda palavra do texto. Ir à praia, “refrescar a carcaça” no mar, puxar um fumo, se divertir com amigos, palmear “as novinha”, são circunstâncias cercadas das ameaças vindas da pobreza, da droga, do tráfico, da polícia – qualquer vacilo podendo significar prisão à toa ou morte a troco de nada.

Cachaça, maconha, cocaína, crack, loló fazem parte de um menu de drogas que o mundo à volta oferece todo o tempo, de uma maneira ou de outra. O garoto tem duas referências familiares: a mãe trabalhadora, zelosa mas ausente, e o irmão mais velho (um outro terá sido morto pelo tráfico como suposto alcagete). Pai não há, como acontece, aliás, numa longa tradição da ficção brasileira. A mãe é o lastro de afeto e respeito, a figura maior que não deve ser decepcionada nem em sonho. O irmão maior dá uma dura no garoto, a certa altura, chamando-o à



Pai não há, como acontece, aliás, numa longa tradição da ficção brasileira. A mãe é o lastro de afeto e respeito, a figura maior que não deve ser decepcionada nem em sonho.

realidade, pondo limites e instando-o a não enveredar pelas drogas que levam à overdose, à parada cardíaca, que derretem o cérebro – “nada de pó, nem de crack, nem balinha, esses bagulhos”. O negócio, conclui o personagem-narrador, “é ficar no baseado mermo” – droga de consenso. Em suma, há uma estrutura familiar mínima, apesar de tudo, que segura um mundo de relações esgarçadas e vulneráveis.

À custa de expedientes precários, e driblando a falta de recursos, o “bonde” chega à praia. Ali, desenha-se finalmente a cena em direção à qual se move o conto. Para consumir o programa, os garotos precisam arrumar a seda que falta para “apertar o baseado”. A polícia, presente no entorno, “escoltando” à distância o “rolézim”, está a um passo, na percepção do garoto, do traficante oportunista e do consumidor da própria droga que reprime (pois o policial é sentido como capaz de “pegar a maconha dos outros para fazer a cabeça” ou, então, de apreendê-la para traficar, vendendo “a erva pra gringo, pros playboy, sei lá”).

Arma-se, aí, no território misturado da praia, e sob a mira virtual da polícia, uma rede de relações fluidas da qual fazem parte o playboy, cheio de medo diante dos “menó”, quando sozinho, e cheio de marra e prepotência quando enturmado (o rico recusa com desprezo o pedido, “na humilde”, de um dos garotos do bonde, para que ele cedesse papel para o charo); o rastafári vendendo pulseira do reggae, o tipo do gente-bom que inspira cumplicidade e proteção, alertando sobre os meandros e os atalhos da vida na praia; e outros “menózim” desconhecidos que, de olho nos “playboy” que “tavam tirando foto, pagando de divo no bagulho”, acabam levando-lhes na corrida a mochila e o celular antes de escapar pelo meio “da praia lotada”, para gáudio do pessoal do bonde.

Em suma, os nexos flutuantes dos acontecimentos da tarde deixam ver toda uma gama de atores e de relações sociais

por baixo de sua aparente gratuidade. Os fatos se precipitam quando, já de saída, o grupo é chamado pela polícia, quase aleatoriamente e sem escapatória, a se alinhar de cara para o muro junto com outros “menó” que estavam tomando uma “dura”. O termo “menó”, pelo qual os próprios garotos se chamam entre si durante todo o conto, faz parte da linguagem policial (o “menor infrator”), e é naturalizado num cotidiano violento em que garoto pobre é tomado, já por princípio, como objeto potencial de detenção. Aqui, “menó” com “menó” vão todos para o muro. O policial avisa que “quem tivesse sem dinheiro de passagem ia pra delegacia, quem tivesse com muito mais que o da passagem ia pra delegacia, quem tivesse sem identidade ia pra delegacia”. Ou seja, entre o suposto ladrão que ainda não roubou (o sem dinheiro pro ônibus) e o suposto ladrão que já roubou (com mais dinheiro que a passagem de ônibus), não há lugar para o garoto – sem identidade reconhecível – que cavou sem dinheiro uma tarde de curtição.

Ele foge (“meu sangue ferveu na hora, sem neurose”) pensando mais na surra da mãe do que na dura da polícia, mas expondo, na corrida, as costas para o tiro iminente (“o cana gritou na hora que ia aplicar”). Aqui ele tem seu momento de epifania por um fio, em que a vida e a morte – o irmão morto, a “minha coroa” que ia ficar “sem filho nenhum, sozinha naquela asa”, o “Tranca Rua” da avó e o “Jesus das minhas tias” – ecoam na memória alucinada e no corpo travado mas correndo. Ao olhar para trás, para conferir um tiro *que não vem*, se depara com o policial, ao longe, já desistido dele e mais ocupado em continuar revistando os outros.

O corte final é mais contundente do que se o desfecho fosse trágico. É ele, também, que afasta definitivamente a narrativa do mero pitoresco social, da crônica de costumes e da ficção documental, assim como da afirmação identitária em linha reta. O conto se abisma na perspectiva do outro, que toma para

si, obliquando-a. O seu depoimento mais forte é a suspensão de uma vida toda, por um breve momento, nas injunções de sua irrelevância social, de sua total dependência do acaso e do arbítrio, ao sabor de uma ordem desordenada em que ela não tem lugar.

O segundo conto do livro, “Espiral”, toca ainda mais no nervo da nossa questão. É que o jogo do eu e do outro se dá, aqui, exatamente na fenda da fratura social. Se “Rolézim” tem como protagonista o garoto desescolarizado da periferia urbana procurando acessar o espaço público da praia, que no entanto o enquadra e o segrega, “Espiral” tem como eixo o garoto que transita cotidianamente, entre o morro e a escola, pelo asfalto da Zona Sul. O registro linguístico da narrativa tende agora para o português canônico. “É foda sair do beco, dividindo com canos e mais canos o espaço da escada, atravessar as valas abertas, encarar os olhares dos ratos, desviar a cabeça dos fios da energia elétrica, ver seus amigos de infância portando armas de guerra, pra depois de quinze minutos estar de frente pra um condomínio, com

plantas ornamentais enfeitando o caminho das grades, e então assistir adolescentes fazendo aulas particulares de tênis. É tudo muito próximo e muito distante”.

Essa experiência de passagem pela distância social comporta uma verdadeira cascata de medos. Os meninos do colégio particular próximo à sua escola pública tremem quando passa seu “bonde”. Por outro lado, ele e seus amigos vivem fugindo dos moleques maiores de sua própria escola, “mais fortes, mais corajosos e violentos”. Mas, se o medo é a marca virulenta do fosso entre as classes sociais, o garoto pobre, favelado, – e o conto nem precisa dizer que negro –, assusta velhas senhoras



Mas, se o medo é a marca virulenta do fosso entre as classes sociais, o garoto pobre, favelado, – e o conto nem precisa dizer que negro –, assusta velhas senhoras.

pelo caminho, que agarram suas bolsas e mudam de calçada, ou que se incomodam em dividir com ele o ponto de ônibus, assim como “homens, mulheres, adolescentes e idosos” (“Apesar da variedade, algo sempre os unia, como se fossem todos da mesma família, tentando proteger um patrimônio comum”).

O disparador dessa experiência é o doloroso *susto de um susto* (“me assustava com o susto da pessoa e, quando via, era eu o motivo, a ameaça”). É a partir do choque recíproco provocado por esse susto que o protagonista decide tornar-se “tanto cobaia quanto realizador de uma experiência”, a de sondar o medo que ele mesmo provoca involuntariamente, simulando ser, *de fato*, aquilo que o outro projeta nele. Em outras palavras, fingindo encarnar a ameaça que de fato ameaça o outro, tornando-se o ameaçador metódico que persegue pessoas pelas ruas produzindo e observando o medo calculado que sua presença inspira. Ou, ainda, experimentando obsessivamente ser *o outro do outro* – com o que retornamos à fórmula de Clarice Lispector: *o outro do outro sou eu*. A arma do crime que ele comete pelas ruas (e que também o acomete) não é outra senão a *própria ficção*. O seu expediente insidioso consiste em assumir o lugar que o outro lhe designa e, numa obliquação enviesada, voltar esse lugar, de maneira tão especular quanto especulativa, contra ele.

A propósito, a certa altura o garoto desiste de atacar múltiplas vítimas, aleatoriamente, para se concentrar num caso único. Elege um homem com quem trombou por acaso numa esquina e que ao vê-lo levantou os braços, rendendo-se ao assalto virtual. Descobre chamar-se Mário, observa à distância sua família, atribui às filhas e à esposa nomes de ficção: Maria Eduarda, Valentina, Sophia. Precisa intimamente que o outro se dê conta de sua existência. Fomenta o medo, cercando lentamente a vítima, até que estejam dadas as condições do assalto, a “jogada final” cujo desfecho ele mesmo desconhece,

e na iminência do qual perseguidor e vítima tremem de medo recíproco.

Pressionado pela presença esquiva do perseguidor, que está a ponto de revelar-se frontalmente, Mário entra no seu prédio, cumprimenta o porteiro “feito máquina”, e sobe para o apartamento. Da perspectiva do protagonista, “apenas uma janela” se dá a ver. “Era o que se mostrava do apartamento no meu campo de visão. Fiquei mirando fixamente aquele ponto, sem me esconder dessa vez; se eu o visse, também ele me veria. Alguns minutos depois apareceu Mário, completamente transtornado, segurava uma pistola automática. Sorri pra ele, percebendo naquele momento que, se quisesse continuar jogando esse jogo, precisaria também de uma arma de fogo”.

Em poucas palavras, a experiência confirma que *tiros de ficção*, no mundo conflagrado, *não são tiros de festim*, e desembocam em *tiros reais*. A “espiral” da violência (como sugere o título do conto) medra no imaginário, e desemboca no real. Levando o jogo da ficção para o próprio lugar crucial em que se manifesta a exclusão, o conto é um achado sobre a realidade da exclusão – e sobre o estado da ficção, hoje.

Quero terminar voltando ao “eu”, do qual nunca saímos, no sentido de que o eu e outro estão em jogo em tudo isso que falamos – eu e você. Se não fosse a possibilidade que temos de trocar “eu” e “você”, ou seja, se não fizéssemos *embrea-gens* discursivas capazes de fazer circular as vozes, se só conduzíssemos algo assim como veículos linguísticos que não mudassem a marcha entre as pessoas – acabaríamos numa grande embolada discursiva no centro da pista, como aqueles carrinhos de parque de diversões que só têm acelerador e por meio dos quais se busca voluntariosamente o entrechoque. Lacan diz exatamente isso, no seminário *As psicoses*, ao figurar um mundo que não contasse com as mediações do simbólico: “pensem nesses pequenos automóveis que se veem nos

parques de diversões lançados a toda velocidade num espaço livre, e cujo principal divertimento é o de se entrechocarem”. Mais além de darem prazer e de gratificarem a atração pela trombada, essas movimentações não reguladas por operadores de “relação, função e distância” acabariam provocando a “concentração, no centro de manobra, de todas as maquininhas, respectivamente bloqueadas num conglomerado que não têm outro limite à sua redução que a resistência exterior das carrocerias”. O efeito, diz ele, seria o do “esmagamento geral” numa megacolisão.

Penso que o raciocínio pode ser estendido, para além do funcionamento pronominal, à função da ficção: sem a possibilidade de outrar-se, de obliquar-se no outro, de lançar-se ao entrelugar do sujeito e do objeto, do real e do irreal, do atual e do virtual, as narrativas que suportam a realidade entrariam num quase inimaginável colapso centrípeto.

Por isso é importante, nesse momento da vida mundial e da vida brasileira – em que a cultura vem a ser criminalizada ou vista como fraudulenta, como invasiva, como improcedente, como imprópria –, que o poder da palavra, da poesia, da ficção, com sua possibilidade de outrar-se, seja orgulhosa e firmemente afirmado.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. (1964). Prefácio. In: *Ensaio críticos*. Edições 70, 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O perspectivismo é a retomada da antropofagia oswaldiana em novos termos. In: SZTUTMAN, Renato (org.). *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

- GUIMARÃES ROSA, João. (1962). A terceira margem do rio. In: *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- NODARI, Alexandre Andre. A literatura como antropologia especulativa. In: *Revista da ANPOLL* (on-line), v. 1, p. 75-85, 2015.
- NODARI, Alexandre Andre. Alterocupar-se: obliquação e transicionalidade na experiência literária. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. 2019, nº 57, 2019. Disponível em: <dx.doi.org/10.1590/2316-4018573>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- LACAN, Jacques. (1955-1956). *O seminário, livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LAHUD, Michel. *A propósito da noção de deixis*. São Paulo: Editora Ática, 1979.
- LINS, Paulo. (1997). *Cidade de Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- LISPECTOR, Clarice. (1964). A quinta história. In: *A legião estrangeira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- MARTINS, Geovani. *O sol na cabeça*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- OLIVEIRA, Acauam Silvério de. O evangelho marginal dos Racionais MC's. In: *Racionais MC's. Sobrevivendo no inferno / Racionais MC's*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- WINNICOTT, Donald Woods (1971). *O brincar e a realidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- WISNIK, José Miguel. Ficção ou não. In: *REVERA escritos de criação literária do Instituto Vera Cruz*, Ano 3, n. 3, 2018, p. 126-150
- WISNIK, José Miguel. O dom da ilusão. In: *Gilberto Gil: todas as letras: incluindo letras comentadas pelo compositor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.





Biografias



ANA MARIA GONÇALVES nasceu em Ibiá (MG) em 1970. Trabalhou com publicidade até 2001, quando se mudou para a Ilha de Itaparica e escreveu *Ao lado e à margem do que sentes por mim* e *Um defeito de cor* (Editora Record), ganhador do Prêmio Casa de las Américas (Cuba, 2007). Já publicou em Portugal, Itália e nos EUA, onde ministrou cursos e palestras sobre relações raciais e fez residência em universidades como Tulane, Stanford e Middlebury. Mora em São Paulo, onde escreve também para teatro, cinema e televisão.



ANDRÉ AUGUSTO DIAS tem experiência em pesquisa, criação, análise, produção, curadoria e execução de projetos socioculturais com foco em educação, diversidade cultural, cultura digital e literatura. É formado em Comunicação Social pela Unesp e Assistente da área de Literatura e Bibliotecas da Gerência de Ação Cultural do Sesc São Paulo.



ADOLFO CÓRDOVA é jornalista, escritor, pesquisador e mediador de leitura. Possui mestrado em livros e literatura infantil e juvenil pela Universitat Autònoma de Barcelona. É vencedor do Premio Nacional Bellas Artes de Cuento Infantil Juan de la Cabada (2015) e do The White Ravens (2017) por *El dragón blanco y otros personajes olvidados* (FCE, 2016). Colabora com bibliotecas, instituições e universidades no México e no exterior e tem um blog de jornalismo especializado em LIJ: www.linternasybosques.com.



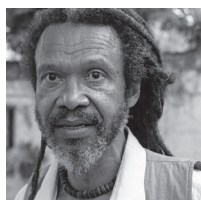
BEL SANTOS MAYER é educadora social desde a adolescência. Coordena projetos de direitos humanos do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC, desde 1997. Em 2018, iniciou o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Turismo na EACH/USP, para pesquisar e escrever sobre as viagens que ela, os jovens, os livros e a Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura têm feito, levando a região de Parelheiros para o mundo. É uma das gestoras da Rede LiteraSampa e membro da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias.



BIANCA SANTANA é autora do livro *Quando me descobri negra* (Sesi-SP, 2015). Colunista da revista *Cult* e facilitadora de oficinas de escrita, está escrevendo uma biografia sobre Sueli Carneiro (Cia das Letras, 2019). Faz doutorado em ciência da informação na USP, em que pesquisa memória e escrita de mulheres negras. Uma das fundadoras da Casa de Lua Organização Feminista e da Casa da Cultura Digital, onde coordenou um projeto de recursos educacionais abertos.



BRUNO DE SOUZA atua na área social na região de Parelheiros e Jardim Ângela, em São Paulo. Estudante de pedagogia, possui formação em direitos humanos pelo IBEAC e trabalha junto aos jovens para promover o sentimento de protagonismo e liderança. Na Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, onde atua, tem como objetivo promover o acesso à leitura literária por meio de ações que incentivem a formação crítica dos leitores, utilizando diversas formas de linguagens sociais e culturais.



DÉLCIO TEOBALDO é educador, escritor, jornalista, documentarista, etnomúsico, autor-roteirista de televisão e cinema. Autor do romance *Pivetim* (prêmios Barco a Vapor, APCA, finalista Jabuti), é também arti-

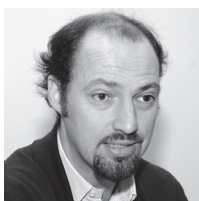
culista dos jornais *O Dia*, *Jornal do Brasil* e do site “Observatório da Imprensa”, *publisher* da Kabula Arts and Projects (UK/BR), e produziu e dirigiu *Morre Congo, fica Congo* (2001), os festivais 16th The International Documentary Film Festival of Marseille (FR) e o VI Festival Latino Americano Havana” (2005).



DIANNE MELO é fonoaudióloga, especialista em linguagem pela PUC-SP. Atuou como coordenadora pedagógica na área de educação infantil e no ensino fundamental. Trabalhou na elaboração e aplicação de programas de formação, inclusão e assessoria fonoaudiológica para professores e educadores de escolas e oscs. Atualmente, é especialista em programas sociais da Fundação Itaú Social e participa na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de programas e projetos desenvolvidos na área da leitura e da escrita.



DOLORES PRADES é *publisher* da Revista Emília e consultora editorial. Doutora em história econômica pela USP, é especialista em literatura infantil e juvenil pela Universitat Autònoma de Barcelona. Diretora do Instituto Emília e do Laboratório Emília de Formação, coordena no Brasil da Cátedra Latinoamericana y Caribeña de Lectura y Escritura. É membro do júri do Prêmio Hans Christian Andersen do Bologna Children Award (2016) e consultora da Feira do livro Infantil de Bologna para América Latina desde 2017.



FELIPE MUNITA é doutor em didática de língua e literatura pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Trabalhou como professor universitário, coordenador acadêmico do *diplomado* em promoção de leitura e literatura para crianças e jovens da Universidad Austral de Chile, e consultor da UNESCO em programas de formação de mediadores de leitura. Atualmente, é

professor visitante da UAB e membro do grupo GRETEL. Suas linhas de pesquisa giram em torno do mediador da leitura, da educação literária e da poesia para crianças.



FREDDY GONÇALVES é promotor de leitura, roteirista, escritor e especialista em literatura infantil e juvenil. Trabalhou no Banco del Libro, foi professor no mestrado em livros e LIJ da Universitat Autònoma de Barcelona e coordenador de marketing na Editorial SM (Colômbia). Escreveu telenovelas e é autor de livros para crianças e artigos para revistas especializadas. Recentemente, publicou *La nostalgia del vacío*, em que reflete sobre seu trabalho com os clubes de leitura juvenil nas bibliotecas municipais de Gijón.



IVAN MARQUES é diretor executivo do Instituto Sou da Paz. Advogado (PUC-SP), é mestre em relações internacionais (Unicamp) e direitos humanos (London School of Economics and Political Science). Intercalou passagens entre o setor público e privado, atuando nas áreas de governo, planejamento e gestão, segurança pública e direitos humanos. Contribuiu com a Prefeitura de São Paulo, Presidência da República, Amcham e Companhia Siderúrgica Nacional. É membro de vários conselhos ligados à segurança pública no Brasil e no mundo.



JARDSON REMIDO foi, ainda menor de idade (em 2012), apreendido e obrigado a cumprir uma medida socioeducativa, tendo sido enquadrado no artigo 33 (tráfico de drogas). Ao sair, mudou-se para outro bairro e passava o dia escutando um CD do grupo de rap *Sabotage*. Ali, percebeu a força genuína da palavra e, na quinta faixa – intitulada “Cocaína” – ouviu algo que o fez despertar: “um dicionário no bolso e a leitura de um livro é necessária”. Desde então, entendeu que a leitura transforma: ela “te tira do tiro da viatura”.



JOSÉ MIGUEL WISNIK é músico, escritor e professor sênior de literatura brasileira na USP. Fez música para cinema, teatro e dança (compôs quatro trilhas para os espetáculos do Grupo Corpo) e lançou diversos CDs, dentre os quais *Pérolas aos poucos* (2003), *Indivisível* (2011) e *Ná e Zé* (2015). Entre seus livros publicados destacam-se *O som e o sentido* (1989), *Machado maxixe* (2008), *Veneno remédio – o futebol e o Brasil* (2008) e o recente *Maquinação do mundo – Drummond e a mineração*, entre outros.



KETLIN SANTOS é mulher negra, feminista e graduanda em pedagogia. Arte-educadora, é também mediadora de leitura literária da Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, que atua na promoção de direitos humanos, enraizamento comunitário e empoderamento feminino.



MARGARITA VALENCIA é docente e pesquisadora. Concebeu e dirigiu a área de estudos editoriais do Instituto Caro y Cuervo. Desde 2016, trabalha na concepção e na realização de oficinas de edição comunitária. Durante anos combinou o trabalho de edição com a tradução e a crítica literária. Escreve regularmente, e publicou *Trama & Texturas*, *El malpensante*, *Arcadia* e *ABC cultural*. Alguns de seus ensaios foram coletados em *Palabras desencadenadas* (Granada, La Veleta, 2010, Universidad de Antioquia, 2013).



MARÍA OSORIO é arquiteta de formação. Desde 1986, dedica-se a livros para crianças. É sócia fundadora da Associação Colombiana de Livreiros Independentes (ACLI). Em abril de 2001, fundou a Babel, projeto que reproduz em um pequeno espaço os trabalhos da cadeia do livro (distribuidora, livraria especializada, biblioteca e editora) e que, em 2017, recebeu o prêmio BOP (Melhor editor do ano para a região da América Central e do Sul) na

Feira do Livro de Bolonha e, em 2018, a Honra ao Mérito Editorial da FIL Guadalajara.



ROSANE BORGES é jornalista, doutora em ciências da comunicação, professora universitária, articulista da revista *Carta Capital Digital* e dos *Jornalistas Livres*. Autora de diversos livros, entre eles: *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro* (2004), *Mídia e racismo* (2012), *Esboços de um tempo presente* (2016). É conselheira de honra do CORE – Conselho Internacional Reinventando a Educação.



SARA BERTRAND estudou história e jornalismo na Universidad Católica de Chile. Escreve para a Fundación La Fuente e dá oficinas para o Laboratório Emília. Ganhou o New Horizons Bologna Ragazzi Award 2017 com o livro *La mujer de la guarda* (Babel, 2016). Foi nomeada para a White Ravens 2017 por *No se lo coma* (Hueders, 2016) e para o Banco del libro 2016 por *Cuando los peces se fueron volando* (Tragaluz, 2015). Traduzida para vários idiomas, suas últimas obras são *Álbum familiar* (Seix Barral, 2016) e *A mulher da guarda* (Emília/Solisluna, 2019).



SILVIA CASTRILLÓN é bibliotecóloga da Universidad de Antioquia. Atualmente, é presidente da ACLIJ. Tem atuado como assessora de organismos internacionais em matéria de leitura, escrita, bibliotecas e literatura infantil como OEA, OEI, CERLALC, UNESCO. É jurada dos prêmios de literatura infantil como Hans Christian Andersen, Prêmio SM e Prêmio Latino-Americano Norma-Fundalectura. É autora de vários livros, dentre os quais *El derecho a leer y a escribir* (México, 2004; Brasil, 2011) e *Una mirada* (Bogotá, 2010).



SILVIO LUIZ DE ALMEIDA é jurista, consultor, advogado e palestrante. Doutor e pós-doutor em filosofia e teoria geral do direito pela Faculdade de Direito da USP. É também professor de *compliance* antidiscriminatório e governança e ética corporativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), e de filosofia do direito e pensamento social brasileiro na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atua à frente do Instituto Luiz Gama. Seu livro *O que é racismo estrutural?* é considerado um dos mais importantes estudos sobre raça e racismo.



TATIANA KOSCHELNY é psicóloga e professora universitária, com experiência na Educação e Saúde Pública. Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP, pesquisa sobre a formação cultural e o brincar na infância por meio de estudos em teoria crítica. Atua como Assistente Técnica no Núcleo de Infâncias e Juventudes, da Gerência de Estudos e Programas Sociais do Sesc São Paulo.



TEREZA PEREZ é diretora-presidente da Comunidade Educativa CEDAC, e está à frente de diversas iniciativas voltadas para a melhoria das condições de aprendizagem nas escolas públicas brasileiras. Lidera a implementação de projetos e programas de formação continuada em todo o país. Coordenou os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. É coautora e coordenadora de uma série de publicações voltadas à sistematização de conhecimentos sobre políticas públicas educacionais e práticas pedagógicas.



Quem somos

COMUNIDADE EDUCATIVA CEDAC

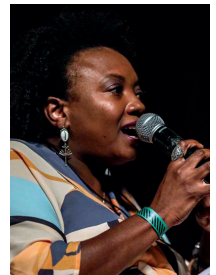
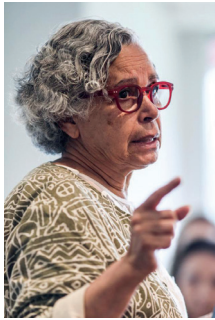
A Comunidade Educativa CEDAC é uma organização social que trabalha desde 1997 pela melhoria das condições de aprendizagem nas redes públicas. Atuamos para fortalecer a cultura profissional e o compromisso com a aprendizagem de crianças e jovens, por meio de projetos de formação, mobilização social, assessoria, produção de conteúdo e publicações. Acreditamos no poder transformador do conhecimento e buscamos a democratização do seu acesso, condição fundamental para escolher como participar da sociedade. Entendemos o acesso à leitura como direito da criança.

INSTITUTO EMÍLIA

O Instituto Emília se desenvolve tendo como centro a *Revista Emília*. Sua atuação é de coordenação de todas as atividades deste projeto, atualmente diversificadas em ações de consultoria especializada e curadoria de eventos, e cursos de especialização, de promoção dos projetos *Destaques Emília* e *Olhar Leitor*, e de todas as demais ações que se desenvolvem em torno do projeto Emília. Entre as ações mais recentes temos, em 2017, o lançamento dos *Cadernos Emília*. O Instituto é, junto com a empresa espanhola Neturity, responsável pela criação do Laboratório Emília de Formação, desde 2016. E, também desde esse mesmo ano, fomenta a atividade de pesquisa sobre edição de livros para crianças e jovens como participante do projeto internacional EDI-RED.











Este livro foi composto em fevereiro de 2020.

As ilustrações foram extraídas do
livro *A mulher da guarda*, de Sara Bertrand
(Selo Emília/Editora Solisluna, 2019).